

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História Social

Cláudia Míriam Quelhas Paixão

**O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de
vida e hierarquias sociais
(1904-1922)**

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em História da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial
para a obtenção do Grau Mestre em História.
Área de Concentração: História Social
Urbana.

Orientador: Profº Drº Jorge Ferreira

Niterói
2008

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História Social

O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e
hierarquias sociais
(1904-1922)

Cláudia Míriam Quelhas Paixão

Banca Examinadora

Prof^o Dr^o Jorge Ferreira (orientador)

Prof^a Dr^a Marta Abreu

Prof^o Dr^o Jaime Larry Benchimol

Prof^o Dr^o Ricardo Figueiredo de Castro
(suplente)

Niterói
2008

Ao Marquinhos, Pedro, minha mãe e minha irmã
pelo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos amigos de graduação, que muito me ajudaram a seguir este caminho: Janaína Christina Perrayon Lopes, Juliana Ferreira Sorgine e Aline Bezerra de Menezes. Vários amigos poderiam ser aqui citados, mas personifico todos nas três citadas, que me acompanharam mais de perto e por quase todos os momentos.

Ao professor Marcos Luiz Bretas, orientador na graduação, por ter me apresentado, de maneira tão acolhedora, fontes e temas.

Aos funcionários de todos os arquivos e bibliotecas, sempre muito solícitos e simpáticos.

À equipe da COPEDOC/IPHAN por todos os momentos que compartilhamos de pesquisa e leitura, sem os quais eu nunca teria caminhado pelos rumos da História Urbana.

Aos professores Martha Abreu e Jaime Benchimol pelo incentivo e grandes observações feitas na qualificação.

Ao professor Jorge Ferreira por tão amigável, compreensível, precisa e libertária orientação.

Aos amigos e familiares mais próximos, personificados na figura amável da Fabi, pelo incentivo e compreensão.

À minha mãe e minha irmã por segurarem as pontas com meu filho sempre que precisei.

Ao Marquinhos e ao Pedro pelo suporte emocional, amor e carinho recíprocos, que sem os mesmos seria impossível a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Considerando a discussão e a disputa em torno da proposta de desmonte do morro do Castelo na cidade do Rio de Janeiro durante as três primeiras décadas do século XX, e a tentativa por parte das elites em deslocar as camadas populares de determinados espaços urbanos em busca de um ideal próprio de modernidade, este trabalho analisa as visões elaboradas sobre o morro e seus moradores e o cotidiano da população do morro do Castelo durante o processo de arrasamento do morro, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1904 e 1922, discutindo acerca das relações e disputas sociais que se refletem nas questões urbanas. Os discursos produzidos por engenheiros, políticos e empreiteiros envolvidos nessas obras, os chamados “produtores do espaço”, sobressaíram ao discurso dos castelenses, por terem aqueles maiores facilidades de expressar, e mais, de perpetuar suas idéias.

No entanto entendo que diferentes subjetividades sociais formam o fenômeno urbano – por ser ele dinâmico e moderno – e sendo a cidade uma construção do homem, reflete idéias e disputas, fazendo do espaço urbano também uma representação das disputas sociais. Dessa maneira analisei as ações e estratégias dos castelenses, entendendo-os como um grupo social, cujos laços de identidade foram tecidos por experiências cotidianas, traçadas no espaço de moradia e na luta diária pela sobrevivência. Para tal analisei fontes de variadas procedências, como textos literários; um álbum fotográfico sobre o morro do Castelo e seu desmonte, elaborado pelo fotógrafo oficial da prefeitura, Augusto Malta; as ocorrências policiais da 5ª Delegacia, que abrangia o morro; e os depoimentos orais de dois engenheiros que trabalharam nas obras do desmonte e dois ex-moradores do morro.

ABSTRACT

Consideration for the discussion and the dispute around the Castelo hill's dismantling in the city of Rio de Janeiro during the thirties decade of the XX century, and the trying by the influential people to remove the commons citizens of the city's specific spaces, looking for a them self modernity's ideal, this work analyses the making of representations about the hill and his inhabitants and the quotidian of the Castelo hill's population during the process of hill's demolishment, happened on the Rio de Janeiro city between the years 1904 and 1922, debating about the relationship and the social dispute that to reflecting on the urbans questions. The speeches making by engineers, politicians and contractors involved on this publics works, called "spaces producers", was projecting of the castelenses speeches, by reason of these have more facility to express them self, and more, of to perpetuate them thoughts.

Meanwhile, I understand that diferents socials subjective quality make the urban phenomenon – dynamic and modern – and being the city a men's construction, reflect thoughts and dispute, making of the urban space as a representation of the socials disputes. In this manner, I analyze the castelenses actions and strategy, understand them like a social group, that the ties of identity was make for quotidian experience, traced on the domicile space and the diary fight for the survival. For that, I analyze different types of source, like literaries texts; a photographic album about the Castelo hill and his dismantling, making by the prefecture official photographer called Augusto Malta; the policies occurrences of the 5^a Delegacy that the hill is inside; and the oral testimony of two engineers that worked on public works of the dismantling and two ex-hill's inhabitant.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 – O morro e a demolição.....	13
O espaço urbano antes da reforma	13
Muda a cidade, mudam-se as pessoas.....	21
Imagens de um morro condenado.....	36
CAPÍTULO 2 – O morro e os escritores.....	55
História e Literatura.....	55
Machado de Assis.....	56
Lima Barreto.....	62
Luis Edmundo.....	71
CAPÍTULO 3 – Quem eram os castelenses?	78
A atuação da polícia e do Estado.....	82
O projeto dos engenheiros.....	96
A fala dos castelenses.....	104
CONCLUSÕES.....	114
ANEXOS.....	122
Descrição das imagens do álbum <i>Morro do Castelo</i> de Augusto Malta.....	122
Imagens de Augusto Malta.....	135
Estatísticas das ocorrências policiais.....	141
BIBLIOGRAFIA.....	147

Apresentação

A idéia deste trabalho surgiu a partir da leitura de dois textos cujo conteúdo se referia a pressupostos metodológicos que defendiam a redução da escala de observação nos estudos de história social.¹ O inicial interesse em buscar uma resposta para o destino da população que habitava o morro do Castelo no momento de seu desmonte fez perceber o quão distante era a interpretação historiográfica que se tinha deste grupo social. Essa distância aponta que as críticas metodológicas feitas pelos historiadores da micro-história eram pertinentes. Partia-se da definição de grupo e não havia nenhuma tentativa em perceber quem eram os agentes sociais que formavam este grupo e como se relacionavam entre si e entre os demais.

Assim o que se pretendeu neste trabalho foi uma aproximação do olhar sobre esses agentes sociais percebendo-os como indivíduos. Um olhar voltado para o que se convencionou em chamar de *história social da cultura*, uma história preocupada em buscar no passado a trajetória dos “de baixo” sem excluir os “de cima”; pensando não apenas em classes, mas também em gêneros, etnias, gerações e as variadas maneiras pela qual o homem estabelece identidade, buscando ainda as diferenças entre todos, desconsiderando a existência de uma homogeneidade; e aproximando o social do cultural, por ser este um campo privilegiado para os estudos das redes de práticas, costumes, significados, crenças, comportamentos, atitudes e representações, onde as relações e os conflitos estabelecidos entre os diferentes sujeitos sociais dialogam e circulam.²

A utilização dos mais variados tipos de fontes sustenta as opções teóricas expostas acima. Eu acreditava que a lacuna histórica onde os castelenses estavam escondidos era explicada pela falta de documentos que fizessem referências a essas pessoas. A partir de pesquisas em busca de fontes, percebi que havia não apenas um conjunto documental, mas vários deles que pudessem dar conta do meu objetivo. A pergunta que se faz a esses acervos é que me levaria aos castelenses. Sendo assim, reuni um número diversificado de fontes que fazem referência aos vários contextos em que esta população estava inserida, considerando a

¹ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: REVEL Jacques. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

² SOHIET, Raquel. “Introdução” In: ABREU, Martha e SOHIET, Raquel (ORG). *Ensino de História: conceitos, temática e metodologias*. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2003 e CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Apresentação” In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (ORG) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2002. Destacamos ainda alguns historiadores que trabalharam com o conceito de cultura e cujas teorias foram utilizadas pelas historiadoras citadas: Carlo Ginzburg, Edward Palmer Thompson, Roger Chartier, Robert Darnton e Peter Burke.

diversidade existente na experiência social de cada um. Partindo do pressuposto de que a heterogeneidade é uma característica intrínseca a qualquer grupo, analisar essas diferenças contribuiu para melhor entender as ações, estratégias e negociações no cotidiano de um grupo, os castelenses, e da sociedade na qual ele está inserido.

Tais preocupações também vão de acordo com os pressupostos metodológicos desenvolvidos pela Nova História Social – assim chamada por ter surgido como uma crítica à História Social Clássica onde esta seria voltada para as questões demográficas e econômicas, enquanto aquela para as práticas, cultura e representações – que abrange tendências italianas, inglesas, norte americanas e francesas, para citar as mais conhecidas.³ Os pressupostos da Nova História Social enfocam experiências de sujeitos históricos de diferentes etnias, classes e gêneros, a fim de restaurar tramas de vidas até então encobertas, recuperando a pluralidade de vivência e interpretações dos diversos grupos sociais; “desfiando a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo do dualismo e polaridade e questionando as dicotomias”.⁴ Investigar as experiências e estratégias diárias são preocupações do novo historiador social, alicerçado pelas renovações teóricas e metodológicas pelas quais o campo da ciência histórica tem passado nos últimos anos – na qual a aproximação com a Antropologia a nosso ver foi a mais frutífera. As pesquisas históricas vêm “sinalizando a necessidade de estudos específicos que evitem tendências a generalizações e premissas preestabelecidas, bem como observam a heterogeneidade das experiências, incorporando toda a complexidade do processo histórico”.⁵ Sendo assim, o que se buscou neste trabalho foram referências que apontassem evidências que permitiram aumentar os conhecimentos históricos acerca dos agentes sociais que moravam no morro do Castelo no momento do seu desmonte.

O que se buscou foi uma maior aproximação com os sujeitos históricos, pensando a História a partir do indivíduo sempre que a documentação possibilitou tal enfoque.⁶ A pesquisa empírica, cujos conceitos e categorias vão sendo construídos a medida que a pesquisa evolui, foi a base para parte deste trabalho. Para os grupos menos expressivos, como os castelenses, resta ao pesquisador fragmentos filtrados de documentos pessoais ou oficiais, pensando sempre a

³ DAVIS, Natalie Zemon. “Las formas de la História Social” In: *Historia Social n° 10*.Valencia: Instituto de Historia Social, Primavera-Verano, 1991.

⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cidade e Cotidiano*. Historia Cidade e Trabalho. São Paulo, EdUsc, 2002; p. 26.

⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Op. Cit*; p. 28.

⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermos: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo : Cia das Letras, 1996; p. 26.

possibilidade de utilizar os mais diversos tipos de documentação.⁷ Assim, chegar até os moradores do morro do Castelo é uma tarefa bastante árdua para o historiador, pois eles pouco deixaram registros escritos e já não estão vivos para construir um depoimento. Dessa maneira, o recurso utilizado para conhecê-los foi a análise de uma multiplicidade de fontes, de diferentes matizes e dimensões diferenciadas – incluindo desde documentação oficial, como as ocorrências policiais, até imagens e depoimentos orais previamente gravados – conscientemente escolhidas. Tais fontes, escassas e fragmentadas, se entrecruzam para formar um grande painel sobre a vida social daquela população, fazendo desse trabalho um exercício metodológico de como chegar à um determinado grupo de sujeitos históricos que deixaram poucos vestígios.

No primeiro capítulo, subdividido em dois itens, apresento o principal objeto de estudo deste trabalho: o morro do Castelo e seus moradores. Uma exposição esclarece o espaço ocupado pelo morro na cidade desde o século XVI até a segunda década do século XX, quando foi arrasado. Organizei também uma apresentação bibliográfica do tema, discutindo os ideais que motivaram as reformas urbanas de 1904-1906 e a de 1920-1922; os discursos que as legitimaram: em nome da higiene e do embelezamento urbano; e os discursos contrários à demolição do morro. No primeiro item, analiso o uso do espaço urbano e as disputas sociais existente nesta relação. Aqui, as reformas do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro refletem claramente as disputas sociais travadas em outros campos. De um lado estão os “produtores do espaço”, representados por engenheiros, arquitetos, médicos, sanitaristas e políticos, que imbuídos de um discurso científico atribuíram para si a função de construir o espaço moderno urbano no Rio de Janeiro, deixando além de uma rede de relatos, a própria reforma registrando o seu discurso. E do outro lado estão os próprios habitantes da cidade, em especial os de baixa renda, cuja relação se dá através do uso do espaço urbano e não da intervenção técnica. Calcada numa nova perspectiva da História Urbana, minha proposta neste item foi perceber as estratégias dos moradores dos espaços que sofreram as intervenções urbanas propostas pelas administrações municipais em questão. Analisar a permanência da população de baixa renda no centro, mesmo indo contra a um dos principais objetivos das reformas foi uma maneira de entender as alternativas escolhidas pelos populares.

⁷ DAVIS, Natalie Zemon. Introdução In: DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

No segundo item do primeiro capítulo analiso as imagens produzidas por Augusto Malta, fotógrafo oficial da prefeitura, durante o arrasamento do morro do Castelo entre os anos de 1921 e 1922, em particular as imagens que ele elaborou e organizou numa obra que intitulou *Álbum de fotografias do morro do Castelo*, e que se encontra na Biblioteca Nacional. Aqui, as imagens são lidas como uma construção social, uma tradução de um mundo que carrega a marca de seu tempo e da sociedade que o produziu. As imagens serão consideradas como testemunho de relações sociais, onde os agentes envolvidos agem de acordo com as instituições e convenções de sua época. Meu objetivo foi perceber a imagem como uma produção social, que possui valores e historicidade específicos, e o álbum montado uma narrativa visual do fotógrafo, onde ele narra um acontecimento através de suas imagens.

No segundo capítulo trato de três representações sobre o morro do Castelo na literatura brasileira. Foram elencadas três obras: *Esau e Jacob*, escrita por Machado de Assis; *Os subterrâneos do morro do Castelo*, escrita por Lima Barreto; e *O Rio de Janeiro do meu tempo*, de Luiz Edmundo.⁸ O que se pretendeu foi trabalhar com estes textos, buscando os códigos sociais neles contidos e analisando as imagens construídas do morro do Castelo. Depois de uma exposição acerca da relação História e Literatura, bem como da metodologia desenvolvida no capítulo, analiso as obras e seus respectivos autores separadamente, resultando em três itens, de acordo com a ordem cronológica das obras. Ao discutir e problematizar as fontes, aponto o quanto os autores estão ligados a um determinado grupo social e acabam por expressar a sua visão de mundo.

O terceiro capítulo discute, com maior enfoque, o cotidiano e as estratégias dos moradores do morro do Castelo, chamados castelenses. O capítulo está dividido em três itens, onde a fonte histórica é o critério para a divisão. Nesses itens serão considerados, além do cotidiano e estratégia dos castelenses, a relação dos atores sociais responsáveis pela fonte analisada com os moradores.

No primeiro item, o destaque é para a documentação policial do período, mais especificamente os livros de ocorrências policiais da 5ª Delegacia de Polícia, que abrangia a área do Castelo. A partir de sua análise, tentei perceber como a polícia, e por sua vez o Estado,

⁸ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacob*. Rio de Janeiro : Ediouro, 2001; BARRETO, Lima. *Os subterrâneos do morro do Castelo*. Introdução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro : Dantes, 1997; e EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro : Xenon, 1987.

se relacionava com esta população, tendo como objetivo aprofundar meus estudos no que tange a questão da relação Estado e populares.

No segundo item, a fonte em questão é o depoimento de dois engenheiros que trabalharam com o prefeito Carlos Sampaio, de onde analiso como se dava a sua relação com os moradores e como era a sua visão sobre eles. Os engenheiros José de Oliveira Reis e Carlos Pereira Soares foram entrevistados num projeto intitulado Projeto Arquivo Vivo, desenvolvido por historiadores e guardado no acervo do Museu de Imagem e do Som. Neste item apresento a especificidade dessa fonte e a metodologia a ela aplicada, em especial quando o depoimento não foi elaborado para o trabalho em questão, como foi o nosso caso, problematizando a sua elaboração em 1985.

E por fim no terceiro item, reconstruo o cotidiano da população que morava no morro do Castelo analisando outra fonte oral: o depoimento de dois irmãos, Florinda e Francisco Alói, dois ex-moradores do morro, registrado em entrevista ao Projeto Arquivo Vivo, o mesmo do item anterior. Aqui analiso a visão dos moradores, como lembram do morro e o que pensaram sobre o seu desmonte.

E que a leitura que se segue seja tão prazerosa e ao mesmo tempo conflitante – por levantar questões que, às vezes, considero pouco esclarecidas – quanto foi a elaboração deste trabalho.

CAPÍTULO 1 – O MORRO E A DEMOLIÇÃO

O espaço urbano antes da reforma

De 1567, quando Mém de Sá transferiu o núcleo urbano fundado por Estácio de Sá na Urca, até 1922, quando foi arrasado por Carlos Sampaio, o morro do Castelo e sua história marcaram a evolução urbana do Rio de Janeiro. Foi sobre o morro, no século XVI, que se estabeleceram os primeiros habitantes e seus governadores, protegidos pela recém erguida fortaleza de Santiago. À medida que o núcleo urbano crescia, moradores e administradores foram descendo o morro em direção à várzea, atual Praça XV, impulsionados pelo aumento populacional e pelas dificuldades de acesso à água.⁹

Dos séculos XVII ao XVIII o morro abrigou a Igreja de Santo Inácio e o Colégio dos Jesuítas, que após a expulsão da Companhia pelo Marquês de Pombal, deixaram a monumental construção abandonada. Em 1766, o prédio serviu de sede e moradia ao vice-rei conde da Cunha e, em 1768, passou a abrigar o Hospital Militar. Durante o Império, precisamente em 1832, passou a ser a sede da Escola de Medicina Imperial e do Hospital São Zacarias; em 1845 voltou a abrigar o Hospital Militar. Um ano depois o Hospital dividiu suas instalações com o Imperial Observatório Astronômico. A fortaleza de Santiago também teve suas funções alteradas ao longo do tempo. Na Colônia serviu de proteção a cidade recém fundada. Durante o Império, tempos de paz e sem sinais das invasões recorrentes nos tempos coloniais, a fortaleza passou a sediar o Telegrafo Imperial, importante centro de comunicações da época.¹⁰

O morro do Castelo contava também com outros monumentos importantes como a Igreja de São Sebastião e o Convento dos Capuchinhos, onde se encontravam depositados os ossos de Estácio de Sá e o marco de fundação da cidade. A igreja foi catedral da cidade até meados do século XVIII, quando o cabido da sé foi transferido para a Igreja de São José. Mesmo perdendo o posto de catedral, a igreja dos capuchinhos serviu de cenário para inúmeras procissões e festas do padroeiro da cidade. As missas do Galo, a da primeira sexta feira do ano e

⁹ Ver NONATO, José Antonio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro : IPHAN, 2000.

¹⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Livraria Garnier, 1991; pp. 213-219.

a do dia 20 de janeiro de 1921 levaram milhares de pessoas ao topo do morro.¹¹ A igreja só foi transferida do Castelo em janeiro de 1922, com uma grande procissão saindo do centro até a rua Haddock Lobo na Tijuca, onde até hoje se encontra, levando a imagem de São Sebastião, os ossos de Estácio de Sá e o marco da cidade. Ainda no morro encontrava-se o Seminário de São José, colégio eclesiástico de boa referência, considerado por Spix e Martius, viajantes europeus do início do século XIX, o melhor colégio da cidade.¹²

Durante todo o século XIX, o centro do Rio de Janeiro, onde se localizava o morro e suas redondezas, concentrava as principais atividades políticas, econômicas e culturais da Corte. Próximo ao Castelo por exemplo, situava-se a Praça do Mercado, onde em 1841 foi inaugurado um grande edifício, projetado por Grandjean de Montigny, que abrigava cerca de cento e cinquenta e sete barracas.¹³ No início do século XX era intensamente freqüentado, encontrando-se quitandas de verduras; mascates vendendo objetos de armarinhos; depósitos de cereais; lojas de aves, cabritos, porcos, macacos, até jacarés; ervanários que comercializavam plantas medicinais e exerciam também a arte de curandeiros; e ferros-velhos que compravam e vendiam toda a espécie de objetos usados. Pairava sobre o ambiente uma “algazarra contínua”, que misturava gritos de animais, vozes humanas proferindo diferentes idiomas, risos e pregões em meio do qual movimentavam-se compradores de todos os grupos sociais.¹⁴

¹¹ Revista *Careta* de 01, 15 e 29 de janeiro de 1921.

¹² NONATO, *Idem*; p.73.

¹³ Auguste Victor GrandJean de Montigny veio para o Brasil na Missão Francesa de 1816, encomendada por D. João VI para iniciar o ensino oficial das artes no Brasil. Já era um grande arquiteto reconhecido na Europa e vencedor de vários prêmios do governo francês, e no Brasil foi primeiro professor de Arquitetura da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Adepto do neo-classicismo napoleônico, realizou inúmeros projetos arquitetônicos, seja por solicitação da Coroa, seja por encomenda particular. Entre as construções projetadas por GrandJean de Montigny, podemos citar a então Casa da Alfândega, atual Casa de Cultura França- Brasil. (In: TELLES, Augusto da Silva. A casa de residência de GrandJean de Montigny no Rio de Janeiro. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, gráfica de Coimbra, Coimbra, 1966.). A Praça do Mercado de Grandjean localizava-se no quarteirão entre a rua do Ouvidor e o Largo do Paço, depois Largo D. Pedro II.

¹⁴ COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1988, pp. 61-62. O edifício projetado por Grandjean de Montigny, que tinha como acesso quatro portões monumentais interligados, foi demolido em 1903 por Pereira Passos. Em 1907 foi inaugurado o novo Mercado Municipal, localizado na outra extremidade da Praça XV, ou seja entre a Praça e o Arsenal de Guerra, ficando o mercado mais próximo ao morro do Castelo.



AENISHANSLIN, Carlos. *Rio de Janeiro – Central Monumental – 1914*. In: CZAJKOWSKI, Jorge (org). *Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo / Centro de Arquitetura e urbanismo, 2000; pg. 74. Neste mapa, já retratando a reforma de Pereira Passos, pode-se perceber a primeira demolição sofrida pelo morro do Castelo para a abertura da avenida Central.

No final do século XIX o morro do Castelo ocupava uma grande área triangular do distrito de São José, centro da cidade do Rio de Janeiro: do contorno da rua São José, até o largo da Mãe do Bispo – que foi excluído da malha urbana carioca para a abertura de outra praça, a atual Cinelândia, no final da avenida Central – e terminando suas encostas atrás da Igreja de Santa Luzia, até onde batia o mar. Parte do centro comercial, político e financeiro do país, esta região vinha sendo motivo de discussão e preocupação por parte das autoridades brasileiras por conta da sua péssima estrutura urbana. Desde pelo menos 1832, os administradores e políticos da cidade se preocupam com a ocupação e com o comportamento da população no espaço

urbano da capital política e econômica brasileira. Data deste ano a promulgação do Código de Postura pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Este código pretendia regular a saúde pública e o policiamento da cidade, impondo à seus moradores, não somente restrições de natureza higiênica, mas também de natureza moral.¹⁵ A questão da higiene e do saneamento do Rio de Janeiro, sempre esteve na pauta política da cidade, mas se torna tema prioritário das políticas públicas a partir da década de 1880, quando a cidade é assolada por inúmeras epidemias.¹⁶ Essas epidemias, somadas ao déficit habitacional, à deficiência dos serviços de abastecimento de água e esgoto, à precariedade dos transportes públicos, às dificuldades para a circulação no centro da cidade e à utilização das praias e ruas como depósito de lixo, compõem o quadro urbanístico da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX.¹⁷ Frente a esse péssimo quadro urbano, associou-se a idéia de que a economia nacional se estagnaria caso não houvesse melhoras na infra-estrutura do Distrito Federal.

A polêmica causada pelo problema da questão sanitária no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX; pelo péssimo quadro urbano que a cidade apresentava; e pela ação do Estado que se desencadeou nas reformas urbanas sofridas pela cidade durante o período de 1902 a 1906 apontam para a discussão travada em torno do papel que o Estado deveria exercer no processo de expansão urbana e do tipo de cidade que se deveria construir. Esta não foi uma situação exclusiva do Rio de Janeiro. Cidades como Paris, Londres, Liverpool, Bristol e Nova Iorque enfrentaram problemas urbanos e de saneamento.¹⁸ Dentre os vários discursos internacionais defendidos em torno desta questão, destacaram-se grupos que defendiam ideais individualistas - que se opunham à ação do poder público como os liberais-ortodoxos e os anarquistas - e os que defendiam ideais coletivistas - como os liberais-progressistas e os socialistas. Assim, a opção tomada por Rodrigues Alves, através de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, comportava elementos dos dois ideais – individualistas e coletivistas. "Coletivistas porque muitas das medidas por eles propostas implicavam em disciplinar as forças de mercado, de modo a evitar que viessem a colocar em risco o funcionamento da cidade enquanto *locus* de convivência entre uma pluralidade de pessoas e interesse. E individualista porque, ao sacrificar-

¹⁵ PECHMAN, Sergio e FRITSCH, LÍlian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". In: *Revista Brasileira de História* n° 8/9. Rio de Janeiro : Editora Marco Zero, 1985; pág. 148

¹⁶ MOTTA, Marly. *Idem*: p. 51.

¹⁷ PECHMAN e FRITSCH, *Idem*. p. 152.

¹⁸ PECHMAN e FRITSCH, *Idem*. p. 144.

se a todos em nome do interesses da cidade em seu conjunto, penalizava-se mais duramente a maioria da população do que as forças de mercado”.¹⁹

Dessa maneira, a reforma urbana promovida na administração do prefeito Pereira Passos foi tomada para solucionar a grave crise urbanística da cidade, percebida desde meados do século XIX, mas somente conseguindo se concretizar quando o país conquistou estabilidade política e econômica no governo de Rodrigues Alves, já no início do século XX. Numa ação conjunta girada em torno de uma reforma urbana e de medidas sanitaristas, o Estado passou a desempenhar funções que até então se concentravam nas mãos de empresas privadas. Exercer tais funções estava de acordo com o novo papel que o Estado se propunha a desempenhar: em primeiro lugar, "mais ativo enquanto produtor de serviços oferecidos à população e em segundo, estabelecer maior disciplinamento sobre os usos que os moradores faziam da cidade".²⁰ O Estado passou então a regular a vida e o uso da cidade atuando no âmbito do trabalho, da propriedade, em defesa do meio-ambiente, da segurança pública, do silêncio da moral, da estética e da saúde pública.

A necessidade da reforma e os discursos que giram em torno delas estavam inseridos dentro de um projeto urbano que vinha sendo discutido há mais de 50 anos, onde a concepção de moderno congregava conceitos de limpeza e conseqüentemente de embelezamento urbano.²¹ A necessidade de inserir o Brasil nos grupos das grandes cidades modernas se acentuou com a troca do regime político, quando o novo regime republicano procurava se apropriar da condição de moderno, contrapondo-se ao regime político anterior ao qual insistia em associar os conceitos de passado, atrasado e dependente.

Com o advento da República e a virada do século, o Rio de Janeiro sofreu várias intervenções na sua estrutura urbana marcadas pelo domínio do conhecimento científico de engenheiros, médicos e sanitaristas. Prevaleciam, no âmbito administrativo, seus ideais urbanos representados pelo desejo de modernizá-la e solucionar os problemas de insalubridade aos quais estava condenada. Aliado a tais ideais estava o objetivo de inserir o Brasil na economia mundial e o Rio de Janeiro, então capital federal, representava a nação brasileira. Assim sendo era preciso transformar a capital em uma cidade limpa, moderna e pronta para o investimento de

¹⁹ PECHMAN e FRITSCH, *Idem.* p. 186.

²⁰ PECHMAN e FRITSCH, *Idem.* p. 155.

²¹ Ver CAVALCANTE, Berenice. “Beleza, limpeza ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Revista Rio de Janeiro* I. Niterói: Dezembro de 1985.

capital estrangeiro.²²

Vêm de longa data os comentários de que o morro do Castelo estaria atrapalhando o bom desempenho e o crescimento urbano do Rio de Janeiro. A começar, em 1798, foi elaborado, pelo Senado da Câmara, um questionário acerca da situação sanitária da cidade, a fim de investigar as causas e possíveis soluções sobre as doenças endêmicas e epidêmicas existentes. Respondido por três médicos portugueses, Manoel Joaquim Marreiros, Bernardino Antônio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros, o seu resultado condenou os morros da cidade, dizendo-os responsáveis pela má circulação do ar e conseqüentemente pela permanência dos miasmas²³, agravando as péssimas condições de saúde em que o Rio de Janeiro se encontrava.²⁴ Em 1816, o bispo Azeredo Coutinho elaborou o primeiro estudo para seu arrasamento. Em 1838, Pedro Belegarde e Conrado Niemeyer, importantes engenheiros do governo imperial, solicitaram um pedido de concessão para arrasar o morro. Como sócios do IHGB, eles se enquadravam na opinião do Instituto que apoiava o desmonte, sendo o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, a única voz dissonante dentro do IHGB.²⁵ Varnhagem defendia a permanência do morro, cuja demolição ele considerava uma obra “gigantesca e dispendiosa”, para conter o calor proveniente do mar. Sua idéia consistia em plantar árvores nas encostas do Castelo e transformá-lo em um passeio público, em vez da alameda que seria formada com o

²² Ver: ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Zahar / Iplan Rio, 1987. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992., DEL ROSSO, Giovanna Brenna (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro : Index, 1985. KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro : Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001. MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992. PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lílian. “A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”. IN: *Revista Brasileira de História* n^o 8/9. Rio de Janeiro : Editora Marco Zero, 1985. ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

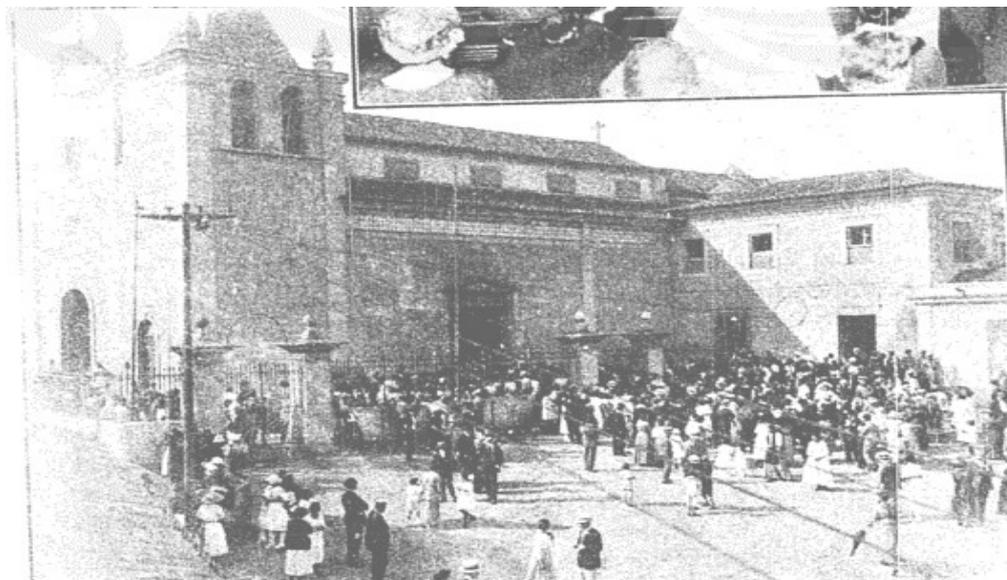
²³ Segundo o Houaiss, miasmas são emanções a que se atribuíam, antes das descobertas da microbiologia, a contaminação das doenças infecciosas e epidêmicas. Essas emanções eram vapores e odores exalados constantemente dos alagadiços muito presentes na cidade do Rio de Janeiro durante os séculos XVIII e XIX.

²⁴ Este questionário foi publicado somente em 1813, nos primeiros números do periódico científico-cultural *O Patriota*. Ver: FERREIRA, Luiz Otavio. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(2): 331-51, jul.-out. 1999.

²⁵ O IHGB, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, teve importante papel na construção da memória e na imagem do país desde a sua fundação em 1838. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, 1 (1): 5-27, 1998

espaço plano conquistado com o desmorte.²⁶ Ainda assim, em 1890 a Empresa Melhoramentos²⁷ obteve a concessão para derrubar o morro, porém, alegando dificuldades financeiras, não conseguiu que o projeto seguisse em frente.²⁸

No início do século XX, o morro foi alvo de duas demolições significativas. A primeira, em 1904, durante a administração de Pereira Passos, quando foi aberta a Avenida Central, demolindo a ladeira do Seminário e boa parte do próprio morro. Com esta demolição o morro passou a ter outro limite na sua extensão: as costas da Biblioteca Nacional e da Escola de Belas Artes. A segunda, e definitiva, demolição foi iniciada em 1921 e bastante discutida na imprensa, entre governantes e intelectuais. Houve várias atividades solenes no morro, como a última missa dos capuchinhos, que lotou a igreja com cerca de 10.000 pessoas²⁹ e a procissão de traslado dos ossos de Estácio de Sá e do marco da cidade.



Ultima missa realizada na Igreja dos Capuchinhos, em 01 de novembro de 1921.
Revista Careta, 05 de novembro de 1921.

²⁶ VIEIRA FAZENDA, Jose. “Águas do monte”. IN: *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Revista do IHGB 1920; tomo 88; p. 30. Apesar de sua idéia ter tido pouco respaldo no Instituto ao qual era sócio, Varnhagem ainda insistiu na preservação da memória guardada pelo Castelo. Na sessão de 12 de maio de 1905 propôs aos demais sócios que o Instituto, caso fosse levada a efeito a demolição do morro e da Igreja de São Sebastião, que “as preciosas cinzas de Estácio de Sá sejam guardadas no presbitério da Arquidiocese, com o consentimento do venerando consócio o Sr. Arcebispo D. Joaquim.” VANHARGEM, Francisco Adolfo de. *Atas de sessões do IHGB*. Revista do IHGB, 1905; tomo 68, p. 542.

²⁷ A empresa era presidida por Carlos Sampaio e tinha como sócios os engenheiros Paulo de Frontin, prefeito do Rio de Janeiro em 1919, e José Vieira Souto, consultor da Prefeitura.

²⁸ KESSEL. *Idem*; p. 29.

²⁹ Revista *Careta*, janeiro de 1922. A missa de São Sebastião em 1923, primeira após a demolição do Castelo, foi celebrada pelos capuchinhos na Praça Saenz Pena, pois a nova igreja na rua Haddock Lobo ainda não estava pronta. Mas apesar do altar provisório, a sagrada imagem do santo foi levada até o local, que foi pequeno para a grande quantidade de fieis presente. *O Jornal*, 20.01.1923.

Em 17 de agosto de 1920, legitimado pelo ideal modernizador que defendia a construção de uma cidade moderna, e diante da carência da maioria da população que o habitava, Carlos Sampaio, como representante do poder executivo municipal, assinou o decreto que autorizava o desmonte do morro.³⁰ Suas terras foram usadas para construir a seqüência da avenida Beira Mar, aberta na administração de Pereira Passos, apontando uma continuidade na política administrativa entre os dois períodos.

Durante o governo de Carlos Sampaio travou-se uma discussão na imprensa acerca da derrubada do morro.³¹ Lima Barreto, que então escrevia para a revista *Careta*, insistia regularmente na questão das habitações e dos moradores do morro. Em um texto intitulado “Megalomania”, Lima Barreto chamava atenção para a “lógica administrativa” adotada pela prefeitura que, segundo ele, investia em “arremedos parisiense, fachadas e ilusões” e esquecia de “obras de utilidade geral e social”.³² Devido à carência habitacional sofrida na cidade desde a administração de Passos, aponta para a ausência de casas populares na cidade, agravada por conta de projetos como o de “arrazar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas”. Criticando ainda mais profundamente o projeto de arrasamento do morro, afirma que o Rio sem os morros “não será mais o Rio de Janeiro: será toda outra qualquer cidade que não ele”.³³

Calcados em idéias que defendiam a tradição, o patrimônio, a história e a beleza natural – proporcionada pela vista da Baía de Guanabara – existentes no morro, os demais discursos contrários ao desmonte insistiam que a demolição era desnecessária.³⁴ O consultor técnico da prefeitura de Carlos Sampaio, o engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto, havia elaborado um projeto, ainda em 1916, remodelando os morros do Castelo e de Santo Antônio. Para o Castelo, além do saneamento e embelezamento, propunha também a abertura de túneis para facilitar o tráfego e ainda canalizar correntes de ar para toda a região.³⁵ Havia ainda aqueles que argumentavam contra o contrato firmado com a empresa que faria as obras do desmonte,

³⁰ Ver KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro : Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001.

³¹ Ver MOTTA, *Idem* p. 61.

³² BARRETO, Lima. “Megalomania”. *Careta* 28 de agosto de 1920.

³³ BARRETO, Lima. *Idem*.

³⁴ *A Notícia*, 29 de setembro de 1920 e *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1920. Interessante destacar que o discurso contrário ao desmonte se concentrou no mês seguinte a assinatura do decreto municipal que autorizou o arrasamento do morro.

³⁵ *Jornal do Brasil*, 09 de setembro de 1920.

alegando que interesses particulares foram maiores que os interesses do Estado e ainda questionando a ausência de uma licitação pública para a escolha da empresa.³⁶

Mas ainda assim o ideal urbano defendido por políticos e demais autoridades prevaleceu e calou vozes que defendiam a permanência do morro. Mesmo sobre fortes discussões e opiniões intelectuais contrárias ao desmonte, o morro foi arrasado por um novo sistema, moderno e veloz: jatos de água.

Muda a cidade, mudam-se as pessoas

As transformações e o crescimento urbano do Rio de Janeiro também alteraram o perfil dos moradores do morro do Castelo, conhecidos como castelenses. Se nos tempos coloniais havia a concentração de instituições e funcionários ligados à Coroa e nos tempos do Império alguns prédios de importância, no início do século XX sua população era, em sua maioria, composta de pessoas de baixa renda. Uma das justificativas para o desmonte era o fato de que a sua população, segundo o cronista Luiz Edmundo, se resumia a

"homens de carão pálido e chupado, a barba por fazer denunciando moléstia ou penúria estrema; mulheres, burras de trabalho, de ar desalinhado e pobre, as saias de cima na cintura, úmidas da água dos tanques onde trabalham o dia inteiro; crianças cobertas de feridas e endiabradas" residindo em casa de "estilo feio e forte da colônia"³⁷,

Meu trabalho, no entanto, questiona tais argumentos desqualificadores. Até que ponto se trata de um discurso elaborado por setores das elites para justificar a sua ação interventora? Elaborar uma imagem negativa do morro e de seus moradores ajudaria bastante na ação do desmonte. Em setembro de 1921 havia no morro do Castelo 408 prédios onde habitavam 4200 pessoas.³⁸ Pouco se fala a respeito desses agentes sociais. Periódicos da época, como a revista *Careta*³⁹, ao apoiar o desmonte, representavam seus moradores como pobres, desarticulados,

³⁶ *Jornal do Brasil*, 07 e 09 de setembro de 1920.

³⁷ EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro : Xenon, 1987, p. 65.

³⁸ IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, p.25.

³⁹ A revista *Careta* ao referir-se ao morro do Castelo, muitas vezes chamava-o de "montanha de estrume", "trambolho" e criticava os que o defendiam em nome da tradição, questionando até que ponto as tradições deveriam ser mantidas em detrimento da cidade.

sujos e mal vestidos, destoando do novo cenário composto pela praça Cinelândia, no final da agora avenida Rio Branco.⁴⁰

Até mesmo os que se colocavam contrário ao desmonte argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. Sobre os moradores e suas residências, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que se encontravam. Uma reportagem feita pelo jornal *A Notícia* narrando a visita de dois repórteres ao morro, e defendendo a sua permanência por conta de suas belezas naturais, mostra como esses populares eram vistos.⁴¹ Os repórteres, depois de descreverem a bela vista da Baía de Guanabara que o morro proporcionava, argumentam que “ao sol da manha faiscante, a miséria daquele casario amontoado e sujo parecia ressaltar a paisagem maravilhosa – a Baía toda azul, a cidade fulgurando - tornando o contraste ainda maior.”

Na maioria dos trabalhos sobre as reformas urbanas encontramos os discursos produzidos por engenheiros, políticos e empreiteiros envolvidos nessas obras.⁴² Esses agentes sociais, por estarem em uma posição social de maior destaque e por terem acesso a determinados instrumentos políticos e econômicos que garantiam a sua hegemonia perante as classes menos favorecidas, acabaram por se tornar os “produtores do espaço” – uma expressão desenvolvida por Marcel Rocayolo e utilizada por Mônica Velloso em seu livro *A cultura das ruas do Rio de Janeiro*.⁴³ Esses agentes sociais, calcados em discursos científicos, poder político e estratégias econômicas, atribuíram-se a função de construir o espaço moderno urbano no Rio de Janeiro, deixando além de uma rede de relatos, a própria reforma registrando o seu discurso. Quando Rocayolo elaborou a expressão “produtores do espaço”, ele chamou a atenção para o pólo que tem sido privilegiado nas reflexões sobre o fenômeno urbano, enfocadas nos discursos e ações daqueles que intervieram, de alguma maneira, no espaço urbano, ou seja, os ditos “produtores do espaço”. A fim de dar um outro enfoque ao seu objeto, Roncayolo propõe que as representações

⁴⁰ Em 1912, com a morte do influente diplomata Barão do Rio Branco, a Avenida Central passou a ser chamada de Avenida Rio Branco em sua homenagem.

⁴¹ "Um passeio ao Morro do Castelo - aspectos da vida pobre naquele canto da cidade". *A Notícia*, 29 de setembro de 1920.

⁴² Na introdução de *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, Jaime Benchimol explica que a documentação ao qual teve acesso, no Arquivo da Cidade, apesar de extremamente rica, era essencialmente “oficial”, apresentando sempre algum tipo de relação jurídica com o Estado. Por conta disso, seu estudo, por ter tido acesso parcial às informações, acabou ilustrando apenas “um determinado prisma da realidade”.

⁴³ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930) : mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos ; 1).

da cidade sejam consideradas a partir das perspectivas dos próprios habitantes da cidade, cuja relação se dá através do uso do espaço urbano e não na intervenção técnica.

Tendo o conceito desenvolvido por Marcel Roncayolo como base, defendo que o espaço urbano reflete as relações sociais nele existente. Entendo que diferentes subjetividades sociais formam o fenômeno urbano e sendo a cidade uma construção do homem, ela reflete suas idéias e disputas, fazendo do espaço urbano uma representação das disputas sociais. Aqui, as reformas do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro refletem claramente as disputas sociais travadas em outros campos.

A reforma urbana promovida pela administração de Francisco Pereira Passos, a primeira das grandes reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, foi iniciadora da questão da intervenção do Estado no espaço urbano. A grande proposta dessa reforma foi a alteração do uso dos espaços urbanos. Antes dela, pouca diferença havia entre o espaço do trabalho e o espaço de moradia. A reforma de Passos alterou profundamente esta relação, tendo como um de seus objetivos separar esses espaços, tanto para controlar o seu uso como para separar as classes sociais. Para tal, o desejo de separar os usos e as classes, delegou os bairros do centro para a produção e circulação, os novos bairros da zona sul para os ricos e os novos bairros do subúrbio para os pobres.⁴⁴

Maurício de Abreu, ao analisar a evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, percebe a reforma urbana promovida pela administração de Pereira Passos como fundamental para a compreensão da questão, pois desloca-a da órbita da *forma* para o *espaço*, ou seja, a partir do governo Pereira Passos (1902-1906), o Estado deixou de priorizar o controle social através da forma da habitação popular – sendo ela o cortiço ou a vila operária – e passou a priorizar o controle social através do espaço ocupado por essas habitações. O Estado passou a se preocupar com o local que as habitações populares ocupavam, ou, nas palavras do autor, com o seu *habitat* – definido como o conjunto das condições de organização e povoamento pelo homem no meio em que vive, sendo ele o loteamento, o subúrbio, a periferia e mesmo a favela.⁴⁵

A partir da segunda metade do XIX, a cidade do Rio de Janeiro apresentou um crescimento populacional constante e intenso: o censo de 1890 registrou 522.651; o de 1906,

⁴⁴ Ver ABREU, Maurício de Almeida. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, volume 1 numero 2; pp. 47-58. jan./abr. 1986.

⁴⁵ ABREU, Maurício de Almeida. *Idem*; p. 48.

811.443; e o de 1920 contabilizou 1.157.873 pessoas morando na cidade.⁴⁶ Vários fatores contribuíram para este crescimento, dentre eles, o grande fluxo de imigração, tanto européia como aquelas oriundas de outras cidades brasileiras. Com isso, ocorreu uma grande concentração das habitações coletivas nas freguesias centrais do Rio de Janeiro. Isso porque para a maioria da população estar mais próximo ao centro da cidade era condição indispensável para a própria sobrevivência. O trabalho, ainda não calcado nas relações capitalistas que viriam a se consolidar baseando-se na relação patrão e empregado, tinha que ser procurado diariamente.

Para muitos das classes populares e com profissões pouco qualificadas,⁴⁷ o trabalho não existia como local, só aparecia como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de determinadas atividades econômicas. E o centro da cidade era o local de grande concentração de comércio e serviços, razão pela qual o número de cortiços e quartos era elevadíssimo nas freguesias centrais.⁴⁸ A reforma urbana, aliada aos discursos higienistas defendido pelas autoridades, teve como um dos principais focos a derrubada de cortiços no centro da cidade. Vistos como verdadeiros vilões e culpados por quase todas as mazelas de saúde existentes nas cidades, os cortiços e também os morros, foram condenados por engenheiros e sanitaristas. Na década de 1850, diversos relatórios de higiene pública condenaram as habitações coletivas como sendo os focos de epidemia. Isso levou a administração municipal à travar uma verdadeira guerra contra tais habitações. Através de leis, proibiu a construção de novas estalagens, bem como qualquer reforma nas antigas; fechou e multou pelos serviços de higiene centenas de habitações; e determinou a demolição de vários prédios em mau estado. Mais tarde, os dois relatórios da Comissão de Melhoramentos da

⁴⁶ BRASIL, Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, 1922. “Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil.” Introdução ao *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*.

⁴⁷ HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1993. Neste trabalho, June Hahner analisa a vida das camadas pobres do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, apresentando uma boa noção dos atores desse grupo social. Ela os divide em trabalhadores qualificados ou “artífices especializados” e os trabalhadores não-qualificados, com ocupações temporárias, incertas e inconstantes. Como trabalhadores qualificados, June Hahner aponta os carpinteiros, estofadores, pedreiros, marceneiros, tipógrafos, sopradores de vidro, tanoeiros, sapateiros, padeiros, chapeleiros e alfaiates. Os trabalhadores não-qualificados seriam os vendedores de rua, carregadores, lavadores de pratos e diaristas, motorneiros e cocheiros, ou seja, aqueles serviços em que é necessário o uso de força e de pouca habilidade. As mulheres pobres trabalhavam como lavadeiras e em serviços domésticos, as meninas vendiam doces e os meninos lustravam sapatos e vendiam jornais.

⁴⁸ ABREU, Mauricio de Almeida. *Idem*; p. 48.

Cidade do Rio de Janeiro, publicados na década de 1870, reforçaram e aprofundaram essas idéias.⁴⁹

Desde então, as preocupações urbanas e sanitárias se tornaram cada vez mais em voga, em especial quando, a partir da década de 1880, a cidade foi assolada por inúmeras epidemias.⁵⁰ Alguns projetos no início da década de 1890 elaborados pela recém-instituída Comissão da Carta Cadastral, para a definição de uma planta cadastral para a cidade, foram detalhados refletindo as reflexões urbanas e sanitárias que vinham sendo desenvolvidas a pelo menos 50 anos.⁵¹ Ainda em 1893, o prefeito Barata Ribeiro, imbuído de valores que defendiam a modernização da cidade através de sua higienização, promoveu a derrubada de vários cortiços, entre eles o mais famoso – conhecido como Cabeça de Porco – localizado na rua Barão de São Félix no bairro da Gamboa.⁵²

Como se vê, o processo de controle pelo Estado do espaço urbano, apesar de ter se concretizado na administração Pereira Passos e ter sido inserido no processo das reformas urbanas ocorridas nas primeiras décadas da República brasileira, não foi fruto exclusivo do novo regime. O prefeito Pereira Passos, alicerçado pelo governo de Rodrigues Alves, comandou, no curto período de quatro anos, a maior transformação já verificada no espaço carioca até aquele momento. Colocou em prática um amplo programa de reforma urbana, que não surgiu do nada. Como bem demonstrou Maurício Abreu, as intervenções, ou mesmo as reflexões de cunho urbanístico, sempre são posteriores a mudanças nas relações sociais, se destinando a resolver contradições provenientes de tais mudanças.⁵³ Em outras palavras, antes de se mudar a cidade, se muda primeiro a maneira de pensá-la. As idéias propagadas por engenheiros e sanitários foram cada vez mais sendo postas em prática na tentativa de contornar os graves problemas que assolavam a cidade desde o período imperial, sendo adequada às novas necessidades de uma política econômica mais dinâmica e voltada para a exportação e ainda de acordo com a

⁴⁹ ABREU, Maurício de Almeida. *Idem*. p. 48. Interessante destacar que Francisco Pereira Passos foi membro desta Comissão.

⁵⁰ Como já foi apontado aqui na primeira parte do texto.

⁵¹ ABREU, Maurício de Almeida. *Idem*. p. 52. Nesta planta cadastral, foram propostas a demolição das ruas estreitas do centro da cidade e a abertura de ruas largas e melhores arejadas.

⁵² ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : IPLAN / J. ZAHAR, 1987; p. 50.

⁵³ ABREU, Maurício. *Idem*. p. 52

concepção do que seria moderno na época: o limpo e o belo, gerando saúde e ordem, contrapondo-se ao feio e ao sujo, geradores de doença e de desordem.⁵⁴

Ao longo da sua evolução urbana, o Rio de Janeiro contou com importantes administradores que, cada qual a sua maneira, impôs seu viés na cidade. Muitos engenheiros tiveram um papel ativo em praticamente todas as administrações e quando ocupavam o cargo de prefeitos acentuavam as alterações urbanísticas da cidade. Destaco três engenheiros que fizeram administrações marcantes na história da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX: o já citado Francisco Pereira Passos, prefeito de 1902 a 1906; Paulo de Frontin, prefeito de janeiro de 1919 a julho de 1919; e Carlos Sampaio, prefeito de junho de 1920 a novembro de 1922. As realizações desses prefeitos-engenheiros, de uma maneira geral, visavam acabar com a lembrança da cidade colonial e suas ruas espremidas, alterando não somente o seu formato como o seu uso, em nome de uma cidade moderna e pronta para o progresso, de acordo com o lema do novo regime republicano.

Francisco Pereira Passos teve a sua administração fortemente marcada por profundas alterações no aspecto urbano da cidade, concomitante à campanha sanitária promovida por Osvaldo Cruz. Representando uma elite sócio-econômica que procurava espelhar-se no comportamento e formas de vida da sociedade francesa, a reforma de Pereira Passos foi totalmente baseada na remodelação da cidade de Paris e seus boulevards. Além da modernização do porto e da expansão da cidade em direção ao subúrbio, coube à administração do prefeito, juntamente com o governo federal, a abertura de três grandes avenidas: a avenida Central, a Francisco Bicalho e a Rodrigues Alves, com o objetivo de facilitar a circulação tanto de mercadorias como de pessoas.⁵⁵

Como já dito, a administração de Pereira Passos foi fruto de uma política conjunta entre governo municipal e governo federal, que resultou no aterro e na modernização do porto, utilizando as terras retiradas do morro do Senado, e a construção das avenidas já citadas. Aliada à política de modernização do centro da cidade estava a política de saneamento, que juntas desalojaram milhares de pessoas, derrubaram milhares de cortiços e acarretaram no aumento do custo de vida, pois os aluguéis atingiram um preço recorde. A política municipal de Pereira Passos ficou conhecida como o 'bota-abaixo' e agravou a crise habitacional, desabrigando um

⁵⁴ Ver CAVALCANTE, Berenice. "Beleza, limpeza ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro". In: *Revista Rio de Janeiro* I. Niterói: Dezembro de 1985.

⁵⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; p.226.

elevado número de pessoas que viviam nas casas de cômodos e cortiços do centro da cidade.

A administração de Paulo de Frontin durou apenas seis meses, porém foi de "densidade máxima", já que "nunca ninguém fez tanto em tão pouco tempo".⁵⁶ Coube a sua administração alargar e pavimentar a avenida Atlântida; construir no Leblon a avenida Meridional, atual avenida Delfim Moreira; canalizar o rio Comprido e abrir grande parte da avenida Rio Comprido, atual avenida Paulo de Frontin; iniciar a perfuração do túnel João Ricardo; abrir a rua Alcindo Guanabara; prolongar a avenida Beira Mar, com o nome de avenida Presidente Wilson; construir o cais da Urca; e alargar a avenida Niemeyer.⁵⁷

O início da década de 1920 foi marcado por uma vasta discussão em torno da imagem internacional da cidade devido a dois grandes episódios: a visita do rei Alberto e da rainha Elisabeth, monarcas belgas, marcada para setembro de 1920 e a comemoração do Centenário de Independência do Brasil em 1922. Esses dois eventos levaram uma grande preocupação para as autoridades e para a imprensa de modo geral. Como o Rio de Janeiro, e por consequência o Brasil, seriam vistos e avaliados pelas autoridades internacionais e conseqüentemente pelos investidores estrangeiros era a grande discussão deste período.

De acordo com o ideal de modernidade que figurava neste momento⁵⁸, a administração Carlos Sampaio recebeu todo apoio federal para deixar a cidade apta para os eventos que ocorreriam. Segundo Carlos Kessel, a trajetória de Carlos Sampaio estava ligada ao arrasamento do morro do Castelo desde 1890, através da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, cuja sociedade ele dividia com Paulo de Frontin e Luiz Rafael Viera Souto⁵⁹, e desde então elaborava projetos para obter a concessão para arrasar o morro.⁶⁰ O desmonte do morro foi a obra de maior destaque nesta administração, porém outras de cunho urbanístico semelhantes a das duas administrações citadas também tiveram destaque: a construção da Avenida Portugal, no recente e ainda desabitado bairro da Urca; a abertura da Avenida Maracanã; o alargamento

⁵⁶ REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: Evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, vol. 3, p. 71.

⁵⁷ ABREU, Mauricio. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : IPLAN / J. ZAHAR, 1987; p.74.

⁵⁸ Como já explicado, o ideal de uma cidade moderna neste momento dizia respeito ao seu saneamento e embelezamento.

⁵⁹ Luiz Rafael Viera Souto, famoso engenheiro e consultor da prefeitura carioca, defendia a abertura de túneis no morro do Castelo em vez do desmonte. Para ele o Castelo protegia em vez de obstruir, e os túneis facilitariam o tráfego e canalizaria as correntes de ar. MOTTA, Marly. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992, pág. 61.

⁶⁰ KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro : Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001; p. 29.

da Avenida Niemeyer; a canalização dos rios da Tijuca; a reconstrução da Avenida Atlântica; a abertura da Avenida Rui Barbosa; a conclusão da Avenida Beira Mar; o aterro e o saneamento das margens da Lagoa Rodrigo de Freitas.⁶¹

As intervenções urbanas do início do século XX não somente alteraram o aspecto do Rio de Janeiro, como também apontaram novas tendências de controle por parte do governo. O Estado brasileiro, desde pelo menos a década de 1880, subsidiou, com incentivos fiscais, a construção por empresas privadas de casas populares higiênicas, em sua maioria no formato de vilas.⁶² Independente de seu resultado, Maurício Abreu destaca que a solução encontrada pelo Governo, antes do Período Pereira Passos, para substituir os cortiços continuava se concentrando na *forma da habitação*. As vilas operárias, por exemplo, eram altamente controladas por normas, horários, leis e decretos. E o mais interessante é que tais habitações não deixaram de ser coletivas, ainda que agora fossem 'higiênicas'. Porém ao contrário dos cortiços eram altamente controláveis, tanto por regulamentos do Ministério do Interior como pelas próprias fábricas.⁶³ A atuação da administração de Pereira Passos representa o primeiro grande exemplo de intervenção direta, maciça e abrangente do Estado sobre o espaço urbano, tendo dois eixos de sustentação: o controle da circulação, que servia ao novo capital, e o controle urbanístico, vinculado ao controle social das classes populares e que vinha sendo desenvolvido pelo Estado, através de incentivos e legislações, há décadas.⁶⁴ Em nome da higiene e da estética, por exemplo, o prefeito proibiu a venda dos mais variados produtos nas vias públicas; combateu o comércio ambulante; declarou guerra aos quiosques, um dos pontos de encontro da população operária; proibiu o exercício público da mendicância, etc. Além de alterar o espaço urbano, o prefeito atingiu também as "velhas usanças" da população, isto é, o conjunto de "práticas econômicas, formas de lazer, costumes e hábitos profundamente arraigados no tecido social e cultural da cidade".⁶⁵

A administração Passos simbolizou uma nova estratégia por parte do governo. A abertura dos subúrbios para as classes populares passou a separar as classes não mais pela *forma da habitação* mas sim pelo *espaço ocupado* pela habitação. A estratégia de Pereira Passos era

⁶¹ ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : IPLAN / J. ZAHAR, 1987; p. 77.

⁶² ABREU, Maurício de Almeida. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução." *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, volume 1 numero 2; pp. 47-58. jan./abr. 1986; p. 49.

⁶³ ABREU, Maurício. *Idem*; p. 48

⁶⁴ ABREU, Maurício. *Idem*; pp. 52-53

⁶⁵ BENCHIMOL apud ABREU, Maurício. *Idem*; p. 53.

separar o uso dos espaços: um destinado à produção de atividades comerciais e de serviço e ao consumo, no caso o então recém-reformado centro; e outro destinado à habitação, os subúrbios para as classes mais baixas e a zona sul para as mais altas.

No entanto, Maurício de Abreu salienta que a separação de usos e classes não foi perfeita. A separação dos espaços para residência e dos espaços de trabalho deve ser entendida segundo uma forma tendencial, e não como realidade absoluta. Nem todos aqueles que habitavam a área central foram afetados diretamente pela remodelação da cidade, ou transferiram-se para os subúrbios, como foi o caso do morro do Castelo e de seus moradores. Para outros, a necessidade de habitar o centro da cidade, próximo a oportunidades de trabalho, era tanta que a solução foi a moradia, em alta densidades e pagado altos aluguéis, nos bairros periféricos ao centro que não foram alvo das reformas, como o Catumbi, a Cidade Nova, a Misericórdia (onde estava o morro do Castelo), o Estácio, a Lapa, a Gamboa, o Santo Cristo e a Saúde.⁶⁶

Ainda havia a solução pela habitação de um novo habitat que surgia, e que se definia exatamente como contraponto da tentativa de controle total do espaço pelo Estado: os morros. “Atraindo grande quantidade de força de trabalho e não oferecendo espaços para a sua reprodução, a Reforma Passos viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação - ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvido na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela.”⁶⁷ A ocupação das encostas dos morros próximos ao centro, um espaço que ainda não havia sido alvo de controle, foi a resposta dos populares frente a ação interventora do governo.

Como exposto acima, a reforma Pereira Passos acabou piorando o problema habitacional da cidade do Rio de Janeiro. As habitações para as classes populares localizadas no centro foram alvo de inúmeras demolições, ficando cada vez mais escassas, inflacionando o mercado de aluguéis. Tal problema gerou uma concentração nos bairros mais carentes, que não foram atingidos pela reforma. Quando Carlos Sampaio assumiu a prefeitura da cidade imbuído pelo presidente Epitácio Pessoa em preparar a cidade para dois grandes eventos: a visita dos reis da

⁶⁶ ABREU, Mauricio. *Idem*. p. 56.

⁶⁷ ABREU, Mauricio. *Idem*. pp. 56-57

Bélgica e, em especial, as comemorações do Centenário da Independência, preocupou-se exclusivamente em arrumar uma de suas partes mais nobres: a Cinelândia.

A reforma desenvolvida por Carlos Sampaio foi amplamente baseada na experiência anterior de Pereira Passos. A Cinelândia, praça localizada no final da Avenida Central e onde se concentravam quatro importantes prédios: o Supremo Tribunal Federal, o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola de Belas Artes, recebeu novas alterações. Esses três imponentes prédios tiveram o início de suas construções na administração Passos, que promoveu concursos para seus projetos. As construções terminaram somente no início da década de 1910. A administração de Carlos Sampaio reformou a praça e construiu outro prédio tão imponente quanto os já existentes: o prédio da Câmara Municipal. A presença do morro do Castelo, cujas encostas ficavam atrás da Biblioteca Nacional, em espaço tão nobre e simbólico, não condizia com os objetivos da administração municipal.

Apesar da grande ação de remover a população pobre do centro durante o governo Passos, estes atores sociais não abandonaram o centro e a zona sul da cidade. Isso se deu, dentre outros fatores, devido à uma certa flexibilização da lei municipal que proibia reformas nos cortiços existentes, bem como também à condescendência por parte dos delegados sanitaristas que relaxaram quanto as fiscalizações. A ação dos proprietários de cortiços, que visavam defender seu patrimônio, foi precisa para manutenção de alguns cortiços no centro.⁶⁸ Dentre estes cortiços, apontamos aqueles existentes no morro do Castelo.

A população de baixa renda que habitava o centro da cidade do Rio de Janeiro morava em habitações coletivas, sendo os cortiços apenas um desses tipos de habitação. O Decreto número 391 de 1903 definia como habitações coletivas toda a habitação que dentro de um mesmo terreno, ou sob o mesmo teto, abrigasse famílias distintas, que se consistiam em unidades sócias independentes. Dentro desta definição podiam ser consideradas como habitações coletivas, além dos cortiços ou estalagens, as avenidas, as casas de cômodos, as vilas operárias e mesmo as favelas.⁶⁹

Ao falar sobre as habitações populares do início do século XX, o geógrafo Everardo Backheuser aponta as ruas da Cidade Nova, da Gamboa, da Saúde, de Frei Caneca, Camerino,

⁶⁸ PECHMAN e FRITSCH, *Idem.* p. 179.

⁶⁹ CARVALHO, Lia Aquino. “Habitações Populares”: capítulo 2 de *Contribuição ao estudo das habitações populares*. 2.ed. Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995 (Biblioteca carioca, v.1); pp. 133-134.

Barão de São Felix, Visconde de Itaúna, Riachuelo e “um milheiro de outras no Centro” como sendo as de maior concentração desse tipo de habitação.⁷⁰ Descreve os tipos de habitações coletivas então existentes, onde “aglomerada, essa gente - trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros, caixeiros de bodegas, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia e mulheres de vida reles” vivem: casas de cômodos, cortiços, estalagens, avenidas e favelas.

Dentro dos cinco tipos descritos, o tipo que Backheuser mais condena são as casas de cômodo. Segundo ele porque são as mais anti-higiênicas, as mais detestáveis e as mais promíscuas das habitações coletivas. Eram velhos casarões, por certo residências nobres nos tempos da colônia ou do império, de muitos andares, divididos e subdivididos por um sem número de tapumes de madeira. Às vezes nem as divisões de madeira: nada mais que sacos de aniagem estendidos verticalmente sem nenhuma privacidade. Ali se cozinhava também em conjunto, em corredores escuros e sob a ameaça de incêndio. As pessoas, segundo Bachkeuser, de aspectos sujo, negras em geral, e mal vestidas, lavavam roupas nos próprios quartos, estendendo-as nos telhados, e deixando o ambiente quente e úmido, “impossível de respirar”. Nas alcovas, como eram chamados os quartos, eram escuras e entupidas de camas.

“Já em melhores condições que a casa de cômodos é a estalagem”, onde havia mais ar, mais luz e “um pouco mais de bem estar e de conforto”. São pequenas casinhas de porta e janelas, alinhadas contornando um pátio central onde crioulas, portuguesas, italianas e uma ou outra espanhola, trabalham diariamente lavando roupas em tinas. As habitações eram separadas, tendo uma sala de frente, ornada de santos; outra sala para visitas, refeições e demais atividades; a sua alcova quente e separada da sala por um tabique de madeira; e mais um quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio. Ali se dormia em todos os aposentos. Aponta um aspecto pitoresco nas estalagens mais novas e, em contrapartida, um aspecto mais primitivo, grotesco e mal acabado nas estalagens antigas, ficando mais parecidas com os cortiços.

Para Everardo Backheuser, as estalagens antigas e os cortiços tinham “*facies*” igual, sendo nestes as condições higiênicas inferiores. Nos cortiços, as alcovas eram mais quentes, mais baixas e mais escuras. A separação das famílias era menos acentuada, sendo a vida em comum mais presente. Enquanto os cortiços eram estalagens velhas e em piores condições, a avenida era uma estalagem aperfeiçoada. Tinha uma rua central, calçada, com passeios e

⁷⁰ BACKHEUSER, Everardo. "Onde moram os pobres". Revista Renascença Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes. Ano 2 Março de 1905 Numero 13

ladeada por casinhas separadas, cada uma com a sua instalação de cozinha, banheiros e latrinas independentes, “bem ladrilhadas como mandam os regulamentos para as mais ricas residências”. Cada casa tinha a sua área espaçosa e cimentada, destinada, em geral, a lavanderia. Quartos arejados substituíam as lúgubres alcovas das estalagens. Backheuser considera a avenida um grande passo dado para a higiene efetiva das habitações pobres, por conta da presença de mais ar e luz, e ainda do “*home*”, o lar separado. Para ele o fato de haver a vida em família isoladamente, “esse tão precioso elemento moral de que carece o homem do trabalho”, favorecia às condições para a habitação. Esse discurso se aproxima bastante das práticas moralizantes propagadas pelo Estado, após a abolição da escravatura, para controlar a mão-de-obra recém-livre, onde a ausência de família e trabalho era vista como malandragem e vadiagem, fazendo com que o indivíduo fosse mal visto, e até mesmo perseguido, pela polícia.⁷¹

E por fim, “destacando-se por sua originalidade e pelo seu inesperado”, Backheuser define a última das habitações coletivas por ele elencadas: a favela. Ela, que neste momento ainda estava em sua gênese e reduzida, segundo ele, ao morro da Favela, consistia em pequenos casebres 'sem higiene, sem luz, sem nada'. Sofria de uma falta de água absoluta, tanto para beber como para cozinhar. Para ali, segundo o relato de Backheuser, iam os mais pobres e os mais necessitados. Os casebres espalhavam-se por todo o morro, sendo mais unidos na base e espaçados ao longo da subida.

Ainda assim, mesmo após a reforma Passos, o número de habitações populares não diminuiu na cidade.⁷² Ou seja, apesar dos populares terem tido seu local de moradia removido, frente a uma reforma autoritária, desenvolveram estratégias e continuaram a disputar o espaço urbano com as elites.

A proximidade ideológica da administração de Carlos Sampaio com a de Pereira Passos é evidente. Apesar de momentos políticos e econômicos distintos, seus ideais são os mesmos. A experiência vivida por Passos foi acumulada por Sampaio, e este acabou por completar a grande obra do governo de Pereira Passos, a Avenida Central, com a abertura da Avenida Rui Barbosa e a conclusão da Avenida Beira Mar, ligando o centro da cidade com o bairro de Botafogo. Com o arrasamento do morro do Castelo, promovido por Carlos Sampaio, e conseqüentemente com o desaparecimento dos bairros do Castelo e da Misericórdia, desapareceram também da área

⁷¹ Ver CHALHOUB, Sidney. “Classes pobres, classes perigosa”. In: *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996; pp. 20-29.

⁷² PECHMAN e FRITSCH, *Idem* p. 180.

central da cidade dois bairros tipicamente residenciais destinados às classes populares, que haviam sobrevivido à reforma Passos, “mas que desde aquela época, tinham seus dias contados.”⁷³

Carlos Kessel faz um pequeno balanço das administrações municipais no período entre a de Passos e a de Frontin e aponta que “a intervenção direta do poder público no crescimento do Rio de Janeiro deixa de se dar pelas cirurgias urbanas, como o arrasamento de quarteirões, e passava a privilegiar, na dotação de recursos, certas áreas (principalmente a Zona Sul) em detrimento de outras, acelerando o processo de estratificação social”.⁷⁴ Essa divisão de bairros e classes na verdade foi concebida na administração Passos, mas tomando forma nas administrações seguintes, a medida que a cidade ia crescendo e expandindo seus limites advindos da introdução de novas linhas de bondes e trens, da instalação de redes de energia elétrica, do recolhimento e tratamento esgoto, e da instalação de água potável, melhorando a higiene sanitária e a saúde pública.

Aprofundando a percepção quanto à atuação do Estado nas questões de necessidades e infra-estrutura urbanas, Oswaldo Porto Rocha, no livro *A era das demolições*, destaca três características percebidas na reforma promovida por Pereira Passos: 1) a aplicação do capital estrangeiro no desenvolvimento do setor de exportação ou em setores ligados a modernizações tais como ferrovias, companhia de carris, luz e força, saneamento básico, tendo sempre uma empresa estrangeira beneficiada – consolidando um ciclo de dependência econômica dos países latinos com os europeus; 2) a forte relação do poder público com relações e interesses pessoais – como o caso de Pereira Passos, Paulo de Frontin, Carlos Sampaio e outros; 3) a transformação dos hábitos e valores culturais, pautados por uma padronização do comportamento coletivo.⁷⁵ Essas características que marcaram a administração Passos podem ser claramente percebidas também nas administrações subsequentes, e com maior persistência, nas administrações de Paulo Frontin e Carlos Sampaio.

Mas, se por um lado o objetivo do Estado era reservar ao centro da cidade um espaço voltado ao comércio e serviços, deslocando os populares que ali moravam, estes por sua vez não

⁷³ ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : IPLAN / J. ZAHAR, 1987; p. 77.

⁷⁴ KESSEL, Carlos. *Idem*. p. 15.

⁷⁵ ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. 2.ed. Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995 (Biblioteca carioca, v.1); pp. 99-100. Interessante destacar que este trabalho iniciou um novo olhar no que tange a análise das reformas urbanas do início do século XX. Não é a toa que o título dado pelo autor destoa da maioria dos estudos sobre o mesmo objeto durante os anos 1980, que chamavam o período das reformas de a era das metrópoles modernas.

saíram definitivamente do centro. Se não podiam, devido às novas leis, reformar ou construir habitações populares, foram buscar outras soluções para permanecer onde queriam. Permanecer no centro foi uma resistência frente ao autoritarismo do Estado.

Como mostram Sergio Pechman e Lílian Fritsch, a incidência de habitações coletivas no centro do Rio de Janeiro não diminuiu: “no perímetro compreendido entre os distritos da Gávea e do Espírito Santo havia 1.909 habitações coletivas em 1895, passando a haver 2.239 em 1919”.⁷⁶ Mesmo que em alguns distritos mais atingidos pela reforma, como Santa Rita e São José, o número desse tipo de habitação tenha reduzido, houve um acréscimo destas construções nos distritos adjacentes, como Sacramento, Santo Antônio⁷⁷, Santana, Gamboa e Espírito Santo.

Apontado tanto por Sergio Pechman e Lílian Fritsch como por Mauricio Abreu por ter tido um grande acréscimo tanto em população como em domicílio na virada do século XIX para o XX, a Gamboa fazia parte do distrito de Santa Rita. Em 1920, devido ao seu intenso crescimento, já havia sido desmembrado deste distrito, formando assim um novo distrito, composto pelos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde.⁷⁸

As reformas urbanas do início do século XX nos distritos centrais do Rio de Janeiro mexeram na estrutura da cidade, desarticulando e movimentando a população de baixa renda, principalmente as que moravam em habitações coletivas, um dos grandes alvos dessas reformas. Apesar de, numa maneira geral, o número de população e domicílios terem diminuído na maioria dos bairros centrais e ter havido um escoamento da população de baixa renda para o subúrbio carioca, alguns distritos centrais, mais afastados da nova área reformada, receberam parte de seu contingente. A população pobre não abandonou o centro e a zona sul da cidade. Isso se deu devido ao “certo relaxamento da lei municipal que proibia reformas nos cortiços, como também uma certa condescendência da parte dos delegados dos distritos sanitários”.⁷⁹ Ainda contavam também com a ação dos proprietários de cortiços, que visavam defender seu patrimônio.

De qualquer maneira, o número de habitações populares não diminuiu na cidade.

⁷⁶ PECHMAN e FRITSCH, *Idem*. p. 180.

⁷⁷ Distrito vizinho ao de São José e onde se localizava o morro de Santo Antônio, uma das primeiras favelas da cidade, juntamente com a da Providência. Foi formada em 1897, com a autorização de chefes militares para a instalação de 41 barracos no morro de Santo Antônio, situado ao fundo do quartel localizado entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio, para abrigar praças militares, retornados da campanha de Canudos. Em 1901, já havia 150 barracos, e, em 1910, eram 1.314. VAZ, Lílian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro : Sette Letras, 2002; p. 55.

⁷⁸ SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro : Edições O Cruzeiro, 1965; p. 123.

⁷⁹ PECHMAN e FRITSCH, *Idem*; p. 179.

Como já dito, reduziu-se o seu número nos distritos⁸⁰ de Santa Rita e São José, porém ocorreu um acréscimo destas construções nos distritos de Santo Antônio, Sacramento, Glória, Lagoa, Gávea, Santana, Gamboa e Espírito Santo.⁸¹ Apesar de parte dos moradores que perderam suas casas terem partido para os subúrbios, "os setores populares não abandonaram as áreas centrais da Capital, não se estabelecendo uma segmentação do espaço urbano, em termos de ocupação, entre ricos e pobres".⁸²

Como bem explica Oswaldo Porto Rocha, a reforma de Pereira Passos, financiada pelo capital estrangeiro e, portanto, tendo seus interesses privilegiados, desestruturou hábitos e valores dos trabalhadores que moravam no centro da cidade, atingindo profundamente os alicerces culturais desses agentes sociais. "Seus habitantes tinham desenvolvido, durante anos formas de resistência e de sobrevivência, valores culturais e sociais que, de uma hora para outra, desapareceram sob o peso da picareta."⁸³ O local de moradia e a convivência diária são fatores que compõem a identidade tanto individual como coletiva. Depois de perdidos esses fatores, os atores sociais perdem também parte de suas identidades sociais. Como aponta Rocha, as conseqüências mais relevantes das reformas urbanas, cujo objetivo era a transformação do uso do espaço da cidade, foram a desarticulação cultural das classes trabalhadoras e a perda de sua identidade social. E como conseqüência direta à reforma Passos, Oswaldo aponta o deslocamento dos populares que residiam no centro para os bairros próximos a este que não foram alvo das reformas ocorridas nas três primeiras décadas do século XX, como foi o caso da Praça Onze, concentração de uma comunidade que soube resistir, negociar, se adaptar as reformas e manter o seu espaço e suas tradições.

⁸⁰ Quando a cidade do Rio de Janeiro passou da condição de Município Neutro ou Côrte para Distrito Federal, alterou-se também a sua divisão territorial. As antigas freguesias, áreas determinadas primeiramente pelo seu aspecto religioso, transformaram-se em distritos, correspondendo agora em áreas de aspecto administrativo, judiciário, tributário, policial, fiscal e eleitoral, sendo suas delimitações e nomenclatura alteradas ao longo dos tempos. Dos distritos citados neste parágrafo, a título de esclarecimento, o do Espírito Santo correspondia atualmente aos bairros do Rio Comprido, do Estácio e do Catumbi; o de Santa Rita correspondia à área da Praça Mauá e seus arredores – Largo da Prainha, morros da Conceição e São Bento; o de Santo Antônio ao Largo da Carioca e adjacências, incluindo as ruas do Riachuelo, Lavradio, Inválidos, Visconde do Rio Branco e Frei Caneca até a Praça da República, onde já começava o distrito de Santana; o do Sacramento correspondia a região da Praça Tiradentes e arredores indo da rua Direita até o Campo de Santana; e o distrito de São José, área onde esta focada a análise deste trabalho, correspondia a região da Santa Casa da Misericórdia, da Igreja de São José – sua matriz – e do Convento da Ajuda, localizado onde hoje está a atual Câmara dos Vereadores na Cinelândia. Ver SANTOS, Noronha. *Idem*.

⁸¹ PECHMAN e FRITSCH, *Idem*; p. 180.

⁸² PECHMAN e FRITSCH *Idem*; p. 180.

⁸³ ROCHA, Oswaldo Porto. *Idem*: p. 102

O centro da cidade como um todo, após as intensas intervenções urbanas, passou por um redirecionamento da população pobre, que foi, quando possível, se alojando nos distritos próximos e de menor interesse para o Estado. O que tudo indica é que muitos daqueles expulsos dos distritos que sofreram intervenções permaneceram no centro, movendo-se, no entanto, para outros distritos e alojando-se nas encostas dos morros. Como estratégia para permanecer próximo ao local de trabalho, os populares foram lentamente ocupando locais que ainda não havia sido alvo da legislação municipal, como havia acontecido com as habitações coletivas. A ocupação dos morros da cidade ocorreu ainda nos seus primórdios, desde meados do século XVI com o quadrilátero urbano formado por seus principais morros – Castelo, Bento, Conceição e Santo Antônio, cada qual ocupado por uma ordem religiosa de destaque no Império português e determinando os limites da então recém cidade.

No entanto a formação das favelas nas encostas dos morros começou somente no final do século XIX, ainda de maneira bem tímida. Foi depois da “era das demolições”, devido à necessidade de uma nova forma de manter-se próximo ao centro, que o seu crescimento se despontou, tornando-se um fenômeno reconhecido oficialmente somente na década de 1940.⁸⁴

O morro do Castelo já era habitado antes das reformas do início do século XX, no entanto as intervenções urbanas ocorridas neste período geraram uma maior concentração, elevando a sua densidade demográfica, e piorando as condições de vida, higiene e o seu aspecto. O mesmo podemos afirmar sobre os distritos que receberam grande quantidade de pessoas após as intervenções, como foi o caso da Gamboa e do Espírito Santo.

Imagens de um morro condenado

Marly Motta ao estudar o conflito entre grupos de intelectuais, polarizados em cariocas e paulistas, que discutiram a elaboração do conceito de Brasil-Nação durante os anos 1920, analisa os sentidos de nação que se defendia no Rio de Janeiro neste período. A autora, ao

⁸⁴ VAZ, Lílian Fessler. *Idem*; p. 54. Como gênese desse processo de formação das favelas podemos destacar os morros da Providência e de Santo Antônio, que diferentemente de outros morros da cidade, como por exemplo, o Castelo, o da Conceição e o de São Bento, tiveram sua ocupação determinada por pequenos casebres de madeira, em condições precária de higiene e estrutura.

apresentar e discutir os discursos travados pela imprensa da época – que giravam em torno do que seria moderno ou atraso – relata a visita dos reis belgas; o processo de derrubada do morro do Castelo; e os preparativos da Exposição do Centenário. Em relação ao desmonte do Castelo, a autora sugere a existência de dois projetos que seriam o cerne da discussão na imprensa: de um lado os que defendiam o arrasamento e do outro a urbanização do morro. Marly Motta mostra que a Exposição buscou afirmar uma imagem de modernidade para o país ao determinar um padrão de pavilhão que deveria ser seguido por todos. Seu estudo chama atenção para a função simbólica que estava inserida na discussão acerca do arrasamento do morro do Castelo,

"berço da cidade, referência constante no cotidiano na capital desde os tempos coloniais, estava indissolavelmente ligado a uma tradição e a um passado que estavam sendo forçosamente repensados num contexto de comemoração do Centenário da Independência nacional".⁸⁵

E conclui que entre a discussão dos dois projetos elaborados para o morro, o de arrasamento saiu vitorioso por condizer com a necessidade de se apagar um passado colonial e construir um futuro republicano e supostamente brilhante. Segundo a autora,

"projeção do imaginário social no espaço, a reforma urbana carioca do início dos anos 20, em nome de uma modernidade, interferiu na natureza, destruiu uma área de ocupação antiga ligada a sólidas tradições de um passado, e transformou tudo isso num espaço que visava a ser a expressão visual de valores e ideais, garantidores do acesso da nação centenária ao século XX".⁸⁶

Dessa maneira, podemos apontar a existência de uma disputa entre dois discursos existentes para o morro do Castelo: aquele que defendia o arrasamento e aquele que defendia a urbanização e embelezamento do mesmo. A elaboração de uma imagem negativa, vinculada a memória colonial ao qual os governos municipal e federal queriam apagar da estrutura urbana da cidade, serviu para legitimar o arrasamento do morro. A divulgação dessa imagem foi maciça, tanto na imprensa quanto nos discursos solenes de autoridades, representantes de instituições e demais órgãos governamentais, bem como entre intelectuais, periódicos de grande circulação; e a sociedade, de uma maneira geral, não se opôs a demolição do local considerado berço da cidade.

⁸⁵ MOTTA, Marly. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992; p.64.

⁸⁶ MOTTA, Marly. *Idem*; p. 73.

É dentro deste contexto que Augusto Malta vivia e trabalhava como fotógrafo, produzindo variadas imagens do cotidiano da cidade. Augusto César de Malta Campos – mais conhecido somente como Malta, nome com que assinava suas fotos – nasceu em Porto Afonso, na Província de Alagoas.⁸⁷ Antes de dedicar-se à fotografia foi "guarda-livros", sem sucesso, e, mais tarde, vendedor ambulante de tecidos.⁸⁸ Já no Rio de Janeiro, em 1900 iniciou suas atividades como fotógrafo amador e em 1903 foi convidado por Pereira Passos para assumir a função de fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. Seu trabalho consistia em registrar os eventos oficiais: andamento e inaugurações de obras públicas, cerimônias, assim como os logradouros e edifícios históricos que seriam arrasados com a reforma urbanística que sofria a cidade no princípio do século XX. As casas demolidas, as ruas alargadas, as praças retificadas, toda essa transfiguração da paisagem urbana carioca foi registrada em chapas de grande formato, material visual que teve grande utilidade documental para os processos de desapropriações ocorridas no governo de Passos. Além das fotos oficiais para a Prefeitura, Malta manteve um estúdio fotográfico no qual trabalhava paralelamente, registrando o cotidiano e os personagens da cidade. Suas fotos eram constantemente aplicadas nas primeiras publicações ilustradas como *Kosmos*, *Fon-Fon*, *Careta*, *Revista Illustrada*, além de usada em cartões-postais, que se tornaram moda neste período.

Quando Augusto Malta fora contratado como fotógrafo oficial da Prefeitura, a fotografia já estava bastante desenvolvida. O advento tecnológico percussor da fotografia inventado em Paris em 1839, o daguerreótipo, logo chegou ao Rio de Janeiro e desenvolveu novas formas de representação e de sociabilidade, determinando usos e funções para um novo circuito social criado a partir do consumo da fotografia.⁸⁹ Novos formatos, como a *carte-de-visite*⁹⁰, possibilitaram uma difusão sem precedentes do consumo da fotografia. A popularização da

⁸⁷ KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. Rio de Janeiro : IMS, 2002.

⁸⁸ BORGES, Maria Elisa Linhares. *O ideal de metrópole moderna: entre o visto e o não-visto*. www.anpuh.com.br / XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina 2005

⁸⁹ FABRIS, Annateresa (org). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

⁹⁰ “A *carte-de-visite* foi um formato de apresentação de fotografias inventado em 1854 pelo francês André Adolphe-Eugène Disdéri (1819-1889) e assim denominado em virtude do reduzido tamanho, pois apresentava uma fotografia cerca de 9,5 centímetros por 6,0 montadas sobre um cartão rígido de cerca de 10,0 por 6,5 centímetros. A grande voga da *carte-de-visite* ocorreu na década de 1860, quando esta se transformou num modismo internacional, sendo produzida aos milhões em todo o mundo, inclusive no Brasil. Embora os especialistas apontem a década de 1870 como o início do surgimento da *carte cabinet*, a *carte-de-visite* continuou a ser empregada por muitos fotógrafos até o final do século XIX, e mesmo nas duas primeiras décadas do século XX.” VASQUEZ, Pedro Vaz. *O Brasil na fotografia oitocentista*. São Paulo : Metalivros, 2003; p. 36.

fotografia representou o marco inaugural de nossa civilização do olhar, na qual a imagem técnica constitui o meio mais eficaz de veiculação da informação.⁹¹ Como aponta Pedro Vaz Vasquez, outro instrumento privilegiado para o aumento voraz do consumo da fotografia foi a introdução do álbum fotográfico. Por consistir em espaços a serem preenchidos por fotografias, os álbuns induziram o hábito de colecionar retratos, mania que se popularizou no final do século XIX e atravessou o século XX.⁹²

Em 1880 o processo de desenvolvimento da fotografia entrou em seu terceiro estágio – antecedido do primeiro com o daguerreótipo em 1839 e do segundo com a *carte-de-visite* em 1854. Este período, segundo Annateresa Fabriz, é caracterizado pela massificação da fotografia, quando esta se torna um fenômeno comercial. As técnicas de produção e reprodução evoluem cada vez mais e em 1895 a invenção da primeira câmera portátil, carregável e descarregável, foi um grande facilitador para a ampliação do universo a ser retratado pelos fotógrafos, tanto profissionais como amadores.⁹³

A fotografia adentra o século XX como símbolo de realismo e retratação do moderno. Neste período, verifica-se o progresso das técnicas de reprodução fotomecânicas: a imagem fotográfica começa a ser impressa e multiplicada nas primeiras revistas ilustradas.⁹⁴ Ainda em 1900, o gosto por vistas urbanas já é generalizado. Coleções e álbuns são anunciados ao pé das páginas dos periódicos e nos informativos de livrarias para a venda.⁹⁵ Como nos atenta Solange Lima, “tão importante quanto a produção é o grau de circulação que essas imagens atingem: as fotografias editadas em álbuns ou postais figuram posteriormente em almanaques, revistas e livros, são enviadas às exposições internacionais, consumidas por diversos setores e classes sociais”.⁹⁶

É importante destacar que nas primeiras duas décadas do século XX, as técnicas fotográficas já estavam desenvolvidas o suficiente para fazer da fotografia um bem de consumo por grande parte da sociedade. O consumo de vistas fotográficas retratando as grandes cidades contou com alguns incentivos como o desenvolvimento urbano, a ampliação do mercado

⁹¹ VASQUEZ, Pedro Vaz. *Idem*; p. 40.

⁹² VASQUEZ, Pedro Vaz. *Idem*; p. 40.

⁹³ FABRIS, Annateresa. “A invenção da fotografia: repercussões sociais”. In: FABRIS, Annateresa. (org). *Idem*. p. 17.

⁹⁴ KOSSOY, Boris. *Idem*; p.16.

⁹⁵ LIMA, Solange Ferraz de. “O circuito social da fotografia: estudo de caso II.” In: FABRIS, Annateresa. (org). *Idem*; p. 69.

⁹⁶ LIMA, Solange. *Idem*; p. 70.

interno, o barateamento dos custos com a produção fotográfica – graças ao incremento tecnológico – e o crescimento do turismo. Como já foi exposto acima, os últimos anos do século XIX – quando as técnicas fotográficas se desenvolveram numa velocidade surpreendente possibilitando a democratização do acesso às fotografias – estabeleceram uma nova visão da realidade trazida pela fotografia, sendo considerado portanto como um período de educação do olhar e redefinição de valores estéticos sob a ótica fotográfica. Neste sentido podemos afirmar que a fotografia passou a ser referência na construção da realidade, circulando tanto como um bem de consumo como um ‘retrato’ fiel da realidade.

O discurso que imperava neste momento sobre a fotografia enfatizava o caráter democrático e igualitário desse novo ramo da ciência. Além disso, os meios de circulação das imagens fotográficas vinham se ampliando de maneira sem igual desde o final do século XIX. Este dois fatores contribuíram para o sucesso da comercialização de vistas urbanas a partir de 1900.⁹⁷ O espaço privilegiado para o contato com a fotografia antes de sua introdução na imprensa eram as exposições provinciais e nacionais e, principalmente, as exposições permanentes nos ateliês fotográficos. Não são poucas as propagandas que faziam alusão à exposição dos trabalhos em vitrines ou na recepção de estúdios.⁹⁸ Nessas exposições frequentes, como aponta Solange Lima num estudo para a cidade de São Paulo mas que pode ser estendido para a cidade do Rio de Janeiro, “os retratos sob os mais diversos processos e as vistas da cidade de São Paulo e/ou da ferrovia podiam ser conhecidos pelo público que transitava pelo centro paulista. A fotografia incorpora-se ao cotidiano da cidade e é nesse espaço que a familiaridade com as imagens educa o olhar para o padrão de visualidade que no século XX dominará os meios de comunicação de massa.”⁹⁹

Em seu artigo, Solange Lima mostra o aumento gradativo do consumo de fotografias, entre estas os álbuns temáticos elaborados pelos fotógrafos. A autora chama atenção para a diferente circulação social das vistas urbanas, que sofreu um processo de massificação muito mais acelerado que o dos retratos, devido ao barateamento do produto a partir do seu tipo de produção já em fase industrial (serial e com tiragens maiores) e o envolvimento de outros ramos de atividade (como o gráfico, o editorial e o de vendas). Quanto às suas funções sociais, a autora salienta que “as vistas urbanas completam o processo de auto-representação da sociedade

⁹⁷ LIMA, Solange. *Idem*; p. 71.

⁹⁸ LIMA, Solange. *Idem*; p. 74.

⁹⁹ LIMA, Solange. *Idem*; p. 75.

burguesa fazendo com que a fotografia passe a integrar o elenco de suportes aptos à formação e veiculação de seu imaginário urbano. Os panoramas urbanos contribuíram para o desenvolvimento de uma linguagem própria que, através da exploração de qualidades específicas, começou a impor parâmetros estéticos distintos daqueles da pintura.”¹⁰⁰

Dessa maneira, a fotografia tornou-se símbolo da civilidade que o Brasil desejava alcançar, inserido no discurso propagado no início do século XX em defesa do progresso e da modernidade. Retratação do moderno, a fotografia registrava as imagens condizentes com uma cidade moderna digna dos valores europeus; integrava-se de forma ativa na construção da imagem pretendida para a capital, na medida em que permitiu a seleção de partes da cidade consideradas aptas à representação da “metrópole moderna”. Dessa prática, por exemplo, resultou a enorme série de fotografias que acompanharam as transformações urbanas do Rio de Janeiro no Período Pereira Passos. Interessante destacar que o formato de fotografias em álbum, já no início do século XX no Rio de Janeiro, vinha sendo bastante utilizado. Marc Ferrez, que foi professor de Augusto Malta¹⁰¹, elaborou vários deles, entre os quais o belíssimo *Álbum da Avenida Central, 8 de março de 1903 - 15 de novembro de 1906*, contendo três plantas, 118 pranchas e 45 folhas, medindo 42 por 52 centímetros e pesando cerca de 5 quilos, que documentou os três anos de construção de todos os prédios da antiga Avenida Central, na época maior símbolo de modernidade da capital brasileira.¹⁰²

Voltando ao estudo de Solange Lima, a autora aponta que o período de intensa comercialização de álbuns na cidade de São Paulo coincide com o momento em que as transformações urbanísticas em curso estão alternado rapidamente as feições de São Paulo – desde 1870 a capital paulista vinha sofrendo intervenções urbanísticas que se aceleraram na gestão do prefeito Antônio Prado, iniciada em 1899 e finda em 1911. Segundo a autora, a venda de coleções organizadas em álbuns fotográficos sugere o aparecimento de uma nova forma de apropriação simbólica da cidade: a possibilidade de guardar as imagens que retratam a transformação da cidade.¹⁰³

O que procurei apontar até então é que o início do século XX foi marcado por uma crescente produção de imagens, dada a importância, até mesmo em caráter científico, que se

¹⁰⁰ LIMA, Solange. *Idem*; pp. 78-79.

¹⁰¹ KOSSOY, Boris. *Idem*; p. 16.

¹⁰² VASQUEZ, Pedro Vaz. *Idem*; p. 39.

¹⁰³ LIMA, Solange. *Idem*; p. 80.

atribuiu à fotografia. As imagens produzidas por Augusto Malta inserem-se neste contexto. Para pensar esta produção de imagens é preciso levar em consideração os diversos elementos que a compõem. A imagem é uma produção social, onde estão inseridos vários atores sociais: aqueles que produzem, os que veiculam a imagem e os que observam essas imagens. Isso posto, devemos pensar a imagem como uma construção social, sendo também a tradução de uma experiência social. Assim, aquele que fotografa atribui importância ao que está sendo fotografado; realiza uma operação que pretende destacar o objeto a ser retrato, glorificando ou condenando, mas nunca indiferente. Esta circunstância “fez com que a fotografia sempre fosse associada aos acontecimentos significativos e as coisas julgadas importantes”.¹⁰⁴

Malta é um homem de seu tempo. Analisar as imagens produzidas por ele é ao mesmo tempo analisar a sociedade da qual ele é fruto. Como defendem Marita Sturken e Lisa Cartwright, é preciso ver as imagens como conteúdo e não como ilustração.¹⁰⁵ As autoras procuram compreender o processo de produção de significado através da imagem. Para isso elas pensam a cultura como sendo práticas compartilhadas de um grupo, comunidade ou sociedade, cujo significado prove do mundo visual, auricular, textual e de representações; por isso defendem o uso de imagens articulado aos demais discursos sociais.¹⁰⁶

As imagens produzidas por uma sociedade estão inseridas nas suas práticas culturais; e “práticas de olhar”, como mostram Sturken e Cartwright, podem ser entendidas de vários modos, mais a que se destaca neste trabalho é aquela que procura examinar o que as imagens nos dizem sobre a cultura da sociedade que a produziu. Esta abordagem enfatiza os aspectos ideológicos contidos na produção das imagens, direcionando os significados sociais.

Dessa maneira, o significado de uma imagem não é intrínseco, ele é produzido no momento em que as imagens são consumidas e veiculadas. A produção de uma imagem, além dos elementos ideológicos, envolve subjetividade, intencionalidade, influência no espectador e relação de poder. Um indivíduo ao produzir uma imagem, que nada mais é do que a representação de algo, estabelece noções e conceitos – visuais e textuais – que pretende traduzir, descrever e definir o mundo em que ele vive.¹⁰⁷ As imagens fotográficas não fogem a esta característica. A noção de que a imagem fotográfica é uma produção mecânica, com pouca

¹⁰⁴ VASQUEZ, Pedro Vaz. *Idem*; p. 88.

¹⁰⁵ STURKEN, Marita e CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking*. An introduction to Visual Culture. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 1.

¹⁰⁶ STURKEN e CARTWRIGHT. *Idem*; p. 3.

¹⁰⁷ STURKEN e CARTWRIGHT. *Idem*; p. 12.

interferência humana, levou a uma idéia equivocada de que tais imagens não possuíam nenhum grau de subjetividade. No contexto do início do século XX, num Brasil influenciado pelas idéias positivistas desenvolvidas na Europa, “a câmara fotográfica foi tomada para ser uma ferramenta científica para registrar a realidade e era considerada como um meio de representar o mundo com mais precisão do que as imagens feitas à mão”.¹⁰⁸ Atualmente já se tem em mente que o ato de clicar é uma atividade altamente subjetiva. O ângulo, o enquadramento, a luz e outros fatores que compõem uma imagem fotográfica são escolhas do fotógrafo, ou seja, daquele que manipula o instrumento.

Ao elaborar uma imagem, um fotógrafo nos diz muito da ideologia a qual ele está inserido. A interpretação de imagens freqüentemente depende de um contexto histórico e do conhecimento cultural que o observador deposita nela.¹⁰⁹ Dessa maneira, imagens têm significados distintos em contextos culturais e históricos diferentes.¹¹⁰ Seus significados são o produto de uma interpretação social complexa entre imagem, espectadores e contexto.¹¹¹ Assim, a obra de Malta apresenta uma ótima possibilidade para refletir a relação entre imagem e ideologia. Augusto Malta, como representante do poder municipal de 1903 a 1933, seria, ao que tudo indica, adepto dos valores progressistas defendidos durante o governo de Pereira Passos.

Como aponta Vasquez, a fotografia é produto de um instrumento tecnológico, que envolve e sempre envolveu algum tipo de manipulação do fotógrafo.¹¹² Ao elaborar um álbum sobre o morro do Castelo, Augusto Malta montou uma narrativa sobre o morro, que pode ser percebida através da análise da elaboração deste álbum, das imagens nele contidas, e da ordem em que as mesmas aparecem.¹¹³

¹⁰⁸ STURKEN e CARTWRIGHT. *Idem*; p. 17.

¹⁰⁹ STURKEN e CARTWRIGHT. *Idem*; p. 30.

¹¹⁰ STURKEN e CARTWRIGHT. *Idem*; p. 40.

¹¹¹ STURKEN e CARTWRIGHT. *Idem*; p. 47.

¹¹² VASQUEZ, Pedro Vaz. *Idem*; p. 42.

¹¹³ Tivemos o conhecimento do álbum de Malta a partir da leitura de SOUZA, Rodolfo Maia. *A cidade dos imortais: o Rio de Janeiro e o arrasamento do morro do Castelo*. Niterói : UFF, 1997. (Dissertação de Mestrado em História). De acordo com Rodolfo Maia Souza, as seqüências das fotos são alternadas entre imagens das obras, mostrando os avanços tecnológicos empregados, e as imagens de pessoas pobres e carentes que viviam no morro. O autor procura nas imagens “elementos que pudessem representar o investimento da moeda política duplamente marcada pela modernização e pelas reformas urbanas” (como expresso na página 91 de seu trabalho). Para Rodolfo Souza, Augusto Malta ao elaborar seu álbum, constrói uma narrativa sobre o morro, narrativa que está de acordo com os valores progressista que o fotógrafo assume. Ao mostrar a pobreza existente no morro e a modernidade desenvolvida pelo homem para alterar os aspectos naturais que atrapalham o progresso da cidade, Malta adéqua sua narrativa ao discurso que legitimou o arrasamento do morro.

O álbum foi feito com capa dura de couro, medindo 35 X 25 cm. O suporte para as fotos é de papel cartão grosso e de cor escura, com a mesma medida da capa. A primeira informação que temos ao abrir o álbum é seu o título, que aponta a intenção do fotógrafo em apresentar uma narrativa completa do morro, onde se poderia guardar a lembrança de seus elementos: “*Morro do Castelo com todos seus prédios, Igreja de S. Sebastião, interiores, Convento dos Jesuítas, Panoramas do Morro, etc.*” Em seguida, o fotógrafo data, “1922”, e assina, “*Malta Photo*”, logotipo impresso em praticamente todas as fotos ampliadas para o álbum.

As fotos obedecem a um padrão, sendo praticamente todas do mesmo tamanho¹¹⁴, 23 x 17 cm, e apresentando, quase todas, um título – onde o fotógrafo explica o lugar que fotografou ou de onde fotografou – seguido da data de sua elaboração, com dia, mês e ano. Algumas delas possuem uma numeração, que parece estar relacionada ao negativo de referência para o fotógrafo, mostrando uma certa organização de seu acervo pessoal. Outra preocupação do fotógrafo foi registrar o título, indicando local e data, sempre nos cantos inferiores, direito ou esquerdo, evitando marcar o centro da imagem. Todas as fotos possuem boa luz, boa nitidez, margem e têm como temática o morro do Castelo. No caso do álbum, o que compõe a sua narrativa é a seqüência das fotografias, pois o fotógrafo dispensa a ordem cronológica e organiza suas imagens de forma própria, de acordo com a sua interpretação sobre o morro. Ao registrar também, na maioria das imagens, a data na qual elas foram feitas, o fotógrafo mostra forte determinação em registrar os aspectos do morro, pois como se percebe, ele esteve no Castelo, entre 1912 e 1922, pelos menos 32 vezes para fazer as fotografias, sendo que sua freqüência foi muito mais assídua no ano de 1922, quando ele registrou 21 imagens para seu álbum.¹¹⁵

Malta utilizou os dois lados do papel cartão, colocando imagens tanto do lado direito do álbum, onde se encontra a primeira imagem, como do lado esquerdo, a partir da segunda imagem em diante, fazendo sempre um contraponto da imagem à esquerda com a imagem à direita. Neste ponto destaco a seguinte questão: percebi que Malta montou propositalmente a

¹¹⁴ A maior parte delas, 96 fotografias, possui 23 X 17 cm, sendo apenas duas com 21,5 X 15 cm.

¹¹⁵ Das 98 imagens do álbum, 15 delas não apresentam data; 1 foi feita no dia 02.09.1912; 1 no dia 01.03.1914; 1 em 23.04.1914; 2 em 28.03.1920; 10 delas no dia 31.08.1920; 1 em 23.10.1920; 2 em 28.10.1920; 8 em 01.03.1921; 1 em 13.03.1921; 1 em 14.03.1921; 6 no dia 29.07.1921; 2 em 30.07.1921; 1 em 03.09.1921; 1 em 06.10.1921; 8 em 01.11.1921; 6 no dia 14.11.1921; 1 em 01.12.1921; 8 em 28.12.1921; 1 no dia 15.01.1922; 6 em 11.03.1922; 2 em 14.03.1922, 1 em 15.04.1922; 2 em 25.05.1922; 1 em 01.06.1922; 1 no dia 02.06.1922; 2 no dia 09.07.1922; 1 no dia 29.07.1922; 1 em 17.09.1922; 1 em 20.09.1922; 1 em 09.10.1922; 1 em 05.05.1923; e 1 no dia 24.09.1923. No final do texto há uma tabela demonstrativa com as datas em que o fotógrafo registrou imagens do morro.

ordem das imagens – o fato delas não estarem em ordem cronológica reforça minha teoria. Ao longo de todo o álbum, Malta intercalou suas imagens apresentando dois tipos de seqüências: a primeira, concentrada no início do álbum, destaca os aspectos de pobreza e riqueza do morro; a segunda, a partir da segunda metade do álbum, se atém à dicotomia morro e desmonte.¹¹⁶

Como se pode perceber na tabela “Imagens de Malta”, organizada pela ordem em que as imagens aparecem no álbum, o fotógrafo iniciou o mesmo apresentando o morro e sua principal construção arquitetônica: a igreja dos Capuchinhos, antiga sé da cidade. As primeiras cinco fotos são em torno desse elemento. Em seguida, Malta vai mapeando os principais pontos do morro, destacando em especial os prédios públicos, aqueles pertencentes ao Estado e que tiveram determinada importância para a cidade, mesmo que em tempos remotos: como é o caso do Observatório Nacional, da Caixa d’Água, do Hospital São Zacharias, da Escola Carlos Chagas, do antigo forte e do Telegrafo Nacional. As imagens de número 48 e 49, por exemplo, apontam com clareza que o álbum foi elaborado a fim de apresentar aquele espaço da cidade, visto que estas fotografias mostram os dois lados geográficos do morro: aquele virado para a Baía de Guanabara, por onde se subia pela ladeira da Misericórdia; e o lado de dentro do continente, virado para as costas da Avenida Central, atual Rio Branco, na altura da praça Cinelândia, por onde se subia pela ladeira do Seminário para alcançar a Chácara da Floresta. Com essas duas imagens é possível hoje mapear o espaço que um dia fora ocupado pelo morro do Castelo.

¹¹⁶ Ver a tabela em anexo intitulada “Descrição das imagens do álbum *Morro do Castelo* de Augusto Malta” que mostra a seqüência e os títulos das imagens. A tabela foi elaborada para apresentar a ordem em que as imagens aparecem no álbum, o título dado pelo fotógrafo à cada imagem e uma pequena descrição da imagem a fim de mostrar o que acabamos de afirmar. Os títulos dados pelo fotógrafo foram mantidos no entanto a grafia foi atualizada. Gostaria de chamar a atenção para a posição das imagens no álbum. A primeira delas, a de número 1, está posicionada à direita; a segunda à esquerda; a terceira à direita; a quarta à esquerda; a quinta à direita e assim sucessivamente, até a de número 98, posicionada à esquerda do álbum.



Imagem 48
Legenda Malta:
“Morro do Castelo –
Ladeira da Misericórdia, 11.03.1922”

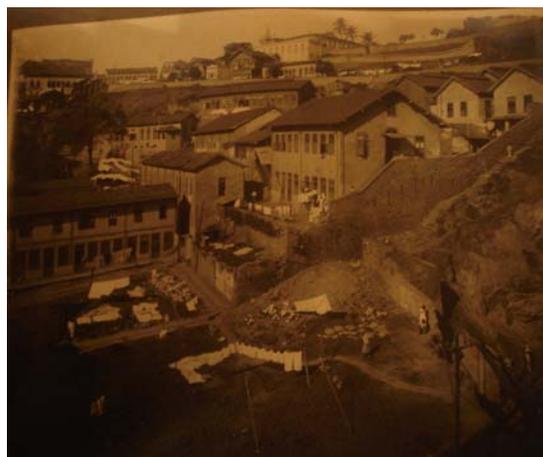


Imagem 49
Legenda Malta: “30.07.1921”

A apresentação do álbum, num primeiro momento, preocupou-se em intercalar a pobreza e as dificuldades da população com a riqueza material e simbólica existente no morro. As imagens de número 10, 11, 12 e 13 explicam bem esta afirmativa.



Imagem 10
Legenda Malta: “Morro do Castelo,
31.08.1920”

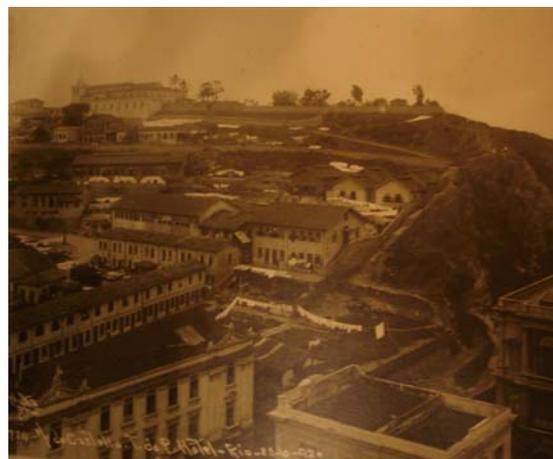


Imagem 11
Legenda Malta: “Morro do Castelo tirada do P.
Hotel, 28.10.1920”



Imagem 12
Legenda Malta: “Morro do Castelo], 23.04.1914”



Imagem 13
Legenda Malta: “Igreja do Castelo, 01.03.1921”

Nas duas primeiras, o autor retratou partes bem carente do morro, com casas cheias de gente, muitas roupas estendidas, tanto em varais como no chão, e material muito precário para a composição das casas. Em seguida as imagens 12 e 13 apresentam componentes que exaltam a beleza que poderia ser encontrada no Castelo. A imagem 12 especialmente, ao que tudo indica, foi composta para isso. O fotógrafo, em uma expressão praticamente artística ¹¹⁷, enquadrou o portão da antiga fortaleza do Castelo de uma tal forma que o mesmo serviu de moldura para a imagem de uma ladeira do morro. E a imagem seguinte retrata, de maneira precisa e magistral, a bela ornamentação da igreja dos Capuchinhos.

Outra boa seqüência que explica o argumento exposto é a das imagens de número 20, 21, 22, 23, 24 e 25, reproduzidas a seguir:

¹¹⁷ Utilizo a expressão artística para diferenciar esta das demais imagens do autor, que estão muito mais próximas de um caráter documental ou jornalístico, numa tentativa de se aproximar da realidade, do que de imagens que buscam expressar o belo, numa tentativa mais próxima das artes plásticas, como aponta esta imagem.



Imagem 20
Legenda Malta: “Vista tomada do P. de Festas, 15.04.1922”

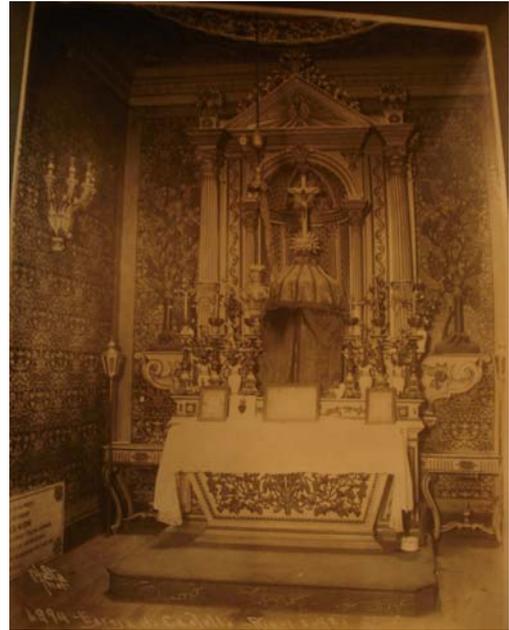


Imagem 21
Legenda Malta: Igreja do Castelo, 01.03.1921”



Imagem 22
Legenda Malta: “Terrenos do antigo forte do Morro do Castelo, 11.03.1922”



Imagem 23
Legenda Malta: “Sacristia do Convento dos Capuchinhos, 01.03.1921”



Imagem 24
Legenda Malta: “Largo dos Capuchinhos, 28.12.1921”



Imagem 25
Legenda Malta: Igreja do Castelo, 01.03.1921”

Nesta seqüência, o fotógrafo intercalou um panorama do morro feito em abril de 1922, quando o processo de desmonte já estava bastante adiantado, com uma fotografia aproximada de um dos altares da igreja dos Capuchinhos, várias vezes chamada pelo fotógrafo de Igreja do Castelo, onde se vê uma bela imagem de Jesus na cruz. Em seguida ele retratou o antigo forte com uma imagem de um lugar bastante abandonado, repleto de mato, duas casas mal conservadas e muitas roupas penduradas, indicando claramente a presença de lavadeiras. Depois retratou a sacristia do Convento dos Capuchinhos, com uma imagem de um móvel de mogno grande e muito bem trabalhado. E terminou a seqüência destacada mais uma vez intercalando pobreza e riqueza: o Largo dos Capuchinhos, com uma imagem retratando uma das partes da praça com os prédios em péssimo estado de conservação, e a Igreja do Castelo, com uma linda imagem da bela ornamentação de suas paredes e ainda o túmulo de Estácio de Sá no chão à direita.

Neste primeiro momento de sua narrativa, composta por fotografias organizadas em álbum, Malta apresentou os contrastes do morro destacando as dificuldades e a pobreza nas ruas e casas, em especial quando ele enquadrou em sua máquina imagens da Chácara da Floresta ¹¹⁸, com a beleza e a importância de determinados prédios e construções. ¹¹⁹

¹¹⁸ Como explico no capítulo 3, a Chácara da Floresta era um dos maiores cortiços existente no centro da cidade na década de 1920 e se localizava dentro do morro do Castelo.

O segundo momento da narrativa do fotógrafo gira em torno da dicotomia morro e desmorte. Antes de mostrar tal dicotomia, seria interessante destacar que a primeira fotografia onde o fotógrafo mostrou imagens do desmorte é a de número 38, e a primeira na qual ele explicitou o desmorte, ou seja, aquela que o título da imagem faz referência direta ao desmorte é a de número 69.¹²⁰

Isso se justifica pela intenção de Malta de primeiro apresentar o morro e somente depois narrar a sua destruição. Além disso, o fotógrafo antes de ter apresentado por definitivo o desmorte em si, se ateu a um episódio marcante da história do morro: a última missa realizada na Igreja dos Capuchinhos. Este evento foi amplamente abordado pelo fotógrafo, que ampliou nada menos do que oito imagens deste importante fato, dando destaque a este acontecimento. No dia 01 de novembro de 1921, dia oficial da última missa da igreja como divulgaram os periódicos da cidade, Malta foi ao morro e todas as imagens que foram feitas por ele naquele dia se referem a última missa: as de número 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65 e 67 mostram imagens dos sermões e da multidão que lotou a igreja.¹²¹ Além destas imagens, o fotógrafo reforçou o seu interesse pela igreja ao mostrar seis imagens feitas dias após, em 14 de novembro do mesmo ano, onde ele apresentou o desmorte de tão importante prédio, bem como do deslocamento dos religiosos, como mostra a imagem de número 62, onde um grupo de nove capuchinhos aparece posando para suas lentes.

Quanto à dicotomia morro e desmorte ela aparece claramente na seqüência das imagens a partir do número 70. Nas de número 76 e 77, por exemplo, o fotógrafo apresentou primeiro uma imagem da demolição e outra do Largo do Castelo com várias crianças e construções bastante precárias.

¹¹⁹ A título de complementação destacamos as seguintes seqüências: 28 e 29; 34 e 35; 38, 39, 40, 41, 42 e 43; 50 e 51; 52 e 53; 56 e 57; 58 e 59; 60 e 61; e 72 e 73. Ver a tabela em anexo “Descrição das imagens do álbum *Morro do Castelo* de Augusto Malta”. Algumas dessas imagens estão reproduzidas no final deste trabalho. Infelizmente não pude reproduzir todas elas, pois havia um limite imposto pela Biblioteca Nacional, o que me obrigou a escolher as mais representativas.

¹²⁰ Sendo neste caso o desmorte de um dos altares da Igreja de São Sebastião, fotografado em 14 de novembro de 1921, data que se repete bastante em outras imagens, fato que nos aponta o desejo do fotógrafo em mostrar o desmorte da igreja

¹²¹ Ver a descrição destas imagens na tabela em anexo “Descrição das imagens do álbum *Morro do Castelo* de Augusto Malta”.

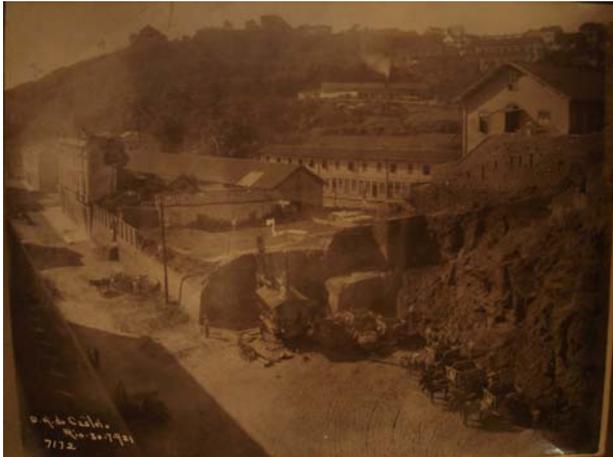


Imagem 76
Legenda Malta:
"Demolição do Morro do Castelo, 30.07.1921"



Imagem 77
Legenda Malta:
"Largo do Castelo, 28.12.1921"

Outro bom exemplo são as imagens de número 78 e 79, onde na primeira se vê o cotidiano da Ladeira do Castelo no dia 11 de março de 1922, com crianças e adultos subindo a rua, conversando, com bola na mão, mostrando inclusive uma certa normalidade e continuidade de suas tarefas diárias; e logo em seguida a próxima imagem, feita no mesmo dia da imagem anterior, apresenta as obras de demolição da igreja dos Capuchinhos.



Imagem 78
Legenda Malta:"Tomada da Ladeira do Castelo,
11.03.1922"



Imagem 79
Legenda Malta:
"Demolição do Convento dos Capuchinhos, Morro
do Castelo 11.03.1922"

As imagens de número 80 e 81 também seguem o mesmo discurso: a primeira registrando a abertura do túmulo de Estácio de Sá para o seu traslado e a seguinte um panorama mostrando uma parte já bastante demolida do morro.



Imagem 80
Legenda Malta: "Abertura do túmulo de Est. de Sá,
15.01.1922"



Imagem 81
Legenda Malta: "Desmonte do Morro do Castelo,
14.03.1922"

Assim como as imagens de número 86 e 87, onde na primeira fotografia, feita em 29 de julho de 1921, o fotógrafo apresentou uma ótima imagem da Chácara da Floresta, mostrando bem de perto suas edificações, seu arruamento e seus moradores – um deles claramente vendedor de cestos –; enquanto a imagem seguinte mostra o morro em 25 de maio de 1922 já bastante demolido, parecendo mostrar o que havia naquele lugar e a sua ausência depois do desmonte.



Imagem 86
Legenda Malta: "Morro do Castelo - Chácara da Floresta, 29.07.1921"

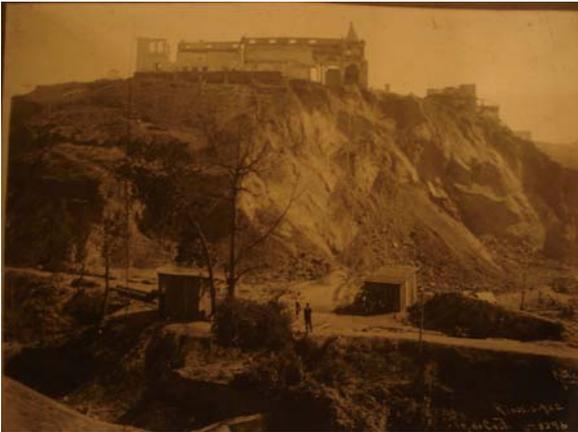


Imagem 87
Legenda Malta: "Morro do Castelo, 25.05.1922"

Outras seqüências seguem o mesmo discurso: 82 e 83, 88 e 89, 92 e 93, 94 e 95, e 96 e 97 e reafirmam a idéia de que o fotógrafo procurou enfatizar os contrastes e as riquezas, material, religiosas e pessoais, existentes no morro do Castelo.¹²²

Interessante destacar também que em todas as imagens em que o fotógrafo narrou o desmonte do morro do Castelo, houve a preocupação em mostrar a dificuldade do processo de arrasamento. Nessas fotografias há imagens de vários aspectos das obras, desde o seu início, quando o desmonte era feito por homens que operavam picaretas e pás e retiravam o entulho em pequenas carroças puxadas a burro, até a fase final, realizada por grandes tubulações que projetavam jatos de água sob alta pressão, fazendo com que a terra se desmanchasse em lama. Acredito que a preocupação do fotógrafo era mostrar as dificuldades técnicas encontradas pelas autoridades responsáveis pelo desmonte, que hoje são pouco pontuadas nas narrativas sobre o desmonte do morro.

A princípio, ao me deparar com um álbum de fotografias feito pelo fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro no momento do desmonte do morro do Castelo sobre o próprio morro, esperava um discurso em sintonia com os ideais de modernidade defendidos a época, como aponta Rodolfo Souza. No entanto percebi que o fotógrafo, e por que não o autor, tentou chamar atenção para as riquezas, material, religiosas e pessoais, existentes no morro. Sua narrativa conta uma história através de imagens. Folhear o álbum é ler um fato que aconteceu no início da década de 1920, onde pessoas, imóveis e objetos foram desalojados por modernas máquinas.

O que Augusto Malta mostrou em seu álbum é um morro cheio de contrastes, um lugar repleto de tradições e muito importante para a história da cidade, a qual o fotógrafo registrou como ninguém. O fotógrafo não assumiu o discurso utilizado por aqueles que defendiam o desmonte à época, de que a pobreza ali existente justificaria o seu desmonte. Pelo contrário, Malta chamou a atenção para os valores existentes no morro. Prova disto é o fato de que o fotógrafo poderia terminar sua narrativa com uma imagem do desmonte, como aquelas que registrou os então modernos jatos de água que destruíram o morro; em vez disso seu álbum

¹²² A seqüências das imagens 92 e 93; 94 e 95; 96 e 97 estão reproduzidas no anexo “Imagens de Malta”. As demais imagens desta seqüência citada podem ser vistas na tabela “Descrição das imagens do álbum *Morro do Castelo* de Augusto Malta”.

termina com um panorama do morro, feito em 23 de outubro de 1920, onde ainda não se percebe que aquele lugar em pouco tempo não existiria mais.



Imagem 98

Legenda Malta: "Morro do Castelo tomada do P. Hotel, 23.10.1920"

CAPÍTULO 2 – O MORRO E OS ESCRITORES

História e Literatura

As autoridades federais e municipais promoveram várias reformas urbanas no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, tendo como um dos objetivos destinar o centro da cidade à produção e consumo, afastando as classes populares que ali residiam. Consideravam a sua presença no centro prejudicial ao progresso que alvejavam para o Distrito Federal.

A construção de uma imagem negativa das classes populares, tidas como uma das responsáveis pelas epidemias, vadiagem e demais problemas que assolavam a cidade teve várias vertentes. Periódicos, estudos científicos, e até mesmo romances literários contribuíram para a construção de uma imagem do morro do Castelo e de seus moradores. Neste capítulo vamos analisar três textos literários que representam cada qual a sua maneira o morro. São três discursos que apesar de falarem de um mesmo local expressam visões diferentes.

O primeiro deles, foi escrito por Machado de Assis e tem como título *Esau e Jacob*. Sua primeira edição é de 1904, e sua narrativa tem como primeiro cenário o morro do Castelo.¹²³ Natividade e Perpétua, duas personagens que representam o grupo social mais abastado da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX, vão ao morro para consultar uma cartomante. Nos dois primeiros capítulos, o autor descreve o morro, as impressões de suas personagens, os moradores, a residência da cartomante e a volta para casa das duas personagens. O segundo texto foi escrito por Lima Barreto, *O subterrâneo do morro do Castelo*, e publicado como folhetim no jornal carioca *Correio da Manhã* de 28 de abril a 3 de junho de 1905.¹²⁴ Neste texto o autor faz uma paródia com a descoberta de uma galeria subterrânea no morro durante as primeiras demolições ocorridas ainda durante o governo de Pereira Passos. O terceiro e último texto, de Luiz Edmundo, tem como título *O Rio de Janeiro*

¹²³ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacob*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001 Esta edição, terceiro volume da série *Coleção Leitura Literária*, tomou por base o texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis, instituída pelo Governo Federal na década de 1950, para cuidar da publicação das obras do escritor. O mencionado texto foi editado uma única vez em 1975, pela Editora Civilização Brasileira, em convênio com o então Instituto Nacional do Livro. A organizadora desta edição, Leticia Malard, confrontou a publicação de 1975 com o texto publicado em 1904 pela Editora Garnier – Paris, além de escrever, na introdução, sobre a vida e a obra do autor.

¹²⁴ BARRETO, Lima. *O subterrâneo do morro do Castelo*. Introdução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro : Dantes, 1997

do meu tempo, sendo impresso pela primeira vez em 1940. Nesta obra o autor descreve a cidade antes de 1904, ano em que se iniciaram as reformas de Pereira Passos, e de uma maneira bastante clara defende as reformas mostrando de um lado a cidade ainda presa a um passado colonial e de outro descrevendo os lugares ícones da modernidade carioca do período.¹²⁵

Como propõem Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, refletir sobre literatura na perspectiva da história social significa historicizar a obra literária, ou seja, inseri-la no movimento da sociedade que a produziu, investigando suas redes de interlocução social, e destrinchando a forma como o seu autor constrói e representa a sua relação com a realidade social.¹²⁶ A fonte literária é vista aqui como um testemunho histórico. Interessa-nos buscar a lógica social do texto, ou seja, independente de ser ficção ou não, importa ao historiador social perceber as intenções do autor, perceber como ele representa para si mesmo a relação da sua ficção com o real; desvendar aquilo que o autor/sujeito testemunha sem ter a intenção de fazê-lo, inserindo autor e obra em processos históricos determinados. Um texto literário é um discurso, e como todo discurso, a “expressão da hierarquia e de valores intrínsecos às estruturas sociais de que emanam”.¹²⁷ Assim, a fonte literária é uma produção social, imbuída de temas, motivos, valores, tempos e normas da sociedade que a produziu.¹²⁸ O que faremos é analisar estes textos, buscando os códigos sociais neles contidos e as imagens construídas do morro do Castelo.

Esau e Jacob de Machado de Assis

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 1839, neto de ex-escravos, filho de um liberto com uma portuguesa, e morou durante toda a sua infância no morro do Livramento.¹²⁹ Do pouco que se conhece sobre sua infância e adolescência, sabe-se que passou estes períodos

¹²⁵ EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro : Xenon, 1987.

¹²⁶ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo (ORG). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; p. 7.

¹²⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983; p. 19.

¹²⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Idem*, p. 20.

¹²⁹ As referências sobre a vida e a obra de Machado de Assis foram extraídas de: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo (ORG). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

lutando contra a pobreza, os preconceitos raciais, a gagueira e a epilepsia. Autodidata, foi sacristão na igreja de Nossa Senhora da Lampadosa, iniciando seus trabalhos como aprendiz de tipógrafo e seguiu trabalhando em áreas afins: revisor topográfico, balconista de livraria e bibliotecário. Aos 15 anos publicou seu primeiro texto – um poema impresso em periódico fluminense – e aos 24 publicou dois livros: um de peças teatrais e o outro de poemas. Suas ligações pessoais com certeza facilitaram a sua projeção e o reconhecimento de seu talento. Aos 30 anos casou-se com a portuguesa Carolina Augusta Xavier de Novais, com que viveu um longo e harmônico casamento. Em 1874, cinco anos depois de seu casamento, assumiu o cargo de primeiro oficial do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 1896, fundou, com outras personalidades da época, a Academia Brasileira de Letras, sendo o seu primeiro presidente, ao longo de dez anos. A fundação da Instituição estava inserida no movimento cultural no qual se defendia uma nacionalização da literatura brasileira, em busca de uma identidade lingüística própria. Em 1904, ano da publicação de *Esau e Jacob*, o falecimento de Carolina causou grande impacto em sua vida. Dois anos depois, em 1908, Machado de Assis faleceu de arteriosclerose, deixando uma obra reconhecida internacionalmente.

Autor de vários estilos, sua obra é dividida em fases: desde a romântica do início de carreira até a realista, estilo literário presente na última fase de sua vida profissional, onde criou um estilo próprio, procurando narrar ou descrever de maneira não linear, com capítulos curtos de títulos instigadores e interessantes, refletindo sobre a sua própria escrita, inserindo outras obras e autores, questionando e conversando com o leitor, e até mesmo com os personagens. Nos textos de Machado encontramos várias referências á sociedade carioca do final do século XIX e início do XX.

Em *Esau e Jacó*, cujo título do romance faz alusão aos gêmeos bíblicos, Machado utiliza alguns artifícios em sua escrita que lhe são muito peculiares, entre eles destacamos a que mais nos interessa no momento: a relação entre Literatura e História. Neste romance, Machado de Assis faz inúmeras referências aos acontecimentos políticos e econômicos do final do século XIX, sendo inclusive acontecimentos importantes e próximos ao ano da publicação do romance, como por exemplo, a descrição da manhã do dia 15 de novembro de 1889, dia da proclamação da República e da mudança do sistema político do país. Além dessa passagem podemos destacar as oposições políticas entre os gêmeos Pedro e Paulo,

protagonistas do romance, como símbolos do Império e da República; o distanciamento e a ironia do Conselheiro Aires em relação aos fatos; a política como busca de status social e de poder – já que Pedro e Paulo, apesar de terem suas profissões, um médico e outro advogado, concluem que a política é o melhor caminho para suas realizações; a política econômica do encilhamento e a função do dinheiro na sociedade do Brasil-Império e depois Brasil-República; e a falta de projetos políticos, tanto dos partidos como dos sistemas de governo.

Sendo uma obra que apresenta várias referências cotidianas sobre a vida na cidade do Rio de Janeiro durante a virada do século XIX para o XX, é interessante destacar que Machado de Assis inicia o primeiro capítulo do livro com a descrição da subida do morro do Castelo. Ao descrever a ida das personagens Natividade e Perpétua à casa de uma cabocla no morro, o autor tece alguns comentários interessantes. Apesar das dificuldades da subida e da carência do local, Machado destaca a importância de uma cultura popular “lá” existente, aonde a jovem nobre-burguesa vai para saber de seu futuro, dando importância aos moradores e sua cultura.

Em 1904, quando o romance foi publicado, o prefeito Francisco Pereira Passos já havia iniciado as obras para a reforma do centro da cidade, que resultaria na demolição de várias casas de parte do morro. Ao iniciar o seu romance no cenário do morro do Castelo, um autor de grande porte que já era Machado de Assis, presidente da Academia Brasileira de Letras, chamava a atenção para o local.

Os artigos do livro *História Contada* mostram como Machado de Assis relacionou, em sua obra, realidade e ficção, e mais, como era recorrente a inserção de fatos históricos em seus textos literários.¹³⁰ E ao representar a sociedade de seu tempo, não deixou de emitir valores e apontar sua opinião frente a determinado fato ou questão. Por seu passado pobre, ele condenava algumas injustiças: em seus textos, criticava a escravidão, apesar de não ter participado claramente de nenhum movimento abolicionista. Como funcionário público, defendia a nacionalização de um modo geral. Era um patriota, antes de tudo, e o movimento que culminou com a criação da Academia Brasileira de Letras é um bom exemplo. Mas ao mesmo tempo, Machado de Assis era bastante conservador, tanto quanto a instituição que ajudou a fundar e presidiu por mais de dez anos. Em termos sociais, Nicolau Sevcenko o

¹³⁰ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo (ORG). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998. Em especial os artigos de John Gledson, Jefferson Cano, Lúcia Granja e Sidney Chalhoub.

definiu como um “suave representante do pensamento de elite da virada do século XIX para o XX”.¹³¹ Aqui o vemos como um autor indeciso, que se posicionou num meio termo, pois no texto em questão, chamou atenção para as manifestações culturais populares – que a elite de seu tempo repudiava, mas em determinados momentos se rendia a seu encanto. E como símbolo dessas manifestações, Machado usou o morro do Castelo como sendo um lugar representante desse espaço, no entanto, a sua visão é carregada de alteridade, onde se pode perceber uma grande distância entre ele e o objeto que descreve.

A narrativa de *Esau e Jacob* inicia-se em 1871, quando Natividade, já mãe dos gêmeos Pedro e Paulo, ambos com apenas um ano de vida, e sua irmã Perpétua resolvem fazer uma visita a uma vidente, moradora no morro do Castelo. No romance, Machado de Assis constrói um trama que reflete as disputas políticas brasileiras do seu tempo. O autor faz uma analogia entre as desavenças dos dois gêmeos irreconciliáveis e o momento político que resultou na mudança de regime no país, retratando a conturbada passagem do Império para a República.

No primeiro capítulo do livro, Machado narra a visita de duas personagens ao morro do Castelo. A primeira frase do livro faz referência ao morro: “Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo”.¹³² Ambas, Natividade e Perpétua, irmãs de uma família abastada na época do Império, moradoras de Botafogo, bairro onde residiam as nobres famílias imperiais, resolveram ir ao Castelo para saber previsões sobre o futuro dos filhos de Natividade. Era a primeira vez que elas subiriam o Castelo, aliás, como o próprio Machado explica, ‘muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá por os pés’¹³³. Para elas, assim como também para o grupo social que representavam, ‘o morro era estranho e remoto, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava’.¹³⁴ Ao narrar a primeira subida das irmãs ao morro, Machado descreve-o como íngreme, desigual, mal calçado, sendo sua subida tida como uma penitência. O movimento da manhã, segundo o autor, era intenso: ‘mulheres, homens, crianças que desciam ou subiam, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre, todos olhavam

¹³¹ SEVCENKO, Nicolau. *Idem*; p. 98.

¹³² ASSIS, Machado de. *Esau e Jacob*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001; p. 27

¹³³ ASSIS, Machado de. *Idem*; p. 27.

¹³⁴ ASSIS, Machado de. *Idem*; p. 27.

espantados para elas’.¹³⁵ Afinal a aparência delas, como ele próprio explica, destoava claramente com o ambiente ao seu redor.

Quando as personagens chegam ao seu destino – a casa da cabocla – o narrador descreve o local: a casa era como as outras, trepada no morro. Subia-se por uma escadinha, estreita, sombria, adequada a aventura. A sala tinha as paredes nuas, nada que lembrasse mistério.¹³⁶ Bárbara, a cabocla, era “uma criaturinha leve e breve, saia bordada, chinelinha no pé”.¹³⁷ O seu mistério estava em seus olhos, opacos, compridos e agudos, que “entravam pela gente abaixo, revolviam o coração e tornavam cá fora”.¹³⁸ Enquanto analisava uma foto que Natividade havia levado, fumava um cigarro. O pai, que cuidava das consultas da cabocla, havia ficado na porta da sala, “roçando os dedos em uma viola”.¹³⁹ A cabocla mudava de expressão constantemente – ora radiante, ora sombria; ora interrogativa, ora explicativa –, apertava a madeixa de cabelos também trazidos por Natividade, olhava-a, cheirava-a e gesticula.

Apesar da encenação, a cabocla pouca coisa previu de preciso. Falou em brigas internas, grandiosidade e felicidade. E sem saber – ou sem querer – mais como se expressar, finalizou esta consulta dançando, remexendo seus quadris, ao som da toada que seu pai fazia ao violão.

O retorno das duas é narrado no segundo capítulo intitulado ‘Melhor de descer que de subir’ numa alusão de que seria melhor sair do morro do que chegar, ou ainda, sorte dos que conseguiram morar em outro lugar. Natividade e Perpetua pagaram pela consulta cinquenta mil reis, cinco vezes o preço cobrado de costume. Tanto ao subir quanto ao descer, as duas pareciam preocupadas em não serem vistas: cobriam o rosto com o véu o tempo todo. Na descida das duas, Machado descreve pedras desniveladas, camisas penduradas nas janelas e cascas de bananas no chão, mostrando uma certa precariedade do morro.

As personagens, segundo conta o narrador, haviam pedido ao cocheiro que parasse em frente à Igreja de São Jose¹⁴⁰, um pouco longe da subida, para que o mesmo não desconfiasse

¹³⁵ ASSIS, Machado de. *Idem*; p. 27-28.

¹³⁶ ASSIS, Machado de. *Idem*; p. 28.

¹³⁷ ASSIS, Machado de. *Idem*; p. 29.

¹³⁸ ASSIS, Machado de. *Idem*; p. 29.

¹³⁹ ASSIS, Machado de. *Idem*; p. 30.

¹⁴⁰ Curiosamente, ao lado onde é hoje a travessa da Natividade. Segundo Brasil Gerson, a travessa passou a ter este nome depois de 1870, antes sendo conhecida como beco da igreja, por ficar ao lado da igreja. Infelizmente o

do destino das duas. Isto porque a fama da cabocla era o assunto da cidade: ‘Se as descobrissem, estavam perdidas, embora muita gente boa lá fosse.’¹⁴¹ E o texto segue basicamente tendo como cenário os locais mais nobres da cidade: Botafogo, Catete, a Rua do Ouvidor, etc, onde os gêmeos Paulo e Pedro vivenciam os acontecimentos políticos e econômicos do Rio de Janeiro do final do século XIX.

O que representa o morro do Castelo na obra de Machado de Assis? De acordo com as passagens destacadas nos primeiro e segundo capítulos, o morro representa um lugar distante dos grupos importantes da sociedade de então, onde poucas dessas pessoas assumem uma visita ao local, mas que concentra uma grande sabedoria popular. A previsão quanto ao futuro, as danças e músicas no violão são manifestações culturais destinadas às classes populares, mas que vinham sendo, paulatinamente, mesclando-se a cultura das classes favorecidas.

Interessante destacar que quando Machado de Assis inicia um romance tendo como cenário o morro do Castelo, ele está chamando atenção para este espaço, chamando atenção para o quanto a cultura popular estava ali inserida e apesar de poucos assumirem, muitos se interessavam por tal assunto. Em 1904, ano de publicação desta obra, encontramos um Rio de Janeiro inserido nas reformas urbanas promovidas por Pereira Passos, aliado a política sanitária desenvolvida por Osvaldo Cruz. Hábitos e habitações populares sofrem uma intensa perseguição por parte das autoridades, culminando na Revolta da Vacina, em novembro do mesmo ano.

Machado, em sua fase realista, utiliza-se de uma narrativa que teve como principais características a localização precisa do ambiente, a descrição de costumes e acontecimentos contemporâneos em seus mínimos detalhes, a reprodução da linguagem coloquial, familiar e regional e a busca da objetividade na descrição e análise dos personagens. Em suas duas últimas obras, *Esau e Jacob* e *Memorial de Aires*, encontramos inúmeras referências a sociedade em que viveu. Para Machado o romance era um veículo adequado para propor a explicação de uma realidade social e seu processo de transformação.¹⁴² Em seus textos, repletos de referências nacionais, Machado deixa clara a sua postura de patriota e defensor de uma literatura nacional, mas ainda se percebe um homem muito ligado às heranças

autor não aponta a origem do nome atual. GERSON. Brasil, História das ruas do Rio. Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 2000; p. 20.

¹⁴¹ ASSIS, Machado de. *Idem*; p. 33.

¹⁴² CANO, Jefferson. Machado de Assis, historiador. IN: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo (ORG). *Op. Cit*, p. 58.

portuguesas, talvez explicadas pela presença feminina de sua esposa lusitana. Machado se propõe a narrar a realidade, mas seu texto é um filtro, um olhar, uma representação própria de sua época. Apesar de chamar atenção para as classes menos favorecidas, Machado não assume o seu discurso, mantendo, em sua percepção e em seus textos uma estabilidade social, mesmo quando descreve os horrores da escravidão ou as interessantes expressões de uma cultura popular, ele reproduz com aceitação a sociedade a qual pertenceu.¹⁴³

O subterrâneo do morro do Castelo de Lima Barreto

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881, em Laranjeiras no Rio de Janeiro. Filho de uma escrava com um almoxarife português, foi criado no cenário rural da Ilha do Governador. Ficou órfão de mãe precocemente e cursou as primeiras letras em Niterói e depois foi estudar no Colégio Pedro II. Em 1897, Lima ingressou no curso de engenharia da tradicional Escola Politécnica. Abandonou o curso, em 1902, após o enlouquecimento do pai e para sustentar a família, empregou-se como amanuense na Secretaria da Guerra.¹⁴⁴

Iniciou sua carreira de escritor nos periódicos cariocas, onde foi um assíduo colaborador, sendo reconhecido entre os literatos cariocas com a publicação, em 1909, de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* em Portugal. O livro foi bem recebido e Lima, dois anos depois, escreveu o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado em folhetins

¹⁴³ Quando falo sobre descrição dos horrores da escravidão por Machado de Assis, faço referência ao conto *Pai contra mãe*, onde Machado narra a história de um ex-caçador de escravos, Cândido Neves, que depois de deixar tal ofício viu-se pobre e necessitando de dinheiro para sustentar sua esposa a espera de um tão querido filho. Durante todo a narrativa, Cândido procura outra opção de trabalho a fim de mudar de vida após seu casamento, mas por falta de habilidade e aptidão, acaba retornando ao antigo e não bem visto ofício. Ao recorrer aos seus recortes de jornais, onde eram publicados anúncios de recompensas para a captura de escravos fugidos, ele destaca aquele que oferece a maior delas: cem mil reis. Procura durante dias a escrava fujona Arminda em vão. Numa cena bastante dramática, quando Cândido, desiludido, estava indo levar seu filho recém-nascido à roda dos enjeitados, vê a escrava e sai em sua perseguição. Ele, implacável, a prende e a entrega ao seu senhor, recebendo assim a sua recompensa. No momento da prisão, Arminda roga-lhe que a liberte dizendo-se grávida e querendo salvar seu filho de tão cruel destino. A escrava depois da luta contra seu caçador e da surra de seu senhor, aborta. O caçador, depois de ver tal cena, volta à farmácia em que havia deixado por instantes o seu filho, e retorna para casa, afagando, aos prantos, o seu bebê. Machado finaliza o conto com a seguinte frase: “nem todas as crianças vingam”, mostrando apesar da indignação e da repudia a escravidão, a sua aceitação.

¹⁴⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983; p. 120. As informações biográficas, bibliográficas e teóricas sobre Lima Barretos foram baseadas nesta obra aqui citada.

no Jornal do Comércio. Apesar da carreira literária estar seguindo relativamente bem, Lima é abatido pelo alcoolismo e internado por duas vezes, em 1914 e 1919, no Hospício Nacional. A partir de 1916, Lima passou a militar a favor do anarquismo. Em 1917, publicou um manifesto socialista, exaltando a Revolução Russa. Foi um duro crítico da República brasileira, condenando-a como excludente e beneficiária dos ricos. Já em 1918, muito fraco e doente, aposentou-se do serviço público e em 1º de novembro de 1922 faleceu, vítima de um colapso cardíaco.

Nicolau Sevcenko, no livro *Literatura como missão*, analisa a obra literária de Lima Barreto e Euclides da Cunha a fim de perceber as tensões políticas e sociais do final do século XIX e início do século XX. Entende a literatura como um discurso social mas sem deixar de lado seu viés artístico. Segundo Sevcenko, os textos de Lima Barreto são marcados por uma crítica combatente e ativista, onde se destacam a ironia e a caricatura da sociedade em que viveu. Sua obra traçou o retrato social do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX.

Influenciado pelos escritores realistas europeus, assim como Machado de Assis, Lima descreve praticamente todo o Rio de Janeiro do seu tempo, agitado e tenso. Mas ao contrário de Machado, Lima aborda mais os seus vícios do que as suas virtudes. Todas as suas personagens trazem a marca de seu meio social, constituindo-se no objeto privilegiado da crítica social de Lima Barreto. Ainda se verifica em sua obra a preocupação de abranger o maior volume possível da realidade social carioca, traduzindo inclusive e sobretudo, as suas várias disputas, problemas e tensões.¹⁴⁵ A abordagem temática de sua obra abrange o cotidiano do Rio de Janeiro, os tipos comuns, as cenas de rua, os fatos banais e a linguagem usual; tratando de assuntos, ambientes e personagens voltados para o doméstico e para as baixas classes sociais.¹⁴⁶

O subterrâneo do morro do Castelo foi publicado entre 28 de abril e 03 de junho de 1905, em forma de folhetim no jornal *Correio da Manhã*, sendo o primeiro texto de Lima Barreto neste periódico. A edição aqui analisada, publicada pela editora Dantes em 1997, recupera o texto que por não ter sido assinado, ficou quase completamente desconhecido. Apesar da falta de identificação, confirma-se Lima Barreto como seu autor pela presença da

¹⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Idem*; pp. 162-163.

¹⁴⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Idem*; pp 165-167.

personagem Dona Garça, que aparece em outra narrativa do autor, cujos manuscritos se encontram guardados na Biblioteca Nacional. Além disso, no texto estão presentes alguns pontos freqüentes na obra de Lima: a defesa do patrimônio público, a implicância e a descrença nos políticos e a forte referência com fatos e elementos da sociedade carioca do início do século XX.¹⁴⁷

O texto trata de uma série de reportagens sobre as escavações do morro do Castelo realizadas durante a administração de Pereira Passos para a abertura da Avenida Central, resultando na primeira, e então parcial, demolição do morro. Em 27.04.1905, o *Jornal do Comércio*, na seção "Várias", noticiou a "surpreendente descoberta" de uma galeria no corte do morro do Castelo, dando asas para uma antiga lenda sobre os tesouros dos jesuítas que teriam sido enterrados no morro por conta da expulsão da Companhia do Reino português em 1759. O que Lima Barreto faz é uma grande brincadeira entre ficção e realidade, misturando personagens reais e fictícios em situações por ele imaginadas. Essa foi uma prática constante na obra de Lima Barreto, muitas vezes lhe causando grandes transtornos. Sua colaboração no *Correio da Manhã* é um bom exemplo. Com a publicação em 1909 do romance *Recordações do escrívão Isaias Caminha*, onde o poderoso diretor do periódico, Edmundo Bittencourt, é satirizado na figura do feroz personagem Ricardo Loberant, o então influente jornal declara bloqueio ao escritor carioca que será secundado, por longo tempo, por toda a grande imprensa.

Além das reportagens sobre as escavações e as descobertas das galerias subterrâneas, o texto também narra a aventura amorosa ocorrida no Rio de Janeiro entre 1709 e 1711, conhecida através de um antigo manuscrito guardado por uma das personagens que assiste com entusiasmo as descobertas do século XX, e que será melhor abordada ao longo do nosso texto. Na narrativa de *O subterrâneo do morro do Castelo*, não somente ficção se mistura com a realidade, como também os dois tempos da narrativa se intercalam. Num momento o autor narra a saga ocorrida em 1709, e entrecruzando os tempos, volta ao presente, narrando as descobertas das escavações.

Lima Barreto inicia seu texto noticiando a descoberta da galeria subterrânea no morro do Castelo durante as obras de abertura da Avenida Central; fala da crença de imensas riquezas escondidas em galerias construídas no subterrâneo do Castelo pelos jesuítas por

¹⁴⁷ RESENDE, Beatriz. "Introdução". In: BARRETO, Lima. *O subterrâneo do morro do Castelo*. Rio de Janeiro : Dantes, 1997.

ocasião de sua expulsão do Reino português, ordenada pelo Marquês de Pombal em 1759; do alvoroço que isto causou na população, que se instalou próximo as obras para saciar a curiosidade; e na suposição de existirem vários outros caminhos nos subterrâneos da cidade. No segundo capítulo, o narrador – um repórter investigativo que é a personagem que nos conta a história - e um amigo visitam a galeria e são recebidos pelo Dr. Pedro Dutra, engenheiro responsável pelas obras. Este é bastante solícito. Ao ser questionado se acredita na existência dos tesouros dos jesuítas, responde que não sabe: "Os jesuítas talvez hajam construído o subterrâneo para refúgio, em caso de perseguição; o Marquês de Pombal era um pouco violento". Nos capítulos seguintes segue narrando as obras no morro. Dentre as situações citadas, está a visita do presidente da República, Sr. Rodrigues Alves à galeria encontrada. Com muita ironia, Lima coloca na boca do presidente as seguintes palavras: "esperamos tocar as imagens que vão nos salvar da crise econômica." Apesar do valor econômico dado ao suposto achado, Lima critica a postura do presidente, argumentando da existência de uma riqueza fabulosa no morro do Castelo, "que os políticos de então, mesmo derrubando-o, não conseguem achá-lo." Com certeza nesta passagem Lima faz referência ao passado histórico do local que foi arrasado por conta da "irreverência e avidez dos homens".¹⁴⁸

No capítulo publicado no dia 04 de maio de 1905, Lima Barreto nos apresenta um novo personagem. Da multidão concentrada na frente da galeria a espera de notícias, um senhor alto, grisalho, com cerca de 50 anos, "conhecedor de muitas histórias, inclusive dos subterrâneos do Rio de Janeiro, começa a contar um detalhe trágico da história conventual do Castelo: a história de uma condessa italiana, da família dos Medicis, raptada em noite escura, de um palácio florentino e conduzida num bergatim para o claustro dos jesuítas, onde, em babilônicas orgias, seu alvo corpo palpitante de mocidade e seiva corria de mão em mão".¹⁴⁹ Nosso repórter se aproxima do senhor, a fim de obter mais informações, e descobre que o Sr. Coelho, não apenas conhece o mapa dos subterrâneos do morro como também sabe que as duas galerias descobertas não levarão a lugar nenhum: "estas e muitas outras foram feitas uma para os suplícios e outras com o fim de atordoar, desorientar os investigadores."¹⁵⁰

¹⁴⁸ BARRETO, Lima. *O subterrâneo do morro do Castelo*. Rio de Janeiro : Dantes, 1997, p. 33.

¹⁴⁹ BARRETO, Lima. *Idem*; pp. 36-37.

¹⁵⁰ BARRETO, Lima. *Idem*; p. 37.

Nosso repórter combina com Sr. Coelho uma visita a sua casa. O primeiro interessado em saber mais sobre a história e o segundo desejando ajudar ao governo. Sr. Coelho morava numa casa modesta na Gamboa - "lamacenta e negra a nos recordar o passado *Porto Artur* com que ainda guarda toda a bravura dos vencidos e todo o ridículo dos vencedores."¹⁵¹ – e era funcionário público sem altas ambições. A história da condessa é comprovada por um pergaminho antigo, que o Sr. Coelho mostra ao repórter. O manuscrito traz também “toda a verdade sobre os tão falados tesouros.”¹⁵²

O texto do manuscrito diz que os subterrâneos foram construídos na época da instalação da Companhia de Jesus no Brasil e utilizados para esconder os tesouros em 1711, quando se deu o segundo ataque francês a cidade, por vingança a morte de Duclerc, capitão da expedição francesa derrotada em 1710.¹⁵³ Sr. Coelho possui a ata dos jesuítas que registra a guarda do tesouro, estando ali arrolados o tão valioso bem: estatuas, em tamanho natural e ouro maciço dos doze profetas e de Santo Inácio de Loyola, além de pedras preciosas e outros objetos em ouro. Ele ainda conta que em 1759, quando Gomes Freire foi cumprir a ordem de confiscar os bens da Companhia, só o conseguiu fazê-lo em pouca quantia de ouro, além dos imóveis e escravos. Sr. Coelho explica que em carta de 8 de dezembro de 1759, Gomes Freire escreveu ao rei português dizendo que os padre, "sabendo que mais ou menos tempo havia de chegar a tormenta, puseram o seu tesouro em salvamento."¹⁵⁴

Depois de contar suas histórias, Sr. Coelho afirma que os tesouros dos jesuítas ainda estão sob o morro, argumentando que seria impossível o resgate as escondidas de bens tão grandes e preciosos. Na seqüência das histórias sobre o fato, Sr. Coelho ainda afirma que o Marques de Pombal, ministro do rei D. José e responsável pela expulsão dos jesuítas das terras portuguesas, e o Dr. Paulo de Frontin, engenheiro responsável pela Comissão Construtora da

¹⁵¹ BARRETO, Lima. *Idem*; p. 41. Aqui Lima faz uma referência à Revolta da Vacina, ocorrida na cidade em novembro de 1904, deixando claro a sua posição frente ao evento.

¹⁵² BARRETO, Lima. *Idem*; p. 44.

¹⁵³ Ao logo do texto, Lima Barreto mistura realidade e ficção. Utilizando-se de fatos históricos, insere personagens fictícios e ainda utiliza-se do recurso de citar documentos a fim de dar veracidade ao que narra. Aqui, o segundo ataque francês, ocorrido em 1711, devastou a cidade do Rio de Janeiro e, em sua narrativa, foi “na verdade” provocado pelo jesuíta Jean que matou Declerc ao encontrá-lo dormindo na cama de sua amante D. Garça, como veremos mais adiante.

¹⁵⁴ BARRETO, Lima. *Idem*; p. 44.

Avenida Central, são a mesma pessoa. Sr. Coelho conta que presenciou uma visita de Frontin a uma sessão espírita, quando ele descobriu ser a reencarnação do marquês.¹⁵⁵

Ao longo do livro, Lima Barreto vai intercalando o dois tempos da sua narrativa, ora narrando as histórias ocorridas no século XVIII e baseadas no pergaminho do Sr. Coelho, ora as descobertas das galerias do morro do Castelo no início do século XX. Assim como Machado de Assis, Lima Barreto, ao longo de seu texto, faz referências a outras obras e autores da Literatura universal.

Voltando a narrativa do início do século XX, nosso repórter descreve o velho códice italiano que contém a história do antigo caso de amor entre uma nobre e um jesuíta. É um grosso volume, encadernado em couro e sem assinatura, que nosso repórter supõe ter sido escrito por um jesuíta e possui o seguinte título: *D. Garça ou O que se passou em meados do século XVIII, nos subtraendos dos padres da Companhia de Jesus, na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, a mui heróica, por ocasião da primeira invasão dos franceses a mando de Clerc*. Então, o repórter explica que iniciará a publicação da interessante narrativa referente à história dos jesuítas do morro do Castelo, traduziu-a para o português moderno.¹⁵⁶

Os próximos seis capítulos d'*O subterrâneo do morro do Castelo* narram a história, passada em 1710 na cidade do Rio de Janeiro, do caso de amor entre uma nobre italiana, esposa de um funcionário da coroa na alfândega do Rio de Janeiro, e um jesuíta francês chamado Jean, que abandonou a vida nobre para se filiar a ordem. O jesuíta encontrava-se as escondidas com D. Garça, alcunha da nobre italiana Alda, indo a sua residência através dos corredores subterrâneos que saíam do morro do Castelo ligando-o a outros cantos da cidade. No desenrolar da trama, o jesuíta foi convocado pelo reverendo do colégio dos jesuítas para uma missão no interior de Goiás. O jesuíta se recusa, mas depois, ao se dar conta do que seria ser expulso da companhia religiosa mais importante do Reino, aceita tão difícil missão. A reunião de convocação, segundo o manuscrito, se deu em uma das salas subterrâneas e os documentos do códice descrevem-na com quatro compartimentos.

¹⁵⁵ A comparação que Lima entre aquele que expulsou os jesuítas e aquele que arrasará o morro é muito curiosa, além da enorme ironia contida no fato de ser Paulo de Frontin a reencarnação do Marquês de Pombal e o primeiro ter ciência disso!

¹⁵⁶ BARRETO, Lima. *Idem*; p. 63.

Após nos apresentar um pouco do romance gótico ¹⁵⁷ o repórter volta a falar das obras na Avenida Central, informando que “ontem os trabalhadores descobriram uma nova galeria subterrânea, que parece ser a mais importante das três até agora encontradas.” Supondo ser esta a galeria mestra, “pois a mesma tinha uma escada de acesso ao Seminário, agora destruída por via do arrasamento do secular edifício.” Conta que “foi encontrado um cofre de madeira cintado de ferro, que de pronto chamou a atenção do Dr. Dutra, o qual sem demora comunicou ao Dr Frontin, guardando o mais completo sigilo do caso. Pela leveza do cofre, parece não conter metal e sim documentos da Ordem de Jesus.” E termina o capítulo: "Continuaremos amanhã a publicação de D. Garça, a narrativa que tanto interesse tem despertado e que tão intimamente se prende as descobertas dos subterrâneos do morro do Castelo." ¹⁵⁸

A narrativa do repórter segue descrevendo as descobertas das galerias do Castelo. Informa que foram instaladas lâmpadas elétricas na parte desobstruída para que o serviço prosseguir sem interrupção.¹⁵⁹ Voltando para o século XVIII, quando o jesuíta Jean volta de sua missão, recebe a notícia do ataque de Duclerc à cidade e, já temeroso disso, descobre que Alda estava morando com o rival e é tomado por um forte sentimento de raiva.

Voltando ao início do século XX, o repórter-narrador insiste na idéia de que existe algo de precioso no morro do Castelo. Segundo ele, “dia a dia vai tornando se mais interessante este caso dos subterrâneos do Castelo, que veio trazer a banalidade chata de nossa vida burguesa uma nota estranha de aventura romancesca, fazendo vibrar o espírito popular que tem algo de feminino pela curiosidade com que espreita pela fechadura de todas as casas, na ânsia de tudo saber e penetrar, até os últimos detalhes”.¹⁶⁰ Ao falar do prosseguimento das obras, das suspeitas ainda não confirmadas de que no terreno existam novas galerias e do engenheiro Dutra, o narrador afirma que “a sua picareta demolidora foi a varinha mágica que tirou o encanto secular do morro.”¹⁶¹ O último capítulo sobre as obras¹⁶² informa que na

¹⁵⁷ O romance gótico é uma ficção romântica que dominou a literatura inglesa durante o último terço do século XVIII e as duas primeiras décadas do XIX. Geralmente, é ambientada em cenário lúgubre e desolado, no qual se desenrolam enredos de mistério e terror.

¹⁵⁸ BARRETO, Lima. *Idem*; pp. 97-98, assim como as referências anteriores contidas neste parágrafo.

¹⁵⁹ Aqui Lima chama atenção para dois fatos: o primeiro consiste no fato do morro, no início do século XX, não possuir luz elétrica, mas as obras sim; e o segundo diz respeito à necessidade de não parar as obras, trabalhando-se dia e noite. Lima aqui é irônico e debochado, nos seus textos futuramente, ele se torna crítico e objetivo nas suas defesas, como veremos adiante.

¹⁶⁰ BARRETO, Lima. *Idem*; p. 118.

¹⁶¹ BARRETO, Lima. *Idem*; p. 119.

¹⁶² BARRETO, Lima. *Idem*; pp. 126-127.

“sessão de ontem da Câmara dos Deputados foi lido um requerimento do engenheiro Henrique G. Dab Verme”, de 1904, pedindo concessão para explorar as galerias subterrâneas do morro, sendo elaborado o projeto n. 321 para obter tal concessão. No entanto o mesmo não chegou a ser votado pois o Congresso entrou em recesso. O engenheiro, surpreendido pelas obras de demolição do morro, solicita sua participação, pois baseado em antigos mapas que possui, poderia localizar o tesouro e ainda deixar as galerias para visitação ao público, *conservando assim a tradição do morro e suas construções, forma, direção, monumentos, etc.*¹⁶³ Segundo o engenheiro, “da maneira como estão conduzindo as buscas, o governo não localizará o tesouro e ainda demolirá as galerias.”¹⁶⁴

A narrativa volta ao século XVIII: Jean vai, durante a madrugada, ao quarto de D. Garça e encontrando os dois amantes dormindo, estanca uma faca no peito de Duclerc e depois em Garça. O padre volta ao seu quarto do colégio e se mata. "Aqui termina o manuscrito"¹⁶⁵ e a narrativa de Lima Barreto.

Interessante destacar na leitura deste texto, é que já está presente o Lima Barreto crítico e defensor das classes mais pobres. Neste texto percebemos insinuações contra o desmonte do Castelo, chamando atenção para a sua importância na formação da cidade. Já em 1920, quando o prefeito Carlos Sampaio assina o decreto de demolição do morro, sua crítica é forte e direta. Nesta época, Lima Barreto, já doente, escrevia para a revista *Careta* e em um texto, publicado em 28 de agosto de 1920, condena veemente a prática da prefeitura em construir hotéis e cassinos de luxo enquanto havia pessoas sem local de moradia. Em suas palavras: “não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas. Como lógica administrativa, não há coisa mais perfeita!”¹⁶⁶

Com o mesmo humor sarcástico e repleto de ironia, Lima critica a política municipal de atuação urbana. No início da década de 1920, quando o Castelo foi totalmente arrasado, a figura de Lima como intelectual atuante na defesa e preservação do morro foi marcante. Mas essa atuação, um pouco mais amena, já pode ser notada no texto de 1905.

Lima Barreto mostra-se interessado e defensor do morro e do seu papel na história da cidade, como berço de fundação e personagem de vários momentos importantes. O artifício de

¹⁶³ Grifos meu.

¹⁶⁴ BARRETO, Lima. *Idem*; p. 127.

¹⁶⁵ BARRETO, Lima. *Idem*; p. 132.

¹⁶⁶ BARRETO, Lima. “Megalomania”. Revista *Careta*, 28 de agosto de 1920.

citar personagens históricos conhecidos e documentos oficiais é usado para dar veracidade a sua história. São personagens-reais de seu romance: Pedro Dutra, engenheiro responsável pela obra de escavação; José Leopoldo de Bulhões Jardim, ministro da fazenda; Paulo de Frontin, engenheiro responsável pela Comissão Construtora da Avenida Central e futuro prefeito da cidade; Lauro Muller, secretário de Viação e Obras Públicas; Rodrigues Alves, presidente da República; Léo Junius, pseudônimo de José da Rocha Leão, importante jornalista do Jornal do Comércio; o Marques de Pombal e o corsário francês Duclerc. Dentre as personagens fictícias estão: Sr. Coelho; o narrador-jornalista; D. Garça; o jesuíta Jean; e o reitor do colégio jesuíta.

A personagem do Sr. Coelho, que no romance era símbolo da sabedoria dos mistérios da cidade é morador da parte mais pobre e carente de políticas públicas: a Gamboa, tem um toque de auto referência. Nos chama atenção o fato do Sr. Coelho ser, assim como Lima, funcionário público, e como ele mesmo diz, “sem grandes ambições”. Além disso, Lima faz uma referência direta a Revolta da Vacina, sutilmente defendendo aquela manifestação. No final do livro, o requerimento de um engenheiro pedindo concessão para explorar e desobstruir as galerias do morro, com conhecimentos profundos das galerias e sem ônus para a nação, pode ser visto mais uma vez como uma crítica à política urbana, visto que tais concessões eram dadas e dificilmente se via algum resultado.¹⁶⁷ Em algumas partes do texto expressa claramente que é contrário à demolição do morro do Castelo e termina a narrativa sobre o início do século XX mostrando que existiam outras alternativas que não o desmonte, para manter a tradição e a importância de tão nobre colina.

O glamour da colônia, descrito no manuscrito, é destacado pelo autor, destoando do discurso defendido à época em favor do progresso e do desmonte do Castelo. No texto o autor traça um retrato da sociedade carioca do início do século XX: o povo excluído, com várias passagens mencionando a multidão isolada e proibida de ver os acontecimentos; a imprensa, com seu importante papel de manter a sociedade informada, compromissada em provar tudo aquilo que comenta e alimentando-se da eterna curiosidade do povo; e os políticos atuando de maneira autoritária e defensores das classes mais ricas e poderosas.

¹⁶⁷ O próprio Carlos Sampaio, desde 1890, pleiteou e conseguiu uma licença de arrasamento do morro do Castelo através da sua empresa Melhoramentos. Tal obra nunca se efetivou, apenas quando o mesmo, já como prefeito, através da ação do executivo municipal e com orçamento público,

Assim como em outros textos de Lima Barreto, a crítica social e a defesa dos mais carentes, está presente no *O subterrâneo do morro do Castelo*. A reforma de Pereira Passos representou a primeira grande intervenção do Estado sobre o espaço urbano, e teve como foco o controle da circulação no centro da cidade e o controle urbanístico.¹⁶⁸ Lima quando critica o desmonte do morro expande para as demais ações, argumentando não apenas sobre os problemas estéticos da cidade, mas também sobre os reflexos sociais que as obras acarretaram. Misturando realidade e ficção, Lima nos apresenta um morro repleto de tradição e história sendo devastado em nome do progresso e da ambição de maus políticos e administradores públicos.

O Rio de Janeiro do meu tempo de Luiz Edmundo

Luiz Edmundo de Melo Pereira da Costa, indiscutivelmente o menos estudado dentre os literatos aqui analisados, nasceu no Rio de Janeiro em 1878, numa família de origem modesta.¹⁶⁹ Teve seus estudos custeados pelo diretor do Colégio Abílio, onde estudou. Aos 18 anos graduou-se Bacharel em Ciências e Letras, sendo logo contratado para trabalhar como jornalista no jornal *Cidade do Rio*, sob a direção de José do Patrocínio. Paralelamente, escrevia poesias simbolistas, lançando seu primeiro livro de poesias, *Nimbus*, em 1899, e na seqüência, *Turíbulos* em 1900 e *Turris Ebúrnea* em 1902.

Freqüentador dos famosos cafés cariocas, onde se concentravam poetas, romancistas, artistas e intelectuais para discutir as novas tendências e idéias em voga no período da *Belle Époque*, Luiz Edmundo tinham boas relações com literários, políticos e pessoas influentes. Dirigiu, em 1899 ainda com 21 anos, uma revista literária, intitulada *Revista Contemporânea*, passando também a ditar tendências. Foi colaborador da *Revista Kosmos*, e em 1901, foi convidado a colaborar com o então recém fundado jornal *Correio da Manhã*, tornando o seu primeiro e permanente colaborador, escrevendo crônicas sobre o cotidiano da cidade do início do século XX e críticas literárias. Republicano ferrenho, as transformações da cidade o

¹⁶⁸ ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, volume 1 numero 2; pp. 52-53

¹⁶⁹ As referências biográficas do autor foram baseadas em GRINBERG, Piedade. “Introdução” de EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. XENON: Rio de Janeiro, 1987. As referências sobre sua obra também foram baseadas no texto sobre o autor disponível no sítio da Academia Brasileira de Letras.

empolgavam e a modernização desenvolvida por Pereira Passos foi amplamente defendida em seus textos publicados pelo influente jornal.

Luiz Edmundo também trabalhava como corretor de companhias francesas de navegação, o que lhe proporcionou diversas viagens a Europa. Na década de 1920 passou a escrever peças de teatro cujos temas principais tinham referências na História do Brasil – sendo elas *Marquesa de Santos* (1924); *Dom João VI* (1924); *Independência* (1925); *L'appel à la raison* (1926). Obteve bastante sucesso de público e de crítica, sendo inclusive premiado pela Academia Brasileira de Letras pela peça *Marquesa de Santos*. No final da década de 1930 tornou-se historiador, viajando para Portugal e Espanha em busca de fontes para seus estudos. Foi nesse período que Luiz Edmundo apaixonou-se pela História do Brasil, em especial pelo século XVIII, e escreveu dois livros, ambos com um texto onde utiliza muito de sua imaginação e de interpretação subjetiva da realidade encontrada nas fontes: *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* (1938); e *A corte de D. João VI no Rio de Janeiro* (1940). Foi também neste período que o autor começou a escrever suas memórias, resultando nas seguintes publicações: *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1940); *Recordações do Rio antigo* (1950); e *Memórias*, 5 vols. (1958, 1962 e 1968).

Luís Edmundo, então já consagrado jornalista, poeta, cronista, memorialista, teatrólogo e bibliófilo, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 18 de maio de 1944, sendo o terceiro acadêmico a ocupar a cadeira de número 33. Em 8 de dezembro de 1961, faleceu no Rio de Janeiro, onde foi enterrado e homenageado em uma sessão solene no mausoléu da ABL.

O livro analisado neste trabalho *O Rio de Janeiro do meu tempo*, foi editado pela primeira vez em 1940, e apresenta o aspecto geral da cidade e de seus moradores no início do século XX, fazendo parte da obra memorialista do autor. Luiz Edmundo elabora um registro subjetivo e desprezioso, mas com intenções de ser fiel, sobre episódios e costumes que conviveu e presenciou na cidade do Rio de Janeiro. Acabou por deixar traçado em palavras uma visão panorâmica da cidade. Suas memórias se confundem com fatos corriqueiros, onde não faltam os tipos característicos e conhecidos, as lendas e os acontecimentos históricos e mundanos que ele reconstrói num relato vibrante. Todos os episódios foram relatados de maneira muito pessoal. No livro encontramos comentários sobre vários locais da cidade passando desde a Rua do Ouvidor, o Cais Pharoux e a Praça XV, o Largo da Carioca, os

morros do Castelo e de Santo Antonio, o Largo do Machado até o palácio da República. Encontramos também comentários sobre os diversos cortiços espalhados pelo centro da cidade e como era a vida neste tipo de habitação. Luiz Edmundo também escreve sobre a vida noturna da cidade, nos teatros, cafés, confeitarias, circo e livrarias; sobre o carnaval, esportes e terminado, descreve os principais jornais da cidade.

No texto há um capítulo inteiro dedicado ao morro do Castelo, bem como um outro, logo a seguir, dedicado ao morro de Santo Antônio. Naquele dedicado ao Castelo, Luiz Edmundo na primeira linha já introduz a sua posição frente a esses dois espaços urbanos: “são dois arraiais de aflição e miséria”.¹⁷⁰ Ele explica que na cidade do Rio de Janeiro, “os que descem na escala da vida, vão morar para o alto”.¹⁷¹ Dentre os dois é o Castelo o mais próximo ao mar, o de maior relevo, o mais povoado e o de aspecto melhor. O autor narra a história de ocupação da colina, destacando-a como primeiramente morada dos tamoios, depois fora ocupada por Villegaignon e finalmente pelos lusitanos como defesa natural para a entrada da recém fundada cidade portuguesa. Segundo ele, a paisagem em torno era deslumbrante e o luso trouxe a civilização, dominado a bruteza da terra e espantando o selvagem americano.¹⁷²

E assim foi por muito tempo um povoado feliz. Até pelo menos o início do século XIX o Castelo foi morada nobre, “pouso de abastados dominando a mais linda paisagem do mundo”.¹⁷³ É nesse período que surgem as grandes chácaras, residências de ricos e de altos funcionários da colônia, que preferiam a moradia no Castelo, que à época mantinha “a tradição de lugar dos mais sadios, dos mais frescos e dos mais tranqüilos”.¹⁷⁴

Segundo Luiz Edmundo, a decadência do Castelo veio com a abertura de inúmeras estradas pela cidade, revelando cenários mais lindos pelos arrabaldes e subúrbios distantes, e de mais fácil acesso do que o morro. No início do século XX, para o autor, o morro do Castelo torna-se “um descabro”. Em outras palavras: um caos, em estado de decadência, uma desorganização generalizada.¹⁷⁵

O autor começa então a descrever o local, informando os três caminhos de subida ao morro: as ladeiras da Misericórdia, do Carmo e do Seminário. Conta que o que mais

¹⁷⁰ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 63.

¹⁷¹ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 63. Apesar de ser uma boa frase, nem sempre procede para o período em questão, basta lembrar o caso do morro de Santa Teresa.

¹⁷² EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 63.

¹⁷³ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 64.

¹⁷⁴ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 64.

¹⁷⁵ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Editora Objetiva.

impressiona àquele que percorre o morro são os paredões que assentam o antigo casario: “solares que a indigência dos moradores do lugar transformou em reles casas de alugar cômodos”.¹⁷⁶ Sobre as habitações coletivas, Luiz Edmundo é enfático: sem ar, sem luz, onde se reúnem para dormir, promiscuamente, inúmeras famílias, todos de ar desalinhado e pobre, crianças amarelas e secas e com o corpo coberto de feridas. Quanto ao estilo, Luiz Edmundo define os sobrados com um “estilo feio e forte da colônia”.¹⁷⁷ Segue descrevendo o lugar usando palavras como: promiscuo, tugúrio¹⁷⁸ de pobre, desarrumado, confuso, maltratados, sujo, imundos, pobres, descalços, miséria, miseráveis, cheio de mancha de umidade, sem nenhuma privacidade, sorrisos que fazem mal, etc.

Conta que animais – como porcos, galinhas e cães – são criados em quintais sujos, juntamente com crianças, tudo sob um inferno de cordas para secar panos lavados no ar, desfaldados, batidos pelo vento e pelo sol.¹⁷⁹ Sobre os hábitos dos moradores do Castelo, os descreve como descreveu o lugar: da pior maneira possível.

“São particularmente janeliros os moradores do Castelo. A maioria vive nas portas e janelas abertas, a exhibir-se aos olhos de quem passa pela rua, os homens areando os dentes, fazendo a barba ou aparando os calos, as mulheres cosendo, lavando a louça das refeições, dando de comer, nas gaiolas, ao coleiro-do-brejo, ao canário, à graúna... Não há casa ou casebre que não tenha pendurado ao parapeito da janela, além de uma gaiola, um homem ou uma mulher a mostra-se, espiando, indagando da vida de todo mundo, sabendo de tudo quanto se passa fora de portas, no lugar. Quando não sabem, indagam, intentam, falseiam, caluniam”.¹⁸⁰

Fala sobre a existência de um colégio no morro, chamado Tico-Tico, onde ensina-se a ler, a escrever e a contar. Segundo Luiz Edmundo, é um colégio muito pobre, “onde se aprende apenas o estritamente necessário para poder vencer na vida, ler e contar até as quatro operações. Nada mais”.¹⁸¹ Descreve uma aula neste colégio, precária e um tanto contestada pelo autor. Segundo ele o professor é sujo, de má aparência, severo, violento e sem paciência; seus alunos possuem dificuldade de aprendizado e vivem temerosos de seus erros, pois quando não conseguem reproduzir o que o professor ‘ensina’, aos berros, recebem bolo – os

¹⁷⁶ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 65.

¹⁷⁷ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 65.

¹⁷⁸ Segundo o Houaiss, tugúrio significa casebre, habitação pequena e pobre.

¹⁷⁹ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 66.

¹⁸⁰ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 68.

¹⁸¹ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 68.

famosos e antigos tapas na mão – e orelhas de burros. Luiz Edmundo finaliza sua narrativa sobre o colégio: “no colégio Tico-Tico ainda se ensina assim”¹⁸²

Emenda na seqüência de seu texto – como faz ao longo de toda narrativa – a descrição de um tatuador e cantor chamado Florêncio de Palma, morador da ladeira do Castelo, “bem no meio dela”.¹⁸³ Como explica Edmundo, Florêncio é tatuador de marinheiros, especialista em marcas e símbolos da arte de navegar. O autor explica a nova moda de tatuar o corpo, esclarecendo ser esta uma mania já usada pelos negros e índios, que desenhavam em suas peles símbolos de sua etnia. Com o tempo esta característica caiu em desuso e passou-se a tatuar símbolos contando a vida amorosa dos tatuados, sua profissão, etc.¹⁸⁴ Segue o texto narrando a técnica de tatuar e as diversas tatuagens espalhadas pelo corpo de Florêncio.

Ao descrever a sua subida pelo morro, Luiz Edmundo destaca lugares e pessoas, contando casos corriqueiros. Ele sobe o morro pela ladeira do Castelo. “Mais um esforçinho e chegaremos ao topo do morrete”.¹⁸⁵ No texto, Luiz Edmundo não se preocupa em ser muito explicativo quanto à estrutura de sua narrativa. Ele simplesmente segue narrando, misturando as histórias com suas opiniões.

Enquanto narra a sua subida pela ladeira do Castelo e as tatuagens de Florêncio, comenta que vê descendo pela ladeira o irmão-das-almas, segundo ele um beato pedinte, herança colonial que circula somente pelos bairros mais pobres pedindo dinheiros aos fieis para a igreja. “Nos bairros povoados pela elite, o irmão-das-almas já não cruza, como já não cruza mais o centro comercial descristianizado”.¹⁸⁶

Segundo Edmundo, no alto do morro estão as mais pesadas construções erguidas outrora pelos jesuítas. Estão também o edifício do Observatório, o mastro de sinais que anuncia a entrada de navios no porto e o balonete que sobe o mastro às doze horas da manhã precisamente, regulando a hora da cidade. Apenas descreve os edifícios existentes no cume do Castelo. Próximo à igreja de Santo Inácio está o Hospital São Zacarias e mais adiante a igreja de São Sebastião do Castelo, antiga sé da cidade: “pobrezinha está pedindo muleta para não cair de tão velha”.¹⁸⁷ Construída em 1583, “ao invés de cabelos brancos, a macróbia tem

¹⁸² EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 70.

¹⁸³ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 70.

¹⁸⁴ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 70.

¹⁸⁵ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 71.

¹⁸⁶ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 71.

¹⁸⁷ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 72.

cabelos de limo nos telhados”.¹⁸⁸ Diz que a igreja já teve seus tempos áureos mas hoje está abandonada e caindo aos pedaços, não demora para ruir. Quando os capuchinhos italianos, “sacerdotes seráficos, barbados como gnomos”¹⁸⁹, passaram a tomar conta do templo, em 1842, fizeram de tudo que puderam para restaurá-la. Menciona o 20 de janeiro, como sendo uma festa com uma procissão que toma as ruas do morro. Em seguida fala de

“uma casa de pretos na travessa do Castelo, onde se pratica a liturgia gege-nagô, culto fetichista, cerimônia cheia de complicações e mistérios, onde se evocam almas do outro mundo e são manipulados ‘despachos’, feitiços que quando postos nas encruzilhadas têm a propriedade de criar maléficos, modificar vontades, corrigir a linha sinuosa que dirige o destino dos homens.”¹⁹⁰

A casa é de João Gamboa de Luanda e fica na travessa do Castelo. Faz uma grande descrição das práticas religiosas dos negros, mencionando com detalhes todo o ritual, sem muitas críticas, mostrando interesse e até apreciação.

Em seguida fala da grande assiduidade às missas de sexta-feira, iniciadas as 5 da manhã, proferidas pelos padres capuchinhos na igreja do Castelo. Nesses dias as 4 horas da manhã já se vêem pessoas subindo o morro:

“desgraçados de toda sorte, gente batida pela adversidade, sem a menor esperança de obter por processos humanos o que Deus não lhes deu. Pobres que desejariam ser ricos, ricos que se acreditam pobres, maridos infelizes, cheios de ansiedade de se fazerem venturosos, esposa enganadas, funcionários de Estado que pedem promoção em seus empregos ou melhoria de ordenado, jogadores que desejam reaver o que perderam no jogo, gente, toda ela, afinal acreditando que, se padece a ausência das graças reclamadas, a que se julga com direito, é porque está cheia de azar, de cábulas ou de enguiços, males dos quais, em breve, a cerimônia capucha terá que a libertar.”¹⁹¹

Luiz Edmundo finaliza o capítulo sobre o morro do Castelo descrevendo a igreja de São Sebastião em uma sexta-feira, lotada:

“Por vezes, esses que se acreditam piedosíssimos cristãos deixando a igreja dos Barbadinhos, cruzam a Travessa do Castelo, onde está a macumba do preto João Gambá. E põem-se a perguntar sobre o programa dessas sessões do culto gege-nagô. E voltam à noite, na hora do sacrifício da galinha preta e do pombo branco, para pedir aos céu cabalístico da macumba o mesmo que pediram aos pés da virgem ou ao raspar, no cangote, a imagem do Salvador. Fanatismo de preto. Fanatismo de branco!”

¹⁸⁸ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; P. 72.

¹⁸⁹ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 72.

¹⁹⁰ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p. 72.

¹⁹¹ EDMUNDO, Luiz. *Idem*; p 75.

Mesmo ao comentar o sincretismo religioso há tempos presente no Brasil, neste caso entre o Cristianismo Católico e a macumba – resultando na umbanda –, o autor parece fazer críticas. Neste capítulo sobre o morro do Castelo, a todo o momento, ele fala mal dos lugares, das pessoas e de seus hábitos. Defensor convicto das reformas de Pereira Passos, Luiz Edmundo crítica o aspecto colonial da cidade antes da administração do prefeito – período em os textos deste livro se atém. Faz questão de enfatizar a pobreza generalizada e instalada no centro da cidade. Quanto ao morro, mesmo ao destacar a beleza da paisagem existente, remete para um período que já passou, para um tempo em que o Castelo tinha outro tipo de moradores e residências.

Em seu texto, Luiz Edmundo expressa juízo de valores, sendo extremamente preconceituoso e mesmo cruel com as camadas de populares que habitam o Castelo, em especial, destaco a frase na qual enfatiza que os sorrisos desses fazem mal, numa figura de linguagem onde se utilizam palavras de sentidos antagônicos. Curiosamente o autor valoriza a cultura negra quando descreve um ritual religioso gege-nagô, mas condena veemente as práticas cotidianas da população mais pobre.

O autor também enfatiza o péssimo estado de conservação da igreja de São Sebastião, com ênfase exagerada, pois as fotos feitas por Augusto Malta da igreja, datadas da década de 1920 mostram que seu estado de conservação, em especial na parte interna, não estava tão precário como comenta Luiz Edmundo. Tal postura se justifica pelo fato de ser Luiz Edmundo defensor ferrenho da política de Pereira Passos, emitindo valores e opiniões da elite do início do século XX, de quem foi um fiel representante. Quando este texto foi publicado, o morro do Castelo já havia sido arrasado e a cidade viveria mais um momento de intensa transformação em sua malha urbana, com a abertura da avenida Presidente Vargas, cujas obras foram iniciadas em 1941. É totalmente pertinente que se espere de seu texto a postura ali expressa: a favor de grandes obras para afastar os mais pobres do centro da cidade, cujo projeto era transformar este em um espaço moderno e digno do progresso que se almejava para a capital federal.

Aos pensar de uma maneira conjunta sobre os três textos citados, percebo que o discurso de cada literário está de acordo com o grupo social a que o escritor pertence. Luiz

Edmundo defendeu as reformas e os valores propagados pelo novo governo republicano, pois sua trajetória de vida estava próxima a dos setores das elites do final do século XIX e início do XX. Já Machado de Assis, cuja trajetória de vida mostra como ele conseguiu vencer as desigualdades sociais e se posicionar melhor na sociedade em que viveu, chamou atenção para a cultura popular existente no morro do Castelo, no entanto ele se absteve de qualquer posição crítica quanto ao desmonte, mantendo em seus textos sempre a ordem social a que pertenceu. Lima Barreto, por sua vez, teve uma vida marcada por dificuldades e pela doença, sendo um crítico ferrenho do novo sistema político e das mudanças por ele implantadas, que acentuaram as desigualdades sociais.

CAPÍTULO 3 –QUEM ERAM OS CASTELENSSES?

Muitos trabalhos foram destinados à compreensão das mudanças urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. Durante a década de 1980 nossa historiografia urbana teve um grande desenvolvimento, principalmente quanto ao estudo sobre o período Pereira Passos, destacando-se o trabalho de alguns autores, como: Maurício Abreu, Jaime Benchimol Giovanna Brenna Del Rosso, Berenice Cavalcante, Lia Aquino Carvalho, Sergio Pechman e LÍlian Fritsch, Oswaldo Porto Rocha, LÍlian Fessler Vaz, entre outros.¹⁹² Os trabalhos desses autores, cada um na especificidade de seu objeto, tecem o contexto das reformas urbanas ocorridas no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo percebendo em alguns deles o claro enfoque nos estudos sobre as classes populares em questão, esses trabalhos deram o prisma oficial de tais reformas, principalmente por conta dos tipos de fonte utilizada, sendo inclusive esta a justificativa para, em alguns casos, o enfoque ter sido voltado exclusivamente para os aspectos oficiais.¹⁹³

Paralelamente, neste momento, no início da década de 1980, a historiografia passou por profundas mudanças teóricas e metodológicas, ampliando seus horizontes. A aproximação com outras ciências sociais, como a Antropologia, e a importância dada a outros conceitos, como cultura, relegando um pouco a importância extrema antes dada aos fatores econômicos,

¹⁹² ABREU, Maurício de Almeida. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, volume 1 numero 2; pp. 47-58. jan./abr. 1986. ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Zahar / Iplan Rio, 1987. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical?* Rio de Janeiro: UFRJ-PUR, 1982. Dissertação de mestrado (publicado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; Coleção Biblioteca Carioca vol.11). DEL ROSSO, Giovanna Brenna (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: Index, 1985. CARVALHO, Lia Aquino. *Contribuições para o estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886 – 1906*. NITERÓI: UFF-ICHF, 1980. Dissertação de mestrado (publicado pela Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986; coleção Biblioteca Carioca vol. 1). CAVALCANTE, Berenice. “Beleza, limpeza ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Revista Rio de Janeiro* I. Niterói: Dezembro de 1985. PECHMAN, Sergio e FRITSCH, LÍlian. “A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”. In: *Revista Brasileira de História* n° 8/9. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985. ROCHA, Oswaldo Porto. ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Niterói: UFF – ICHF, 1983. Dissertação de mestrado (publicado pela Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986; coleção Biblioteca Carioca vol. 1). VAZ, LÍlian Fessler. *Habitações Coletivas no Rio Antigo*. Rio de Janeiro: UFRJ-PUR, 1985. Dissertação de mestrado.

¹⁹³ Como já foi exposto anteriormente, na introdução de *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, Jaime Benchimol explica que seu trabalho foi baseado em uma documentação rica mas essencialmente “oficial”, apresentando sempre algum tipo de relação jurídica com o Estado.

levaram a busca de novas fontes e práticas metodológicas, como por exemplo, o uso de fontes orais e o desenvolvimento de uma metodologia própria para a História Oral.

A historiografia dos anos 1980 estava se aproximando de uma análise qualitativa, onde a partir de então, depoimentos, relatos pessoais e biografias foram revalorizados.¹⁹⁴ Numa atitude bastante incomum para aquele momento na área de História, visto que na década de 1980 os pesquisadores que trabalhavam com História Oral eram majoritariamente cientistas sociais e não historiadores,¹⁹⁵ um grupo de pesquisadores da história urbana carioca, professores ligados à área acadêmica e desenvolvendo pesquisas para dissertações de mestrado, sentiu necessidade de expandir suas questões e foi em busca de depoimentos que suas fontes não davam conta. Acabaram por construir um importantíssimo acervo de fontes orais para a melhor compreensão não somente do período que estudavam, como também de outros momentos importantes de alteração na estrutura urbana e na história da cidade. Simplesmente “inventaram” fontes de grande valia para a historiografia urbana carioca buscando depoimentos para responder questões que as suas fontes até então não respondiam.¹⁹⁶

Durante os meses de novembro de 1984 a junho de 1986, os professores e pesquisadores Oswaldo Porto Rocha, Jaime Larry Benchimol, Lílian Fessler Vaz e Mário Aizen realizaram dez entrevistas com pessoas que vivenciaram as transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XX. Nestas entrevistas, procuraram dar voz a diversas visões, e entrevistaram tanto engenheiros como pessoas comuns, que moraram na cidade neste período.¹⁹⁷ O Museu da Imagem e do Som do Rio de

¹⁹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(COORD). “Apresentação” In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(COORD). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : FGV; 6ª edição; 2005; p. XXII

¹⁹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Idem*; p. X

¹⁹⁶ VOLDMAN, Daniele. “A invenção do depoimento oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(COORD). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : FGV; 6ª edição; 2005; p. 250. Como bem nos explica a autora neste artigo: “é preciso remontar no tempo e estudar o documento oral não somente como fonte, mas também do ponto de vista de sua construção pelo historiador que, ao solicitar uma testemunha, procede a uma “invenção” de fontes”.

¹⁹⁷ O Projeto Arquivo Vivo, como foi intitulado o acervo composto pelo conjunto dessas entrevistas, foi produzido pelo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, sob a coordenação de Elisabete Versiani, Coordenadora de Pesquisa do Museu à época. A maioria das entrevistas foi gravada na sede do Museu na Praça XV. Apesar de caber ao grupo de historiadores a condução das entrevistas, a sua iniciativa faz parte de uma política desenvolvida pelo próprio Museu desde o momento de sua fundação, em 1965, a fim de produzir depoimentos para a aquisição em seu acervo sonoro, que começou a ser formado durante a solenidade de inauguração do Museu, com a gravação do discurso proferido pelo então governador Carlos Lacerda. Composto de registros gravados em fitas magnéticas, hoje este acervo abrange os mais variados temas, desde seminários,

Janeiro foi um grande incentivador da História Oral produzindo um acervo sonoro vasto e de grande valia para a memória da cidade e essas entrevistas, que constituíram o Projeto Arquivo Vivo, fazem parte deste acervo.

Infelizmente não há nenhuma indicação sobre os critérios de seleção dos entrevistados. Mas ainda sim posso destacar algumas características do grupo de pessoas ouvidas pelo projeto. A primeira característica que se percebe é que todos eram pessoas comuns. Nenhum foi político, artista ou teve um destaque profissional que resultasse em algum registro oficial.

Ao mesmo tempo, parece que os condutores do projeto procuraram ouvir pessoas de diferentes procedências, ainda que os engenheiros sejam a sua maioria – das dez entrevistas do Projeto, quatro foram feitas com engenheiros. Os demais entrevistados não destacaram sua profissão, com exceção de Hélio Gomes Machado, que era bibliotecário, e de Sebastião Luiz dos Santos, que dentre as várias atividades que exerceu, destacou a de garçom. Outra característica é em relação à idade dos depoentes. Todos eles possuem idade acima de 50 anos. Isto é possível constatar até naqueles depoimentos onde não consta data de nascimento do entrevistado, quer pela data de suas lembranças, quer pela sua voz.

As entrevistas do Projeto Arquivo Vivo foram conduzidas por historiadores que estudavam a história urbana da cidade e que em seus trabalhos, de alguma maneira, tinham a preocupação com os populares, porém não conseguiram chegar a eles através das fontes que utilizavam. Assim, no que tange ao conteúdo, todos os depoimentos são basicamente relatos de vida, alguns enfocando mais os aspectos profissionais, como são os casos dos depoimentos dos engenheiros, outros narrando suas emoções e vivências em torno de fatos historicamente conhecidos.

Como já dito, não há nenhum registro oficial quanto ao procedimento de seleção das testemunhas junto às documentações do acervo. Mas o que se percebe é que tal procedimento foi realizado de maneira bastante criteriosa: foram dez entrevistas, realizadas entre novembro de 1984 e junho de 1986, todas com pessoas comuns que vivenciaram as transformações urbanas e demais fatos ocorridos no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XX. Para tal, os pesquisadores, que conduziram as entrevistas e que provavelmente selecionaram os depoentes, seguiram uma das recomendações da metodologia de História Oral, que é a de

palestras, discursos até os diversos depoimentos coletados pelo Museu. O Projeto Arquivo Vivo, realizado em 1984 e 1985, valoriza o depoimento de pessoas comuns, e até mesmo as consideradas “excluídas”, como o caso de ex-moradores do morro do Castelo e de um ex-comunista preso na década de 1950.

dar prioridade a testemunhas com idade avançadas, pois se imagina que pessoas com pouca idade tenham poucas experiências de vida a serem contadas.¹⁹⁸ Além do mais, interessava aos pesquisadores pessoas que haviam vivido o início do século XX, e como as entrevistas foram realizadas na metade dos anos 1980, é fato que os depoentes teriam uma idade avançada. Ainda assim, na seleção de seus depoentes, os pesquisadores procuraram dar espaço a diversas visões, e entrevistaram tanto engenheiros como pessoas comuns que moraram nos locais atingidos, provavelmente numa tentativa de registrar a voz daqueles que até então não conseguiram ouvir.

Atualmente os historiadores, deixando de considerar documentos e arquivos como elementos aleatórios e percebendo neles as relações de poder das sociedades que os produziram, passaram a analisá-los enquanto “monumento”, ou seja, como montagem que é preciso desmontar através do estudo de suas condições de produção.¹⁹⁹ Esta reflexão aponta para o fato de que todo acervo é uma produção. O Projeto Arquivo Vivo é uma produção de um Museu cuja parte do acervo consiste em depoimentos orais e de um grupo de historiadores preocupados com questões sociais nas quais estavam intensamente ligadas ao seu presente. O campo intelectual dos anos 1980 foi amplamente marcado pelo fim do governo militar e pela derrota política sofrida com a perda das eleições diretas em 1985. A necessidade de responder questões que dessem conta da fala dos “excluídos” neste momento foi marcante na nossa historiografia. Não foi casual que depoimentos de pessoas comuns, que viveram as transformações da cidade, foi tão valorizado. Neste momento os estudos históricos tiveram uma nova direção, onde a resistência política do passado, até então condenada a ausência, foi ser procurada em lugares um tanto alternativos para a época como nas festas, na música e demais manifestações culturais, originando novas perspectivas e um novo movimento historiográfico.

Feita a apresentação do acervo disponibilizado no Projeto Arquivo Vivo, um verdadeiro exemplo de História Oral muito bem feita antes mesmo de sua metodologia estar melhor definida como atualmente, gostaria de apresentar os itens deste capítulo. Aqui, analisarei, com maior enfoque, o cotidiano e as estratégias dos moradores do morro do

¹⁹⁸ TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. “Arquivos: propostas metodológicas”. In: *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : FGV; 6ª edição; 2005; p. 233.

¹⁹⁹ NETO, Jose Miguel Arias. “João Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros”. IN: *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.6, jun.2003. São Paulo : Associação Brasileira de História Oral, 2003; p. 157.

Castelo, chamados castelenses. O capítulo está dividido em três itens, onde o tipo de fonte histórica é o critério para a divisão. Nesses itens serão considerados, além do cotidiano e estratégia dos castelenses, a relação dos atores sociais responsáveis pela fonte analisada com os castelenses. As fontes – escritas e orais – se completam. De um lado as ocorrências policiais; de outro, depoimentos orais. No primeiro item, o destaque é para a documentação policial do período. No segundo item, a fonte em questão é o depoimento de dois engenheiros, Carlos Soares Pereira e José de Oliveira Reis, que trabalharam com o prefeito Carlos Sampaio, de onde analisarei como se dava a sua relação com os moradores e como era a sua visão sobre eles. E no terceiro item apresento a análise do depoimento de dois ex-moradores do Castelo, Florinda Alói e Francisco Alói Moreno.

Neste capítulo apresento uma tentativa de aproximação com os moradores do morro do Castelo, através da análise de dois tipos de fontes: fontes policiais e fontes orais – estas últimas produzidas por pesquisadores da história urbana carioca. Acredito que o enfoque aqui aplicado possa se aproximar de uma história social urbana, pois consiste em uma análise voltada menos para o teor técnico das reformas e mais preocupada em perceber como as pessoas se relacionavam com o espaço da cidade, e as suas dicotomias físicas e simbólicas: como o público e o privado; a casa e a rua; as ladeiras e a avenida.

A atuação da polícia e do Estado

O desmante do morro do Castelo desalojou centenas de pessoas e, mesmo aqueles que se colocavam contrários ao desmante, argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. Sobre seus moradores, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que viviam, parecendo justificar a retirada dessa população. A transferência da população e o pagamento de indenização sobre a propriedade não foi um assunto amplamente discutido. E ainda, se houve indenizações, estas foram destinadas aos proprietários dos imóveis. Como a maioria dos moradores do Castelo eram inquilinos, não teriam sido beneficiados com tal medida. Algumas casas de madeira foram

improvisadas na Praça da Bandeira destinadas aos moradores mais carentes que não tinham para onde ir.²⁰⁰ Mesmo em difícil situação, poucos foram os que para lá se encaminharam e menos ainda os que lá permaneceram.

Este capítulo discute até que ponto o discurso elaborado a favor do progresso e da modernidade, legitimando as grandes reformas urbanas do início do século XX, foi manipulado pela elite republicana para justificar a sua ação interventora. Tal discurso não somente condenava o aspecto urbano do Rio de Janeiro, segundo o mesmo, marcado pelos traços coloniais, como também condenava a sua população, seus hábitos e maneira de viver. Perceber quem eram os moradores do morro do Castelo no período do seu desmonte; quais as suas ocupações, estratégias e como vivia esse grupo social são preocupações presentes neste capítulo.

O início do século XX trouxe algumas transformações, em voga desde meados da década de 1880, na organização social européia e, conseqüentemente, na brasileira. O desenvolvimento de algumas ciências e medidas com o intuito de controlar melhor uma grande massa de pobres e trabalhadores por parte do Estado e de capitalistas gerou, entre outras, a institucionalização da polícia e o aprimoramento nos procedimentos policiais. Inserido no contexto da reforma urbana desenvolvida pelo Estado brasileiro a partir de 1902, o papel da polícia cresceu consideravelmente. Controlar os grupos mais pobres passou a ser primordial em uma cidade que tinha a meta de ser moderna.²⁰¹ Os livros de ocorrências policiais foram estipulados como principal tarefa dos comissários depois da reforma policial instituída pelo Decreto 6440 de 1907.²⁰² Esses são registros diários feitos pelos comissários – funcionários que ocupavam uma posição média na hierarquia policial – responsáveis pelo plantão das delegacias.

²⁰⁰ MIS / Projeto Arquivo Vivo / 674.1/2 - Florinda Alói e Francisco Moreno (30.10.1985).

²⁰¹ Em *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub faz uma análise interessante sobre o conceito de classes perigosas. Segundo o autor, o termo surgiu por volta de 1840 na Inglaterra para designar pessoas que já houvessem passado pela prisão. No Brasil, ele aparece nos meses que sucederam a abolição da escravidão, em discussões no Congresso onde a pauta era a repressão à ociosidade. Aos poucos este conceito se mistura ao de classes pobres e na visão dos deputados brasileiros, classe perigosa passa a ser todo indivíduo pobre que não possuísse um trabalho comprovado, enquanto que o bom cidadão era aquele que se dedicasse ao trabalho. Como explica Chalhoub, a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes conseqüências para a história de nosso país, e cita como exemplo, a adoção dessa definição do conceito em questão como um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia brasileira nas grandes cidades desde pelo menos o início do século XX. Ou seja, para a polícia do início do século XX todo cidadão pobre e sem trabalho comprovado era um malfeitor em potencial.

²⁰² BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997; pp. 21-22.

No caso específico deste capítulo, utilizo os livros de ocorrências da 5ª Delegacia de Polícia. Esta delegacia abrangia o 4º distrito da cidade do Rio de Janeiro, local onde se encontrava o morro do Castelo. Nesses livros, os comissários de polícia registravam os fatos mais importantes ocorridos em seu plantão de 24 horas e que deveriam chegar ao conhecimento do delegado do distrito. Decidir o que anotar, registrando nome, local de nascimento, filiação, estado civil, idade, profissão, endereço, hora e motivo da detenção à autoridade e a lista de objetos de valor apreendidos das pessoas envolvidas eram as tarefas dos comissários.²⁰³

Na análise das ocorrências é preciso atentar que elas são a visão da polícia sobre a população: é o comissário quem decide o que e como anotar os fatos que aconteceram no seu plantão. Além de perceber como se dava a relação da polícia com os grupos populares, pretendemos analisar as estratégias e as redes de sociabilidades dos castelenses, bem como perceber como se davam os problemas no cotidiano de sobrevivência. A partir de fontes seriais é possível reconstruir as diversas conjunturas sociais existentes em um grupo, tendo para isso o nome como o fio condutor. Pretende-se a partir de pequenas histórias de vida perceber o que une essas pessoas: em outras palavras, partiremos de casos individuais para dar conta do coletivo.²⁰⁴

O período pesquisado resultou em um total de sete anos de ocorrências, de 1916 a 1922. O ano de 1922 finaliza o período, por ser este o ano oficial do desmonte do morro e conseqüentemente da sua retirada da cidade.²⁰⁵ Do período pesquisado, obtive um total de 426 ocorrências que envolvessem os castelenses ou o morro propriamente dito. Encontrei 54 tipos diferentes de ocorrências registradas, sendo as que mais se repetiram foram: 62 acidentes; 48 agressões; 44 furtos; 41 acidentes de trânsito; 34 agressões entre moradores e 25 furtos em residências.²⁰⁶

Alguns pontos devem ser destacados. Dos 62 acidentes destacados das ocorrências a maioria, 42 deles, concentrados nos anos de 1921 e 1922 foram por conta das obras de desmonte. Interessante também destacar que nos furtos em residência normalmente os

²⁰³ Porém, muitas vezes isto não ocorria por completo, visto que é enorme o número de ocorrências que falte um ou mais item desta lista.

²⁰⁴ GINZBURG, Carlo. “O nome e o como”. In: GINZBURG, Carlo. *A Micro Historia e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Cia das Letras 1989.

²⁰⁵ Apesar de ter conhecimento de que o morro só terminou de ser arrasado em 1928. Cf.: NONATO, José Antonio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro : IPHAN, 2000.

²⁰⁶ Conferir a tabela “Tipos de ocorrências” em anexo no final do texto.

envolvidos, vítima e infrator, eram companheiros de quartos nas casas de cômodos existentes no Castelo. Essas casas, por sinal, eram visivelmente motivos de preocupação por parte da polícia. A maioria dos moradores que aparece nas ocorrências morava em casas desse tipo. A mais famosa delas, chamada de Chácara da Floresta, tinha inclusive um posto policial em frente a sua entrada e concentrou as ocorrências de furto em residência.

Nas 426 ocorrências conseguimos identificar 553 moradores. Nem todos estavam envolvidos da mesma maneira. Alguns apenas presenciaram os fatos, o que nos fez chamá-los de testemunhas. Do total dos moradores, a maioria apareceu nas ocorrências na condição de testemunha: foram 252 moradores ao todo. Isso se explica por conta de alguns motivos: primeiro porque quanto mais testemunhas fossem arroladas pelos policiais na hora dos fatos, mais fácil seria localizar algumas para caso fosse necessário abrir inquérito. Segundo, quando acontecia algum fato no morro, as testemunhas eram sempre moradores. Terceiro, reparamos que na maior parte dos acidentes de trânsito – atropelamento ou choque de veículos – ocorridos na avenida Rio Branco em sua grande maioria, os castelenses aparecem como testemunha provavelmente por estarem por ali ou trabalhando – como carroceiro ou carregadores – ou apenas circulando. Das testemunhas pouco sabemos pois para a polícia apenas interessava anotar o local em que residiam.

De uma maneira geral percebe-se que os castelenses em primeiro lugar viam; em segundo lugar sofriam; e em terceiro lugar agiam: foram 252 testemunhas, 148 vítimas e 104 infratores. Ainda havia os que se queixavam, 26 deles, os 12 que foram causadores de alguma situação, os 10 enfermos e até um salvador de um menor que se afogava na praia de Santa Luzia.

Dos moradores registrados, achamos 69 solteiros, 45 casados e 7 viúvos. A faixa etária variou bastante. De um total de 203 que a polícia registrou a idade, encontramos 80 menores de 16 anos; 22 moradores com idade entre 16 e 20 anos; 53 moradores entre 21 e 31 anos; 12 moradores entre 31 e 40 anos; 15 castelenses com 41 a 50 anos; 17 com idade entre 51 e 60 anos; 1 morador com idade entre 61 e 70 anos e três castelenses com idade entre 71 e 80 anos.

Outra pista que extraí na leitura das ocorrências foi a profissão dos castelenses. A ocupação que mais apareceu foi a de doméstica: 13 num total de 115 registros de moradores que faziam esta menção. Em segundo lugar, obtive 11 castelenses carregadores e 11 registrados como trabalhadores. Depois encontrei 9 castelenses que trabalhavam no comércio,

8 alfaiates, 7 operários e carpinteiros, 6 sapateiros e no restante um ou dois caixeiro, dono de botequim, ferreiro, leiteiro, jornaleiro, ourives, pedreiro, peixeiro, quitandeiro, pintor, soldado, tarifheiro e vendedor.²⁰⁷ Poucas foram as ocorrências que informaram o grau de instrução dos castelenses: 17 eram analfabetos e 19 sabiam ler e escrever.

Das ocorrências que informam a nacionalidade dos castelenses encontrei metade delas tendo brasileiros envolvidos, foram 69 brasileiros de um total de 142. Os portugueses foram o segundo grupo que mais apareceu: 55 ocorrências os envolviam. Em seguida obtive 14 ocorrências envolvendo italianos: três envolvendo espanhóis e uma envolvendo um argentino.

Quanto ao gênero, encontrei mais homens do que mulheres, seguindo a tendência das estatísticas criminais do período que sub-representavam a mulher.²⁰⁸ Foram 391 homens e 171 mulheres. Do total de homens envolvidos²⁰⁹, 162 foram registrados na condição de vítima; 113 foram registrados na condição de testemunha; 86 foram registrados na condição de infrator; 16 dos homens envolvidos nas ocorrências foram registrados como queixosos; nove deles registrados como causadores; dois deles como enfermos e um dos homens envolvidos nas ocorrências foi registrado como salvador. Das mulheres envolvidas, 88 foram registradas como vítimas – onde se incluem também aquelas que sofreram abortos; 45 delas foram registradas como testemunhas; 17 foram registradas como infratoras; 12 foram registradas como queixosas; sete como enfermas e duas delas registradas como causadoras da ocorrência.

Finalizando as características da população do morro do Castelo que aparece nas ocorrências, encontrei uma grande maioria de brancos: das 147 pessoas cujas ocorrências informam a cor dos envolvidos, 127 pessoas eram de cor branca; 13 eram pessoas de cor parda; e sete eram pessoas de cor negra. Esta tendência vai de contrapartida aos estudos sobre crimes do período que mostram como a população negra e parda era super-representada nas estatísticas criminais – esses estudos utilizaram os relatórios anuais da polícia.²¹⁰ Levanto algumas possibilidades para explicar esta tendência. Primeiro a concentração de imigrantes no morro: além dos portugueses e italianos declarados, encontrei pessoas de nome explicitamente italiano ou declarados filhos de portugueses – casos que não considero nas nossas estatísticas

²⁰⁷ Ver a tabela “Profissões” em anexo.

²⁰⁸ BRETAS. Marcos. *Idem*; p. 86.

²⁰⁹ As condições de envolvimento elencadas foram extraídas dos próprios registros de ocorrências, que sempre determinavam a condição do envolvimento de cada pessoa, conforme o padrão de redação policial: o queixoso tal, a vítima tal, o infrator tal, etc.

²¹⁰ BRETAS. Marcos. *Idem*. p. 87.

quando contabilizo a variável nacionalidade, por dois motivos: ou porquê não se fazia referência à nacionalidade ou se deixava implícito o fato de serem brasileiros filhos de imigrantes. Segundo, se pensarmos que apenas 147 dos 553 moradores envolvidos informaram ou tiveram registrado a cor da sua pele,²¹¹ fica a pergunta: e quanto aos que não registraram essa informação?

Durante a leitura das ocorrências tive a preocupação de destacar aquelas que se deram no morro. Dessas a grande incidência foi as que registravam algum tipo de acidente. Já destaquei que grande parte dessas ocorrências aconteceu durante as obras de desmonte. Várias foram aquelas que registravam explosões indevidas e mal procedidas, e ainda queda de pessoas de barreiras. A segunda maior incidência foi a de agressão, com 42 registros. Nessas estão incluídas tanto aquelas entre moradores quanto àquelas ocorridas entre os mais diversos tipos de pessoas. A terceira maior incidência no morro eram os furtos em residências – com 23 ocorrências – em especial aqueles ocorridos nas casas de cômodos, como já explicado acima.

Durante os sete anos pesquisados, encontrei 15 ocorrências registrando óbito em domicílio e 10 ocorrências que registravam aborto – todos eles com período de gestação avançado. Esses dois tipos de ocorrências apontam para uma determinada realidade vivida pela população mais carente da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. A atuação da Assistência Médica ou Assistência Pública – como era chamado pela polícia o serviço público que garantia atendimento médico – parece ter sido uma das preocupações dos comissários. Eles anotavam tanto a prestação dos serviços médicos após um acidente ou briga, bem como recebiam e registravam informações sobre a entrada de doentes na enfermaria da Santa Casa. Tal medida parece estar inserida na necessidade de controlar um determinado grupo social, e também aponta a grande quantidade de pobres que morriam sem assistência médica, mesmo o morro estando tão próximo da sede da Assistência, naquela época localizada na Santa Casa da Misericórdia.²¹²

Encontrei também, entre outras, nove ocorrências registrando furto; oito registrando tiros de revólver; sete registrando quedas de ribanceiras e de objetos sobre as pessoas; sete registrando mordidas de cão; quatro registrando navalhadas; outras quatro registrando incêndio; três registrando morte sem assistência; outras três registrando práticas de atos

²¹¹ Digo “informaram ou foram registrados” porque considero as duas hipóteses: no momento do registro o comissário anota o que ouviu e/ou o que viu.

²¹² Onde até hoje se encontra: na subida do que sobrou da ladeira da Misericórdia.

imorais; mais três registrando defloramento e casos únicos de ocorrência registrando abandono de menores, encontro de um cadáver, desabamento, desordem, embriaguez, estupro, funcionamento indevido de botequim, crise de loucura e venda de objetos roubados.²¹³

Depois de uma análise geral das ocorrências gostaria de destacar algumas delas que apresentam casos interessantes. As anotações diárias podem apontar inúmeras situações que os sujeitos viviam. Mesmo sendo a ‘fala’ da polícia, penso ser possível chegar até os castelenses através da leitura desses registros.²¹⁴

Algumas ocorrências mostram como a polícia – e conseqüentemente o Estado – viam a população do Castelo. Apenas em 1916, encontrei quatro ocorrências onde os comissários de polícia encaminharam para a Santa Casa da Misericórdia quatro moradores, dizendo-os enfermos e indigentes. Quanto à enfermidade, parece ser normal o procedimento. Quanto à indigência – que se diz do indivíduo pobre, necessitado, miserável – me pareceu um pouco de exagero. As quatro pessoas envolvidas nessas ocorrências identificaram-se, ou foram identificadas, como trabalhadores. Alberto dos Santos tinha 23 anos de idade, era solteiro, brasileiro, branco e chofer. Maria de Jesus tinha 28 anos, era solteira, brasileira, branca e doméstica. José Duarte, tinha 35 anos de idade, era solteiro, português, branco e trabalhador. E a nacional de cor preta, Cosma Maria da Conceição, tinha 45 anos de idade, era solteira e prestadora de serviços domésticos. Por que a policia os considerou indigentes se os quatro tinham trabalho e residência fixa?

Tudo indica que o que levou a policia a considerá-los indigentes foi o local de moradia e conseqüentemente a sua condição social. Os quatros moravam em casas de cômodos. Alberto morava na praça do Castelo nº 24 – um dos endereços mais citados nesses setes anos de ocorrências. Maria de Jesus morava na Chácara da Floresta nº 24; Jose na Chácara da Floresta nº 47 grupo 5; e Cosma vivia, por favor, na Chácara da Floresta nº 84. A Chácara da Floresta do morro do Castelo foi nos séculos XVIII e XIX residência de nobres da Colônia. Com o crescimento populacional e a ocupação da cidade além dos limites do centro, as grandes residências foram sendo abandonadas e no início do século XX haviam se

²¹³ A tabela completa, contendo todos os tipos de ocorrências encontra, pode ser conferida nos documentos em anexo, com o título “Ocorrências no morro”.

²¹⁴ Como nos lembra Ginzburg: “todo texto tem seus códigos, que precisa ser decifrado para a compreensão completa do mesmo. O que temos em um texto são vozes contraditórias e não realidades contraditórias”. In: GINZBURG, Carlo. O inquisidor e o antropólogo In: GINZBURG, Carlo. *A Micro Historia e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Cia das letras 1989; p. 210.

transformado em grandes cortiços.²¹⁵ Esses tipos de moradias – as habitações coletivas, que também poderiam ser estalagens, casas de cômodos, avenidas e até as então recentes favelas – foram duramente perseguidas pela administração municipal, pois eram consideradas focos de doenças e lugares propícios para práticas de atos que se desejava abolir, como furtos, uso de bebidas, vadiagem, etc.

Um outro aspecto percebido na leitura das ocorrências que se refere a esse tipo de moradia, é que realmente não deveria ser muito fácil lidar com as dificuldades que ali se encontravam. Dos 23 furtos em residências ocorridos no morro, praticamente todos ocorreram em casas coletivas. No dia 17 de abril de 1919, por exemplo, uma praça de polícia levou à Delegacia José Joaquim Pedreira e João Gorna, ambos residentes na praça do Castelo nº 18. Eles foram apanhados pelo encarregado da casa, o sr. Cândido Bernardo, furtando uma manta, uma corrente de ouro e um par de botinas. Agostinho Avinhão Pêras, também morador da casa, no quarto 15, acompanhou a praça como testemunhas e fez várias acusações contra José Joaquim Pedreira.

O chofer Alberto dos Santos, morador da praça do Castelo ° 24 e que foi, como visto, em 13 de fevereiro de 1916, conduzido para a Santa Casa como indigente, provavelmente presenciou inúmeras brigas, furtos e desordens que ocorriam na casa onde morava. Como esta registrada pelo comissário, quando em 24 de fevereiro de 1918, “no corredor da casa de cômodos sito a praça do Castelo n. 24, um indivíduo de nome Manoel Simas, vulgo Jacaré, por questões de ciúmes vibrara uma navalhada na face direita de sua noiva Amélia Santos, brasileira de cor branca, com 18 anos, solteira, serviços domésticos e residente por favor na casa acima aludida.”²¹⁶

Em uma casa de cômodos do início do século XX, um casal como Amélia e Manoel pouco tinha espaço para privacidade, em especial, quanto tratava-se de brigas. Nesse incidente conjugal, Aminda Ferreira e Mario Vieira Machado, “residentes na mesma casa” foram até a delegacia prestar declarações como testemunhas, mas provavelmente os demais moradores também presenciaram o fato. E como vimos na análise geral das ocorrências, aquelas que faziam menção à residência dos moradores – como furto em residência, agressão entre

²¹⁵ CHALOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

²¹⁶ Utilizo as datas das ocorrências para as devidas citações. De 23 para 24 de fevereiro de 1918.

moradores, óbito em domicílio e até mesmo feto – a grande maioria ocorria nas casas coletivas.

Alguns endereços puderam ser identificados como casas coletivas devido a grande quantidade de pessoas que os informaram como local de moradia. Além da praça do Castelo 24 e da Chácara da Floresta – com uma variedade enorme de numeração e de sub-numeração²¹⁷ – alguns endereços eram constantes nas ocorrências: a ladeira do Seminário números 48, 51, 83 e 85; a travessa do Castelo número 46; a praça do Castelo número 32; a ladeira do Castelo números 12 e 32. Enfim uma grande quantidade de endereços, identificados ou explicitamente informado pelos comissários, eram casas coletivas. Numa dessas casas, por exemplo, em fevereiro de 1917, Maria dos Anjos Ferreira, lavadeira, foi – assim como inúmeros casos encontrados nas ocorrências – “furtada em muitas peças de roupa que se achavam dentro de uma tina”.²¹⁸ E não eram somente roupas – curiosamente sempre especificadas como roupas brancas – que se furtava nas casas de cômodos. Maria Rosa Soares Leal, residente na Chácara da Floresta, grupo 12 casa 33, foi até a Delegacia queixar-se que “foi furtada em um anel de ouro com uma pedra encravada e dois brilhantes no valor de 130\$000 desconfiando de um indivíduo de nome Azevedo que reside em um cômodo de sua casa”.²¹⁹ Nesses casos de furtos em estalagens, normalmente, aquele que havia sido furtado ia à Delegacia denunciar e acusar um companheiro de quarto ou morador na mesma casa. Esperava, é claro, ou reaver seu bem, ou ver seu vizinho devidamente punido. Infelizmente não há menções nas ocorrências de instalação de investigação ou de inquérito, e assim fiquei sem saber como o caso foi resolvido – se é que tinha alguma solução, pois pelo que parece os queixosos não apresentavam provas ou evidências dos fatos.

As agressões ocorridas nas casas coletivas também eram comuns e volta e meia a Delegacia registrava alguma ocorrência desse tipo. Uma delas que nos chamou atenção, por fugir um pouco do normal – como ofensas físicas, discussões em público e até mesmo navalhadas – foi a queixa feita por Adriano de Souza Maria residente na travessa do Castelo nº 38. Ele foi até a Delegacia reclamar que não dormira a noite anterior por “achar-se próximo de seus companheiros de quarto, ficando preocupado que por vingança, esses derramassem ácido

²¹⁷ Localizei diversas vezes informações de residências como: “Chácara da Floresta n. 61 grupo 5, casa 23, quarto 7”; que mostram o quanto essas casas foram subdividas e conseqüentemente superpovoadas.

²¹⁸ De 13 para 14.02.1917.

²¹⁹ De 23 para 24. 08.1921.

em um de seus vizinhos de quarto”.²²⁰ É curioso pensar que Adriano esperasse esse tipo de atitude de seus vizinhos – que deveriam ter comentado ou já cometido alguma coisa do gênero – e também pensar que tipo de providencias a polícia poderia tomar frente a essas ocorrências. Afinal nada havia acontecido, apenas a suposta suspeita e insônia de um morador.

Outro tipo de ocorrência registrada pela polícia com certa frequência, e que na sua grande maioria acontecia nas casas coletivas, eram os tiros. Em 17 de outubro de 1919, foi registrado que “na Chácara do Pau da Bandeira, o nacional de cor branca Antonio Fernandes com 23 anos, solteiro, eletricitista e residente na mesma Chácara n. 26 após acalorada discussão havia despachado três tiros de revólver contra o português de cor branca Manoel de Miranda Barros, com 30 anos, casado, chofer e também residente naquela chácara n. 24.”²²¹ Manoel foi socorrido pela Assistência Pública e levado para a Santa Casa da Misericórdia. A polícia ainda levou para a Delegacia Glória da Silva Lagoa (menor), Lourenço Teixeira, Agostinho da Costa Valente, Esperança de Souza Valente e Joaquim Fernandes, todos residentes na mesma Chácara, para servirem de testemunha ao fato. Antonio Fernandes, “o ofensor, aproveitando-se da confusão do momento logrou evadiu-se”.

Outro local que foi identificado como fonte de inúmeras ocorrências – quer por serem locais propícios para confusões quer por serem locais visados pela polícia – foram os botequins. Alguns deles localizados no próprio morro, outros localizados nas ruas ao redor do Castelo, mas todos bastante freqüentados por castelenses. No dia 30 de outubro de 1919, por exemplo, foi preso um indivíduo “por desordem em um botequim” na rua D. Manuel, a uma e meia da manhã. Uma das pessoas presentes e que foram arroladas como testemunha foi José Fernandes, morador no morro do Castelo número 12, mais precisamente no Pau da Bandeira.²²² O hábito de José de ficar até tarde da noite em botequins, bebendo e conversando fiado, eram hábitos que as autoridades municipais cariocas do início do século XX, estavam tentando acabar – a famosa vadiagem deveria agora ser substituída pelo trabalho e por comportamentos mais adequados para uma cidade moderna e de padrões europeus.

Outro tipo de situação bastante comum eram os roubos nos botequins. Em abril de 1920, “Francisco Antonio de Oliveira, preto natural do Rio Grande do Sul, com 56 anos de

²²⁰ De 03 para 04.09.1920.

²²¹ De 16 para 17.10.1919.

²²² De 29 para 30.10.1919.

idade, solteiro sem profissão e residência por ter no botequim da ladeira do Castelo nº 10, furtado um relógio de ouro no valor de 300\$000 e 10\$000 em dinheiro pertencentes ao caixeiro do mesmo botequim Antonio Peixoto, residente a mesma ladeira nº 32, casa 12.” Antonio, talvez por trabalhar num botequim no morro e morar alguns números acima, contou com a ajuda dos clientes e moradores, que impediram a fuga do ladrão, levando-o para a Delegacia e prestando depoimento.²²³

Um problema freqüente percebido entre os moradores durante a leitura das ocorrências foi a embriaguez. Exemplo perfeito foi o de Pedro da Silva Campos. Ele apareceu em nada menos do que seis ocorrências, algumas ambientadas em botequins ou estalagens, estando o mesmo provavelmente sempre embriagado. Pedro morava na Chácara da Floresta numero 61 e em 9 de julho de 1918, foi até a Delegacia queixar-se de “que estando em um botequim na rua Barão de S. Gonçalo, foi imperiosamente agredido por Antonio Paulo da Silva, vulgo "Castelo" também morador da Chácara da Floresta n. 21, produzindo-lhe um ferimento na orelha esquerda.”²²⁴ Pedro foi conduzido ao Posto Central da Assistência e recebeu os necessários cuidados médicos. Em 17 de abril de 1919, ele compareceu ao Distrito Policial, “completamente embriagado”, queixando-se de ter sido agredido por um indivíduo, e ainda apresentou um lenço “ligeiramente” sujo de sangue e no lado da vista direita grande vermelhidão.²²⁵ Dessa vez, não há informações quanto à conduta policial.

Em 03 de março de 1920, a polícia recebeu como fruto de um atropelamento “o boletim 46068 do Posto Central da Assistência informando os serviços prestados a Pedro da Silva Campos, branco, 24 anos, solteiro, brasileiro, carpinteiro, residente a Chácara da Floresta nº 61 com fratura exposta do tronco inferior sendo o local do acidente a avenida Rio Branco”.²²⁶ Pedro havia sido atropelado ao tentar atravessar a Avenida, completamente embriagado, ficando gravemente machucado. Em 04 de julho de 1920, o comissário registrou outro atropelamento na avenida Rio Branco ocorrido cerca de 20 horas e 15 minutos, cuja vítima foi “o nacional Pedro da Silva Campos, de 24 anos, solteiro, carpinteiro e morador da Chácara da Floresta”.²²⁷ Dessa vez, Pedro ficou seriamente machucado, ficando internado por

²²³ De 07 para 08.04.1920.

²²⁴ De 08 para 09 07.1918.

²²⁵ De 16 para 17.04.1919.

²²⁶ De 02 para 03.03.1920.

²²⁷ De 03 para 04.07.1920.

três dias na Santa Casa. Ainda em 1920, encontramos Pedro, no dia 31 de dezembro, em outra ocorrência. “Cerca das 15 horas o nacional de cor branca Pedro da Silva Campos, filho de Guilherme Campos e de Leopoldina Castro, natural desta capital, com 24 anos, solteiro, carpinteiro, sabendo ler e escrever e residente na Chácara da Floresta n. 61, em visível estado de embriaguez alcoólica, entrou no prédio de número 120 da rua Senador Dantas e chegando ao 2º andar, deu um soco, quebrou o vidro de uma porta, ferindo-se na mão direita”.²²⁸ Foi preso e passou o ano novo na cadeia, recuperando-se da bebedeira. Pelo visto passou um bom tempo longe das autoridades policiais, até que em 29 de agosto de 1921, foi mais uma vez preso por tentar furtar uma lâmpada em uma casa na rua São Jose. O comissário termina esta ocorrência com seguinte observação: “é a segunda vez que esse individuo é preso, estando sempre embriagado”.²²⁹ Registra embriagues não foi por acaso. Sempre que um indivíduo envolvido em uma ocorrência estava embriagado, o comissário registrava esta observação, apontado para a importância que a polícia dava ao combate de tal prática. No dia 12 de janeiro de 1920, por exemplo, foi recolhido ao Necrotério da Polícia “o cadáver de Manoel Joaquim de Freitas, português, branco, de 41 anos, solteiro, ganhador, encontrado no celeiro da casa n. 30, da rua do Castelo onde habitualmente pernoitava. Tive informações no local de que o morto era um alcoólatra inveterado”.²³⁰

Outro aspecto percebido sobre o espaço do morro foi o seu uso constante como refúgio. Algumas ocorrências que registraram roubos nas ruas ao redor do Castelo finalizam informando que os ladrões foram vistos subindo o morro. Em uma ocorrência de fevereiro de 1917, o comissário registrou a requisição dos socorros da Assistência Pública para Manoel Jose da Silva e Eustáquio Alves Brito, ambos encontrados feridos na Chácara da Floresta durante uma vistoria feita pelo guarda civil do posto policial que ficava na entrada do cortiço. Tanto Manoel como Eustáquio não moravam no local – o primeiro era morador da rua da Saúde e o segundo da ilha dos Ferreiros. No entanto, apesar dos questionamentos, os dois se recusaram a dar qualquer declaração quantos aos ferimentos – que segundo o comissário eram

²²⁸ De 30 para 31.12.1920.

²²⁹ De 28 para 29.08.1921.

²³⁰ De 11 para 12.01.1920.

“feridas incisivas em várias regiões” – e “foram recolhidos ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia”, apesar da insistência e desconfiança do comissário.²³¹

Mesmo com os grandes problemas encontrados nas ocorrências que apresentam as habitações coletivas e os botequins como focos de necessária atenção policial, nem sempre os moradores do Castelo apareciam em momentos de conflitos. Pelo contrário, as condições parecidas de pobreza e necessidades de sobrevivência vividas pelos castelenses, algumas vezes os uniam. Nos casos de óbito em domicílio, por exemplo, acreditamos que quem presenciava ou achava os corpos eram vizinhos da vítima, que chamavam a autoridade policial para os devidos procedimentos legais. Foi o que aconteceu com Manoel Soares, residente na ladeira do Seminário nº 46, no dia 21 de setembro de 1971.²³² Ele ao ir visitar o vizinho Manoel Gomes da Silva, deparou-se com o cadáver do amigo e dirigiu-se à Delegacia para solicitar o envio do cadáver para o Necrotério. Informou ainda que na noite anterior Manoel estava bem, ficando com ele e outros amigos conversando até a hora de se recolher.

Outra situação de ajuda mútua identificada nas ocorrências foi o salvamento do menor Ayres Lopes de Oliveira, “morador no Estrela, morro do Castelo”.²³³ Ayres estava se afogando e “Antônio da Fonseca, brasileiro de 26 anos, morador na ladeira do Seminário, morro do Castelo” acabou por ter “acudido e salvado o menor que lutava com a vida e morreria afogado se não fosse o valioso concurso de Fonseca”. Ayres foi conduzido ao Posto Central para receber os devidos cuidados médicos e Antônio, registrado na ocorrência como “o salvador”, foi recebido como herói entre seus vizinhos castelenses.

Acredito que por conta dessas pequenas ajudas estabelecidas entre vizinhos e por apego ao local de moradia, é possível explicar a dificuldade das autoridades municipais em retirar os moradores do morro para as obras do desmonte. A resistência dos moradores em não sair foi explícita. Poucos foram aqueles que deixaram o morro enquanto este ainda estava de pé. Talvez por falta de opção melhor, visto que morar no centro era essencial para alguns trabalhadores que conseguiam seu sustento dia após dia prestando pequenos serviços; talvez como forma de resistência. Fato é que no dia 27 de dezembro de 1922, momento em que parte

²³¹ De 06 para 07.02.1917.

²³² De 20 para 21.09.1917.

²³³ De 15 para 16.10.1916.

do morro já estava abaixo, e a outra parte estava sendo demolida, encontramos o registro da seguinte ocorrência:

“GUIA NECROTERIO - Fiz remover para o Necrotério Publico, a fim de aguardar ali o necessário exame medico legal, o cadáver do menor Domingos Alves do Rio, de cor branca, com 8 anos, residente a Ladeira do Castelo n. 19, o qual faleceu em consequência de uma queda que dera ontem as 13 1/2 horas, após um banho que tomara.”²³⁴

Os responsáveis de Domingos insistiam em continuar habitando o morro, mesmo diante das explosões de dinamites e constantes desabamento de terras que tantos acidentes causaram. Infelizmente foram vítimas de um acidente fatal, que provavelmente deve ter sido causado por conta das obras do desmonte.

O morro do Castelo, como percebi a partir da leitura das ocorrências policiais durante os anos de 1916 e 1922, era um lugar bastante complexo. Habitado por gente simples e pobre, muitas vezes pequenos contraventores das normas estabelecidas pelas classes mais abastadas, a sobrevivência nem sempre era a das mais agradáveis possíveis. Encontrei algumas situações que aparentemente seriam adequadas aos padrões desejados: indivíduos com residência fixa, trabalhadores, com instrução, idade produtiva e até com carteira de identidade, mas pegos em pequenas infrações. Romeu de Araújo e Otávio de Oliveira eram eletricitas e, por coincidência ou não, foram presos.²³⁵ Romeu roubava lâmpadas e Otávio, que era funcionário da Light and Power, roubava fios. A princípio essas ocorrências não têm nenhuma ligação, mas é curioso pensar que os dois moravam no Castelo, tinham uma profissão, e ainda assim praticavam pequenos delitos, provavelmente para vender o objeto do furto futuramente.

Enfim, os moradores do morro do Castelo foram montando estratégias de sobrevivências, frente as enormes dificuldades que viviam. Cometiam pequenos delitos, mas também eram duramente perseguidos pela ação da policia, reforçada pela presença de um posto policial na entrada de uma das maiores habitações coletivas existentes na subida do morro: a Chácara da Floresta. As profissões que mais se destacaram entre os castelenses foram exatamente aquelas que exigiam pouca qualificação, como as domésticas e os carregadores. Mas também encontrei um número razoável de alfaiates, sapateiros e operários, me fazendo pensar neste grupo social como um grupo bastante heterogêneo.

²³⁴ De 26 para 27.12.1922.

²³⁵ De 1 para 2.12.1918 e de 09 para 10.02.1920.

O local de moradia para essas pessoas era vital para sua sobrevivência. Tais profissões dependiam diariamente de uma demanda que o centro da cidade naquele momento, quando ainda concentrava um grande número de moradores, era essencial para a manutenção de uma clientela. Até que, dentro do contexto das comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil para transformar a cidade em um centro urbano moderno e acabar de vez com o passado colonial, não sobreviveu mais, pelo menos no espaço mais nobre da nova capital: a avenida Rio Branco. Para alguns setores das elites, o morro do Castelo e sua população não eram condizentes com a imagem moderna que se queria para o Rio de Janeiro e para retirá-los de onde estavam, as autoridades locais não pouparam dinheiro, tecnologia e descaso.

O projeto dos engenheiros

- “A cidade não pode crescer ao seu bel prazer. Ela tem que ser coordenada. Esse era o objetivo da Comissão do Plano da Cidade”.

Jose de Oliveira Reis

Carlos Soares Pereira e José de Oliveira Reis eram engenheiros aposentados na década de 1980 e foram entrevistados para o Projeto Arquivo Vivo. O primeiro nasceu em 22 de fevereiro de 1901, e em 13 de novembro de 1984, data de seu depoimento, tinha 83 anos de idade. O segundo nasceu no dia 25 de abril de 1903 e possuía 82 anos de idade em 02 de outubro de 1985, dia que prestou depoimento ao projeto. Os dois se formaram na Escola Politécnica de Engenharia do Rio de Janeiro, Carlos em 1923 e José em 1925. Em seus depoimentos, falaram para os pesquisadores como engenheiros, enfocando sempre suas lembranças ligadas às atividades profissionais. Este foi o tom das duas entrevistas analisadas agora.

A primeira delas, a de Carlos Soares Pereira, aconteceu no dia 13 de novembro de 1984, abrindo a série de entrevistas do Projeto. Nela estavam presentes representando o

Museu os professores de história Oswaldo Porto Rocha e Jaime Larry Benchimol; e representando o depoente sua filha Maria Helena Pereira Baiana, o dr, Costa Nunes e o dr. Jose de Oliveira Reis. Como já dito, o engenheiro aborda exclusivamente suas experiências profissionais e começa seu depoimento falando de sua formação na escola Politécnica em 1923.

Durante seu depoimento, percebe-se que o senhor Carlos é um pouco tímido e tem uma certa dificuldade de articular seu pensamento. Recorda-se com mais intensidade de dois momentos de sua carreira: o desmonte do morro de Santo Antônio e a abertura da Avenida Presidente Vargas. No entanto narra com orgulho a sua participação como topógrafo²³⁶ nas obras de 1922, onde trabalhou com Carlos Sampaio.

Carlos Soares Pereira deixa claro que na sua concepção os morros da cidade atrapalhavam a circulação entre as demais regiões com o centro administrativo e financeiro, em especial o morro de Santo Antônio localizado entre a zona norte e o centro da cidade. Esta declaração enfoca a sua visão absolutamente técnica sobre o assunto.

Os entrevistadores, por sua vez, conduzem a conversa para o período da administração de Carlos Sampaio, perguntando sobre o desmonte do morro Castelo. Carlos Soares Pereira defende intensamente a postura do prefeito. Chega inclusive a fazer a seguinte afirmativa: “Carlos Sampaio foi o melhor prefeito que nos tivemos”. Diz ainda que o prefeito via a necessidade de expandir a área plana da cidade, apesar de algumas opiniões contrárias: “Não estavam deixando fazer, mas ele fez”.

O depoente aponta que o prefeito foi corajoso e enfrentou “uma série de dificuldades” para conseguir concretizar o desmonte. Entre estas, cita o Hospital e o asilo de crianças que pertencia à Santa Casa de Misericórdia.²³⁷ Explica que Carlos Sampaio conseguiu um hospital em Botafogo, para onde levou as crianças. Aponta que além do mais havia a necessidade de remoção dos habitantes, mas diz que ninguém ficou desabrigado.

Para Carlos Pereira, o arrasamento do morro ajudou na mudança da população pobre que morava nos cortiços, porém diz que não ter sido este o motivo para o arrasamento e sim a necessidade de ampliar o espaço do centro da cidade. Apesar de defender enfaticamente

²³⁶ Segundo o Houaiss, topografia é a arte de representar no papel a configuração de uma extensão de terra com a posição de todos os seus acidentes naturais ou artificiais.

²³⁷ NONATO, José Antonio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro : IPHAN, 2000; p. 76.

Carlos Sampaio, Carlos Soares Pereira pouco fala sobre a administração do prefeito, se atendo mais ao arrasamento do morro de Santo Antônio e a abertura da Avenida Presidente Vargas.²³⁸

A segunda entrevistas, com o engenheiro José de Oliveira Reis, foi realizada quase um ano depois, no dia 02 de outubro de 1985, numa sala do Museu da Imagem e do Som, estando presentes, além do depoente, o também engenheiro Jorge Ernesto de Miranda Schinoor e os professores Jaime Larry Benchimol, Mario Aizen e Oswaldo Porto Rocha.

Diferente do depoimento de Carlos Soares Pereira, neste o depoente José de Oliveira Reis tem uma fala muito enérgica, e parece ter necessidade de mostrar que sabe muito sobre a história da cidade, citando logo no início de seu discurso que é autor de um livro intitulado *Rio de Janeiro e seus prefeitos*²³⁹, narrando inclusive casos e documentos sobre a evolução urbana da cidade ao longo de sua entrevista. Deixa claro também que o enfoque da sua entrevista é a sua experiência profissional, identificando-se desde o início de sua fala pela sua formação. Quase não fala de assuntos pessoais, a exceção do fato de ter nascido em Ribeirão Preto, São Paulo, em 25 de abril de 1903. Conta que veio para o Rio de Janeiro aos 17 anos, ingressando na Escola Politécnica em 1921, de onde saiu formado em 1925.

Seu depoimento é bastante formal, talvez sendo a mais formal de todas as entrevistas, tanto por parte dos entrevistadores, que o chamam sempre de “Dr. José Reis”, como por parte do entrevistado. Nele, José Reis destaca dois prefeitos como sendo os mais importantes para a história da cidade: Pereira Passos e Henrique Dossdsworth.²⁴⁰ Para José Reis, foi nessas duas administrações que a cidade mais recebeu melhoras na sua estrutura. Não foi casual que as

²³⁸ O arrasamento do morro de Santo Antônio foi realizado em 1965, quando retiraram o morro para a abertura da Avenida Chile, cujo projeto inicial seria ligar a avenida Mém de Sá à Avenida Presidente Vargas, o que não ocorreu devido a presença do Largo de São Francisco de Paula no percurso deste projeto e não houve sustentabilidade para a idéia de sua demolição, o que foi cogitado à época. A abertura da Avenida Presidente Vargas demorou três anos para ser concluída, sendo inaugurada em 07 de setembro de 1944. Para tal, foi necessário demolir 525 prédios, entre eles a Igreja de São Pedro dos Clérigos. Ver ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Zahar / Iplan Rio, 1987, pg 114.

²³⁹ REIS, José de Oliveira Reis. *Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da Cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade / Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1977. No livro, dividido em 4 volumes, o autor apresenta as obras de engenharia referentes à evolução urbanística de cada uma das administrações municipais do Rio de Janeiro de 1889 a 1960, período em que a cidade exerceu a função de capital federal. Nos dois primeiros volumes o autor elenca os projetos de alinhamento da cidade, chamados PA, do período, organizados em ordem numérica do número 1 ao número 7.571. No terceiro, onde aborda a evolução urbanística propriamente dita, divide os capítulos por prefeito. No quarto volume apresenta os logradouros da cidade e os seus respectivos PAS.

²⁴⁰ Henrique Dossdsworth foi interventor do então Distrito Federal de [11 de novembro](#) de [1937](#) a [3 de novembro](#) de [1945](#).

obras de destaque destes prefeitos foram: para o primeiro a abertura da Avenida Central e para o segundo a abertura da Presidente Vargas.

Em 1933, José Reis fez concurso para a Prefeitura, onde trabalhou desde então sendo, no momento de sua entrevista, assessor na Secretaria Municipal de Planejamento. Reis fala muito da década de 1940, principalmente da administração de Henrique Dodswoth, explicando que este executou a urbanização da área plana resultante do desmonte do Castelo. Outro engenheiro que tem destaque em seu depoimento é Paulo de Frontin. Explica também que a administração de Carlos Sampaio não demoliu totalmente o morro do Castelo: “Ele fez um grande aterro, da boca do Calabouço até quase a Glória”.

Ao se referir à administração de Carlos Sampaio, aponta que o prefeito tinha uma necessidade urgente de começar a demolir o morro do Castelo, mas também tinha uma dificuldade muito grande. Explica que primeiro a “grita” era por conta deste ter sido o morro de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Embora o Cara de Cão fosse considerado o “histórico da cronologia”, a cidade do Rio de Janeiro só começou a funcionar quando Mém de Sá a transferiu para cima do morro do Castelo. Além disso – José Reis continua em sua explicação – tinha a igreja da Sé e uma porção de outros problemas ligados àquela região. Isto porque o morro do Castelo ocupava uma posição excepcional na topografia da cidade, dominando toda a entrada da barra da Baía de Guanabara. Para todo o navio que chegava, ele estava lá a postos, pois todo mundo sabia que por uma estratégia de defesa foi feita a fundação da cidade ali naquele ponto. E conclui seu raciocínio: “Mas então Carlos Sampaio encontrou uma dificuldade histórica muito grande. Mas não houve grita pelo fato de ser histórico não e sim por conta da localização. Estava bem localizado. Quem morava lá não queria sair evidentemente”.

José de Oliveira Reis segue o seu depoimento explicando que o morro levou vários anos para ser demolido, pois, segundo ele, a urbanização do Castelo estava vinculada à questão da Presidente Vargas. As duas obras foram feitas praticamente ao mesmo tempo. Enquanto se desapropriava a Presidente Vargas, se urbanizava o Castelo. Explica que essas desapropriações eram feitas de acordo como um decreto que regulava a desapropriação, exigido por Pereira Passos e elaborado por J.J. Seabra, perdurando até, pelo menos, a data do seu depoimento. A lei, segundo explica, diz que se o prédio fosse avaliado em estado ruinoso,

a desapropriação não precisava ser paga, sendo este artifício muito utilizado por Pereira Passos, e posteriormente por Carlos Sampaio e Henrique Dosdsworth.

Finalizando seu depoimento sobre o período que aqui interessa, o engenheiro ainda explica que a área do Castelo ficou muito tempo desocupada por falta dinheiro para sua urbanização. Depois, já nos anos 1930, o Governo Federal requisitou os seus terrenos e o prefeito não podia se negar, pois, estava subordinado ao presidente.

Após apresentar os depoimentos dos dois engenheiros, seria interessante destacar que os dois expressam uma visão bastante parecida. Suas trajetórias de vida são bastante similares, assim como suas entrevistas, suas posturas e seus ideais, expressando claramente a visão de uma classe de que no início do século XX tinha grande peso político e administrativo na cidade: os engenheiros.

Durante os depoimentos percebe-se uma preocupação demasiada em explicar e defender as questões técnicas das obras de urbanização. Os dois depoentes quase não falam em pessoas, a exceção dos engenheiros que se destacaram como Pereira Passos, Paulo de Frontin, Carlos Sampaio, Edson Passos, Henrique Dosdsworth, etc. É interessante destacar que os moradores da cidade são vistos como empecilhos para determinadas obras e não como “usuários” do espaço que estava sendo construído.

Esta visão é percebida quando os dois engenheiros falam da população do morro do Castelo. Eles destacam o problema de removê-los por conta da resistência destes em permanecer no local em questão e destacam que as obras ajudaram na remoção dos cortiços ali existentes, tipo de habitação coletiva que desde o início do século vinha sendo perseguida e combatida pelas autoridades municipais e federais.

José de Oliveira Reis, com argumentos bem mais articulados, aponta dentre as dificuldades encontradas pelos prefeitos na condução de suas obras dois fatores diferentes nas duas obras que mencionou: para o desmonte do morro do Castelo, disse que o maior problema enfrentado foi a retirada dos moradores do morro, que insistiam em ali permanecer por conta de sua *privilegiada localização*.²⁴¹ Já para a abertura da Avenida Presidente Vargas, aponta que a maior dificuldade foi a remoção da Igreja de São Pedro dos Clérigos, esta por conta da sua *extraordinariedade arquitetônica*. O que se percebe em seu discurso na entrevista dada é

²⁴¹ Os grifos foram feitos por mim para destacar a idéia em questão.

que indiferente do obstáculo em questão, a obra de fins técnicos justificava qualquer remoção e demolição.

Além da entrevista aqui analisada, José de Oliveira Reis também deixou registrada a sua percepção sobre as reformas urbanas da cidade nas linhas do livro ao qual é o autor.²⁴² Sobre a administração de Carlos Sampaio, ele explica que o prefeito tinha dois grandes obstáculos: “a exigüidade de tempo para a execução das obras preparatórias para a comemoração do centenário e as precárias condições financeiras da municipalidade”.²⁴³ Por outro lado, tinha duas vantagens sobre outros administradores: “além de ser engenheiro militante e de grande competência, era um estudioso dos problemas da cidade”.²⁴⁴ Para ele, foi um governo dinâmico, lembrando a administração de Pereira Passos.

No livro, José de Oliveira Reis registra a sua admiração por Carlos Sampaio, segundo ele um dos maiores engenheiros do Brasil e senhor de conhecimentos profundos sobre todos os ramos da engenharia, e destaca as grandes obras por ele conduzidas.

“Não foram poucas as obras realizadas, e algumas de vulto inusitado, como o desmonte do morro do Castelo. Não se tratava de remover simplesmente a terra; era necessário remover a *rotina* antes de tudo. Problemas de ordem religiosa, de tradição e de interesses particulares de certo vulto, exigiam soluções prontas, firmes e justas diante do prazo total de 07 de setembro de 1922”.²⁴⁵

Aqui, ele argumenta melhor sobre as várias dificuldades encontradas por Carlos Sampaio. Ele destaca as dificuldades referentes à presença da Igreja dos Capuchinhos, antiga Sé da cidade e ainda de forte presença no costume religioso do carioca. Destaca também as que dizem respeito à tradição, ou seja, às que se remetem ao local de fundação da cidade; as dificuldade referentes à propriedades privadas; e ainda a questão do curto espaço de tempo que o prefeito dispunha para realizar no local a exposição do Centenário. Mas não fala de moradores. O máximo que se aproxima disso é quando usa a palavra rotina. Havia uma rotina naquele espaço. Uma rotina condiciona o uso diário do espaço. Daqueles que iam e vinham. E estes não foram lembrados no texto e apenas colocados como empecilhos na fala. Mas esta era

²⁴² REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral / Prefeitura do Rio de Janeiro, 1977; 5 volumes.

²⁴³ REIS, José de Oliveira. *Idem*; volume 4, p. 77.

²⁴⁴ REIS, José de Oliveira. *Idem*; volume 4, p. 77.

²⁴⁵ REIS, Jose de Oliveira. *Idem*; p. 78. Grifo meu.

a postura da época. O que se defendia – entre engenheiros, sanitaristas e administradores – era que o morro do Castelo era um grande embaraço à ventilação e ao saneamento da cidade.²⁴⁶

No seu livro, José de Oliveira Reis escreve que se alguém perguntasse a Carlos Sampaio porque ele não promovia a remoção do morro de Santo Antonio, mais fácil que a do Castelo, histórica e tradicionalmente ligado à cidade do Rio de Janeiro, ele respondia que qualquer prefeito seria capaz de arrasar o morro de Santo Antônio, mas poucos ousariam atacar aquele histórico e famoso monte da Sé Velha.²⁴⁷ E, segundo José Reis, Carlos Sampaio tinha razão. O desmonte do morro do Castelo, como já foi aqui explicado no capítulo primeiro, já fora pleiteado pelo engenheiro através da solicitação de concessão por sua empresa Melhoramentos, cuja sociedade ele dividia com Paulo de Frontin. Tal desejo só foi realizado quando o mesmo assumiu a administração da cidade, misturando um propósito particular, o de engenheiro empreendedor, com a administração pública.²⁴⁸

José de Oliveira Reis ainda explica em seu livro que a obra somente foi prejudicada pelo “moroso problema da desapropriação dos prédios e conseqüente alojamento e abrigo da população atingida”.²⁴⁹ Segundo ele, especial atenção foi dada aos padres capuchinhos e as crianças do Hospital S. Zacharias, que requeriam alojamento instantâneo. Explica ainda que inicialmente foram desapropriados 470 prédios, imediatamente demolidos.²⁵⁰ No entanto cabe apontar que tais indenizações eram feitas aos proprietários, que não necessariamente eram moradores do morro. Há informações que a maioria dos castelenses viviam em casas onde pagavam aluguel, provavelmente habitações coletivas, sendo um dos maiores proprietários das residências ali existentes a Santa Casas da Misericórdia.²⁵¹

Jose Reis finaliza seu texto sobre o desmonte do morro do Castelo apontando mais um fator técnico que ajudou na sua demolição: a pequena distância do material escavado até a sua

²⁴⁶ REIS, José de Oliveira. *Op. Cit.*; p. 80.

²⁴⁷ REIS, Jose de Oliveira. *Idem, idem*.

²⁴⁸ Ver KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural / AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001.

²⁴⁹ REIS, Jose de Oliveira. *Idem*; p. 82.

²⁵⁰ REIS, Jose de Oliveira. *Idem*; p. 82. Infelizmente o autor não cita a procedência desta informação. O que sei, através de um documento localizado na documentação do prefeito Carlos Sampaio (IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, p.25) é que em setembro de 1921 havia no morro do Castelo 408 prédios, onde habitavam 4200 pessoas.

²⁵¹ Ver NONATO, José Antonio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro : IPHAN, 2000; p. 76.

deposição no mar, ao longo da praia de Santa Luzia e da enseada da Glória.²⁵² Tal procedimento foi para a construção da avenida Beira Mar – continuidade concreta da avenida Central construída por Pereira Passos.

Após explicitada a visão dos engenheiros sobre o morro do Castelo e seus moradores, percebe-se que tanto o Estado, neste trabalho explicitado através da ação da polícia, como as classes favorecidas social e economicamente, como a dos engenheiros, condenaram o morro e seus moradores a não fazerem parte da nova cidade em construção: esta moderna e pronta para o progresso.

O estado republicano brasileiro, durante os seus primeiros anos de existência, caracterizou-se por ser fortemente excludente e hierarquizador.²⁵³ A ciência, em busca de uma cidade limpa e moderna, condenou hábitos populares. Higienistas puseram em evidência os problemas que geravam um ambiente pouco saudável e os engenheiros deveriam edificar uma cidade racional e melhor planejada, que assegurasse a remoção dos pobres da área central e impondo normas para torná-la mais higiênica, com casas menos insalubres e ruas mais largas e retilíneas.²⁵⁴ No entanto, o Estado não assumiu totalmente tal função, deixando para a iniciativa privada a construção de casas adequadas às normas de higiene por ele determinadas. Ainda no final do século XIX foi elaborado o primeiro plano urbanístico para a cidade, pela Comissão de Melhoramentos.²⁵⁵ A reforma realizada durante a administração de Pereira Passos inaugurou uma série de alterações urbanísticas que se estenderiam por praticamente todo o século XX. E a estratégia utilizada pelos governantes e pelas classes mais favorecidas não se reduziu somente à elaboração e execução de planos urbanísticos, mas também na mudança de hábitos e no cotidiano dos populares, através de decretos municipais que proibiam antigas práticas, agora consideradas insalubres e de péssima reputação para a cidade.²⁵⁶

²⁵² REIS, Jose de Oliveira. *Idem*; p. 82.

²⁵³ NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da Republica. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da Republica à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 37.

²⁵⁴ BENCHIMOL, Jaime Larry. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da Republica à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 240

²⁵⁵ BENCHIMOL; Jaime Larry. *Idem*; p. 241.

²⁵⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*; p. 277.

A fala dos castelenses

“A gente não queira sair de jeito nenhum”.
D. Florinda

“A população foi saindo progressivamente, à medida que o morro foi abaixo”.
Sr. Francisco.

No dia 30 de outubro de 1985, às 15 horas na rua Paula Matos em Santa Teresa, os pesquisadores Oswaldo Rocha, Jaime Benchimol, Mario Aizen, e Lílian Vaz gravaram, para o Projeto Arquivo Vivo do Museu da Imagem e do Som, o depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói Moreno. Irmãos, eles moraram no morro do Castelo até o momento de seu desmonte em 1922. Os dois só deixaram sua casa as vésperas de ser demolida, quando Florinda Alói tinha 20 anos e Francisco Alói, 12.

Neste depoimento, eles contam como era a vida no morro do Castelo; falam de vários aspectos do morro, relembrando de pessoas e do cotidiano que presenciaram, contando como viviam, as suas impressões, suas experiências e como reagiram a perda de uma referência: o seu local de moradia. Durante a entrevista, percebe-se claramente na voz dos entrevistadores a euforia ao ouvir as palavras dos depoentes e, apesar do depoimento ser bastante rico, os entrevistadores vão conduzindo-o de maneira sutil e enriquecedora. Os depoentes, por sua vez, também se mostram felizes em narrar o que sabem, pois percebem o valor dado às suas memórias, cujo enfoque é basicamente pessoal. D. Florinda tem um discurso mais simples, enquanto o sr. Francisco é muito bem articulado. Num determinado momento da entrevista ela se justifica, dizendo não saber falar bem o português, pois o confunde com italiano – língua nativa de seu pai. Outra característica desta entrevista é que os assuntos circulam ao longo de todo o depoimento, ou seja, os depoentes falam dos mais vários aspectos e situações do morro, aleatoriamente, muitas vezes se repetindo ou acrescentando as lembranças que vão surgindo.

Eles iniciam o depoimento contando que nasceram no morro – D. Florinda no dia 12 de novembro de 1902 e o senhor Francisco no ano de 1910 – e lá viveram com o pai comerciante e a mãe costureira. O pai era italiano e dono de uma barraca de frutas no Mercado da Praça XV e a mãe, além de parteira, trabalhava costurando para uma loja na rua do Carmo. Para eles o morro nada tinha de decadente, perigoso ou miserável. Era um lugar de alegria, onde muitos descendentes de italianos e portugueses viviam com suas famílias. Sr. Francisco

explica que o morro era uma só família, e que não havia nenhum perigo para se sair à noite; todos se conheciam e se davam muito bem.

- “ Não é verdade que era uma área degradada e pobre, era um lugar de alegria, vivia-se com alegria e satisfação. As crianças tinham o colégio Carlos Chagas na Praça do Castelo e catecismo na Igreja dos Barbadinhos”.

E como todas as crianças que viveram no morro, os dois estudaram no colégio Carlos Chagas na praça do Castelo e fizeram catecismo na Igreja dos Barbadinhos. Interessante destacar que a afirmação acima, feita pelo sr. Francisco, foi espontânea. Ninguém havia dito, na entrevista, que a área era degradada e pobre. Isto partiu do depoente como uma defensiva inicial. E ainda, continua falando que havia um posto policial que não tinha nenhum trabalho: “Difícilmente havia alguma ocorrência”, completa.

Inclusive os dois enfatizam exatamente o contrário. Dizem que era um morro muito festivo. Lembram das festas de São Sebastião na igreja, que eram cheias de gente de todos os lugares, que subiam e lotavam o morro. Na noite de Natal, contam que a Missa do Galo e sua procissão também atraíam muitas pessoas.

Quanto à estrutura do morro, contam que demorou a ter luz elétrica e que a iluminação antes era feita com lampião de querosene. Mencionam que havia algumas casas velhas mas muita casa bonita do tipo colonial, E enfatizam: “Não era favela”.²⁵⁷

Os dois irmãos descrevem fisicamente o morro, informando que ele possuía basicamente quatro pontos: o do Pau da Bandeira, que ficava do lado oposto ao da Igreja dos Barbadinhos, virado para a praça Tiradentes, e onde se localizava o Observatório Nacional; o da Igreja dos Barbadinhos, que ficava do lado do Pão de Açúcar; o da ladeira do Seminário, por onde se subia para a Floresta, localizado do lado norte do morro; e o ponto do lado sul.

Explicam que a Chácara da Floresta era como uma avenida grande, onde havia muitas casas e era chamada apenas de Floresta. Ali não era permitida a entrada a qualquer pessoa, apenas de quem morava no local. Havia um portão de ferro que era fechado a uma determinada

²⁵⁷ Interessante destacar que no ano em que foi dado o depoimento – 1985 – o governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, era acusado constantemente pela mídia de ser responsável pela desordem urbana instalada na cidade do Rio de Janeiro, com o número de favelas, que vinha aumentando progressivamente. D. Florinda, ao falar do morro do Castelo, o defende, informando espontaneamente que não se tratava de uma favela.

hora; era toda arborizada com uma estrada bonita, com casas do lado direito. Ficava localizada na subida da ladeira do Seminário e do Hospital São Zacarias, que foi transferido para a entrada do Túnel Novo.²⁵⁸ Ali havia controle de entrada. Por conta deste controle, o acesso ao morro normalmente era feito pela ladeira da Misericórdia ou pela ladeira do Castelo. Mesmo sendo ladeiras íngremes, D. Florinda e Sr. Francisco dizem que ninguém reclamava ter que subi-las.

Os depoentes contam que havia muita estalagem no morro. Algumas muito grandes, inclusive. Lembram as que pertenciam ao Marinho, localizadas perto da Floresta e as do Bastos, que segundo eles era dono de quase todas as estalagens do morro, em especial uma enorme, que começava na ladeira do Seminário e terminava na Santa Luzia, junto à ladeira da Misericórdia.²⁵⁹ Sr. Francisco explica que estalagens eram lugares onde se instalam criaturas.

Os entrevistadores insistem, perguntando se a Floresta era uma estalagem. Sr. Francisco responde que não, e sim “uma avenida, bem arborizada e bonita” e explica as relações entre os moradores: “Era quase como uma família só. Se uma pessoa ficasse doente, passando mal, se a família estava cansada tinha sempre um padre, uma pessoa amiga que tomava conta”. Quanto a questão da propriedade das residências, ele explica: “A maioria dos moradores do morro morava de aluguel, 90% era aluguel. Mas era um lugar muito bom”.

Florinda e Francisco citam algumas pessoas que eram proprietárias de casas no morro. Uma delas era o senhor Giacomo Kinder, um italiano que possuía várias propriedades. Ele era alfaiate, trabalhava muito, mas também bebia muito: “Uma pena!” – comentam. Contam que volta e meia ele saía pelo morro gritando: “Viva o Brasil!, Viva a Itália!, Morte à Portugal!. Era engraçado!”²⁶⁰ Segundo eles, no morro a maioria dos moradores era de imigrantes e descendentes, por isso eram muito fechados, só trabalhavam e ficavam no morro, quase sem sair: “Havia um certo receio, pois a maioria era do interior do Europa e eram muito

²⁵⁸ Localizado em Botafogo.

²⁵⁹ Segundo esta descrição, a estalagem daria a volta no morro! Neste sentido acredito ser a própria Chácara da Floresta, que segundo pode ser conferido nas imagens feitas pelo fotógrafo Augusto Malta, e apresentadas no segundo capítulo deste trabalho, e nas ocorrências policiais, analisadas no item primeiro deste capítulo, pode-se perceber que se trata realmente de uma avenida, mas não no sentido dado pelos depoentes e sim como sendo habitações coletivas, cuja definição está melhor explicada no primeiro capítulo deste trabalho.

²⁶⁰ Interessante destacar que este comportamento, que foi considerado engraçado pelos moradores, era exatamente aquele perseguido pela polícia. Além do mais esta situação expõe a rivalidade que havia entre pessoas de nacionalidades diferentes, em especial a rivalidade entre brasileiros e lusitanos, intensificada desde a década de 1820, durante o processo de independência do Brasil. VER: RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará / Faperj, 2002.

reservados, muito medrosos. Vieram para o Brasil para trabalhar e trabalhavam mesmo. Tinham um certo receio de se dar com pessoas estranhas. Era uma família só, não havia disputa absolutamente. A única rivalidade era entre os dois blocos de carnaval.”, explica senhor Francisco, muito bem articulado.

Os dois depoentes seguem falando que o morro tinha uma vida social agitada, com dois blocos de carnaval: o *Castelo de Ouro*, cujo estandarte era verde, e o *Prazer do Castelo*, de estandarte verde e amarelo, que faziam a festa durante o ano inteiro. Havia uma rivalidade quando chegava o carnaval, que às vezes dava briga, mas, segundo os dois, era uma festa muito bonita. A festa acontecia no morro, com torcida e disputa da melhor fantasia. A pastorinha que ganhava era tratada como princesa pelo resto do ano. Contam também que o bloco da rua da Misericórdia, chamado *Miséria e Fome*, tinha um coral de tenores baixos maravilhoso, que quando cantavam podia-se ouvir de cima do Castelo. Eles eram amigos do pessoal do morro e de vez em quando subiam suas ladeiras, fazendo um lindo espetáculo.²⁶¹

Além dos blocos, o morro contava também com um time de futebol: o Paulistano. O clube ficava no morro mas o campo ficava onde hoje é o Museu da Marinha, ao lado da Praça XV. Em dia de jogo praticamente todos os moradores iam torcer pelo time. Segundo eles, a comunidade do morro tinha tudo perto. A facilidade de morar no centro foi destacada pelos dois. Seguem dizendo que todas as crianças estudavam, faziam primário no colégio Carlos Chagas e o ginásio no colégio São Bento.

D. Florinda lembra-se de um episódio ocorrido no morro relacionado à Revolta da Chibata, quando João Cândido visitou a ladeira do Seminário por conta de uma bala de canhão que durante a Revolta atingiu uma casa, matando duas meninas. Ela conta que durante a revolta se mudou para Cascadura e lá ficou até as coisas acalmarem.

D. Florinda conta que havia muitos armazéns, alfaiates, quitandas e botequins no morro do Castelo. “O que dava emprego lá em cima era o comércio”. Quem não trabalhava com comércio tinha que trabalhar fora do morro. Muita gente do morro trabalhava no Mercado Municipal da Praça XV, como o pai dos dois, que trabalhava vendendo frutas em uma barraca do mercado. Havia também muita lavadeira. Na estalagem do Bastos, por exemplo, tinha uma caixa de água enorme para não faltar água. Luz algumas vezes faltava, pois o sistema era

²⁶¹ Interessante destacar o nome dos blocos. O *Miséria e Fome*, bloco da rua da Misericórdia brinca com as necessidades que sabidamente viviam seus moradores.

abastecido à lampião. A água não era encanada e cada um pegava água em latas para abastecer sua moradia. Quando a água não chegava no morro, iam pegá-la na Santa Casa. A mãe de D. Florinda e do senhor Francisco era costureira e trabalhava para uma loja na rua do Carmo; também era parteira, assim como a avó e a tia de ambos.

Sr. Francisco e D. Florinda lembram que freqüentavam a praia de D. Constança em frente à igreja de Santa Luzia, localizada aos pés do morro. iam à festa da Penha em trens lotados e quando chegavam à igreja, seus pais pagavam suas promessas e depois faziam picnic, com comida a vontade. Eles escolhiam uma barraca de bebida e ficavam o dia todo na festa. A Semana Santa no morro era muito divertida. Tinha teatro e procissão na Igreja dos Barbadinhos, e se queimava o Judas no sábado de Aleluia. A festa do Divino era na Floresta. Segundo os dois, na Floresta as pessoas eram mais pobres, mas eram boas.

Lembram que havia problemas de segurança, mas segundo eles apenas nos arredores do morro. Contam que à noite na ladeira da Misericórdia ficavam uns valentões que jogavam pimenta no olho dos outros e roubavam. Mas isso era na ladeira, em cima do morro do Castelo não. Para eles, a rua da Misericórdia é que era “meio barra pesada”. Havia uma concentração de chineses, turcos e árabes que cheiravam ópio. Ninguém entrava onde os chineses moravam. O que havia no morro era muito bicheiro, pois muita gente jogava, inclusive a mãe e a avó dos depoentes. Para eles, aquela era a diversão dos moradores, pois não faziam outra coisa.

D. Florinda conta que só foi ao cinema duas vezes em sua vida: uma quando criança e outra quando estava noiva. Lembra que o divertimento das crianças do morro era brincar de roda, cantar, jogar amarelinha, cobra cega, berlinda e outras brincadeiras que não se brincam mais.

D. Florinda lembra que ela e suas irmãs casaram-se na Igreja dos Barbadinhos, que infelizmente não existe mais. Ela lembra também o dia em que Nair de Teffé visitou o Hospital S. Zacharias. Segundo ela, era um ótimo hospital infantil. Conta que Gago Coutinho também visitou o morro, mais ou menos em 1921.²⁶² Lembra também que carro não subia o morro do Castelo.

Ao serem questionados sobre a demolição, relatam que não queriam sair de jeito nenhum do morro. Contam que houve comunicação por parte das autoridades. Segundo os

²⁶² Nair de Teffé foi primeira dama brasileira, casada com o presidente da república Hermes da Fonseca. Gago Coutinho, junto com Sacadura Cabral, completou a primeira viagem de volta ao mundo de avião.

dois, eles iam avisando de casa em casa a necessidade de sair do morro. Ainda assim, a população foi saindo aos poucos, à medida que o morro ia abaixo. Contam que os capuchinhos foram um dos primeiros a sair.

Lembram que foram construídos uma quantidade enorme de barracões de madeira na Praça da Bandeira para abrigar as famílias castelenses que não tinham para onde ir. A família do Sr. Francisco e de D. Florinda saiu um dia antes de sua casa ser demolida e foi para a Praça da Bandeira. Para eles o novo lugar era muito ruim, pois sequer tinha água. Sobre os outros moradores do Castelo, D. Florinda e Sr. Francisco contam que também não queriam sair do morro, mas não houve revolta, pois ninguém acreditava que o Castelo pudesse vir a baixo. Terminam seu relato informando que depois de alguns anos morando na Praça da Bandeira, a família Alói se mudou para a rua Paula Matos, na subida do morro de Santa Teresa e ressentem-se com a demolição: “O Castelo era bom. Eu me sentia bem”.

O depoimento de D. Florinda e do Sr. Francisco pode estar carregado de saudosismo e com um pouco de romantismo para com um local que não existe mais; mas com certeza nos faz refletir sobre a necessidade de buscar outras lembranças do passado da nossa cidade, e não apenas aquelas dos “produtores do espaço”. A questão da construção da memória e da identidade coletivas também norteia este trabalho. Memória e identidade são dois conceitos que caminham lado a lado. As construções da memória e da identidade coletiva são complementares. Entendo que os dois conceitos estão interligados, pois a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade.²⁶³ E para que haja identidade coletiva, no caso deste trabalho a dos ex-moradores do morro do Castelo, é necessário o sentimento de coerência que una determinados indivíduos. A memória coletiva contribui para a construção dos sentimentos de continuidade, atuando assim diretamente na construção da identidade de um grupo. É preciso ressaltar também que a memória é um fenômeno construído, tendo sua organização influenciada diretamente por preocupações pessoais e políticas, conscientes ou inconscientes, no momento de sua elaboração. Por tudo isso, a utilização de depoimentos orais acerca de fatos históricos está cada vez mais presente nas análises dos historiadores, colocando em voga a proximidade entre História e Memória e contribuindo para uma melhor compreensão de nossa sociedade.

²⁶³ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos n° 10*. Rio de Janeiro : FGV, 1992; pp. 199-215.

Ao analisar a construção da memória e da identidade, o sociólogo Michael Pollack aponta que a elaboração da memória conta com três elementos primordiais: acontecimentos, pessoas e lugares. A correlação desses três elementos, acrescida de ações externas, como transferências projeções, seleções conscientes ou inconscientes e induções formam a memória de um determinado grupo ou indivíduo, que pode ser obtida através de variados tipos de fontes como as escritas, orais, iconográficas, arquitetônicas e arqueológicas. E ainda, o autor acrescenta que a importância do que não está registrado na memória é tão relevante quanto o que está. Muitas vezes o "não-dito" revela muito mais sobre um determinado momento da história de um grupo do que o que se expressa. Um fato que não se fala, não se faz referência ou que muitas vezes se faz questão de esquecer pode ser bastante revelador.

O desmonte do morro do Castelo foi um episódio da história carioca que ficou durante alguns anos esquecido, tendo sido resgatado nos anos 1980 por conta de novos estudos sobre as transformações urbanas da cidade. Como explica Pollack, "A memória organizada, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo".²⁶⁴ Portanto, resgatar a memória de um grupo que não existe mais, como o dos ex-moradores do Castelo, e que fora pouco lembrado na memória nacional, é resgatar a própria história nacional. No depoimento de Florinda e de Francisco percebe-se a necessidade em fazer destacar o quanto o morro do Castelo era um lugar positivo em suas lembranças. Os dois sentem saudades e lamentam a todo o momento a demolição do morro e procuram enfatizar o quanto as imagens negativas construídas sobre o lugar e seus moradores não eram verdadeiras.

Quanto à formação de uma identidade social, é preciso destacar o quão complexa é a sua utilização. São inúmeros elementos que constituem uma identidade. O homem, como ser social, pode constituir-se de identidades múltiplas que associadas entre si compõem uma única, ampla e complexa identidade. Em outras palavras, a identidade não pode ser definida a partir de um único referencial, pois ela se constitui de várias referências: a referência que o indivíduo faz de si em todos os meios em que circula – trabalho, em casa, no lazer –, a que faz de si a partir do outro e a que faz para o outro.²⁶⁵ A identidade social deve ser concebida como "uma realidade dinâmica, plástica, que se constitui e se deforma diante dos problemas com os

²⁶⁴ POLLAK. Michael. *Idem*; p. 204.

²⁶⁵ POLLAK. Michael. *Idem*; p. 204.

quais os atores sociais são confrontados".²⁶⁶ A cidade, o bairro, a rua e a vila, por exemplo, são referenciais existentes na elaboração da identidade social. O local de moradia muitas vezes une vários indivíduos, podendo transformá-los num grupo coeso, servindo de elemento na formação de uma identidade. Analisar a vida dos castelenses vendo-os como um grupo social, constituído de uma variedade múltipla, porém tendo o local de moradia como elemento unificador desse grupo, é uma tentativa de recuperar a sua participação na história nacional.

O depoimento dos ex-moradores do morro do Castelo é rico em lembranças que nos apontam para um lugar que pouco espaço obteve na memória nacional. A sua demolição, na época autoritária e de acordo com os ideais das classes mais favorecidas, hoje é vista como uma perda irreparável do antigo núcleo urbano do Rio de Janeiro. Podemos dizer que este depoimento reproduz a visão de um grupo social que, por ser hierarquicamente inferior, não conseguiu deixar registrado na história sua voz. E ainda recupera a sua participação no processo de alteração do uso do espaço urbano carioca. Mesmo que carregado de sentimentos dos anos 1980, percebe-se claramente uma tentativa por parte dos castelenses em amenizar as dificuldades e a pobreza existente no morro do Castelo.

A Chácara da Floresta era um grande cortiço do início do século XX, como se pode perceber através das ocorrências policiais – por conta das inúmeras pessoas que o citam como residência e as subdivisões existentes – e das fotos produzidas por Augusto Malta. Mas na concepção dos ex-moradores, o cortiço virou avenida. Não como sendo um outro tipo de habitação coletiva mais higiênica e que estava sendo formulado no início do século XX como substituição dos cortiços e casa de cômodos, mas ao que parece pelo depoimento, uma avenida no sentido mais moderno da palavra, uma via pública mais larga e arborizada, de acordo com os novos padrões de higiene e modernidade.

Para eles, o posto policial que havia no morro indicando a preocupação das autoridades em controlar aquele espaço, quase não produzia ocorrências. Como amenizam a condição da Chácara da Floresta, também atenuam a atuação da polícia no local e pouco falam das brigas e desavenças ocorridas nas habitações coletivas espalhadas pelo morro do Castelo. Em seu depoimento, os dois não definem muito ao certo a temporalidade está a sua narrativa. Eles descrevem o morro e ao mesmo tempo falam sobre o momento da demolição, explicando

²⁶⁶ REVEL, Jacques. "A história ao rés-do-chão". In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000; p.30.

como a vida foi se alterando, num claro sentimento nostálgico. E mais, defendem o passado utilizando-se de argumentos do presente, como a declaração de D. Florinda afirmando não terem sido moradores de uma favela, expressão este que só iria se consolidar nos anos 1950 e assumir um sentido pejorativo nos anos 1980, quando prestam o depoimento. Definitivamente eles sentem saudades ao falar dos lugares, recordando a organização social e o desmonte.

Além disso, os depoentes gostam de destacar fatos históricos que consideram importantes e de grande destaque na memória nacional, dando importância ao morro. Percebe-se ao relatarem o episódio da Revolta da Chibata, que eles tinham a opção de morar no subúrbio, mas que fora descartada devido a vantagem de morar no centro da cidade; vantagem enfatizada e destacada pelos dois. Mesmo quando contam que no morro não havia água e luz, eles falam de uma maneira amena. Por outro lado quando falam sobre a Praça da Bandeira, local para onde parte dos moradores do Castelo foi alojada, reclamam da falta de água. Mesmo sendo uma situação parecida com a do morro, para eles enquanto estavam no morro, a falta de água não era um problema. O depoimento de Florinda e Francisco mostra como os moradores do morro do Castelo foram deslocados de seu local de moradia de uma maneira autoritária e sem nenhum planejamento.

Esta visão do desmonte – que até então havia sido focado pelas suas questões técnicas e defendido por grupos sociais, principalmente os engenheiros, que se beneficiaram com a empreitada – aponta um outro prisma deste episódio: como foi o desmonte para os moradores. Esta foi uma grande contribuição que a entrevista com os ex-moradores do morro do Castelo trouxe para a historiografia urbana carioca, resgatando a fala de um grupo social excluído, até mesmo da construção da memória nacional.

Como já foi exposto, a concentração populacional no centro era um problema que as autoridades vinham enfrentando desde pelo menos o final do século XIX. As freguesias com as maiores densidades domiciliares, São José – onde ficava o morro do Castelo –, Santa Rita, Santana e Santo Antônio, continuaram crescendo mesmo depois das reformas urbanas que derrubaram morros e habitações coletivas. Apesar da perseguição policial, apontada através da análise das ocorrências policiais entre os anos de 1916 e 1922, e da condenação por parte das elites cariocas, como mostra o depoimento de engenheiros que trabalharam nas obras do início

do século XX, o morro do Castelo era para seus moradores, um lugar de referência e nada tinha de degradado, perigoso e insalubre. Grande parte da população do morro, após o desmonte autoritário, se transferiu para o morro do Pinto, para o morro de Santo Antônio, ou para a subida do morro de Santa Teresa, como foi o caso de D. Florinda e de Seu Francisco. Talvez essa tenha sido a grande resistência popular à reforma urbana: não deixar de morar no centro da cidade.

CONCLUSÕES

“O morro do Castelo era uma sentinela do passado sem guarita, guardava a tradição como uma velha armadura guarda a forma do herói extinto.”
Revista *Careta*, 21.01.1922.

No início do século XX as obras promovidas por autoridades municipais na malha urbana da cidade do Rio de Janeiro – em especial as de Pereira Passos, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio – provocaram grandes mudanças, não somente na sua estrutura urbana, como também no uso do seu espaço. Um dos principais objetivos dessas obras, além de modernizar e higienizar o centro da cidade, era controlar os espaços, destinando o centro para atividades administrativas e comerciais, e retirando dele a função que acumulava como comercial e residencial.

Os grupos sociais populares que viviam no centro da cidade, e aqui faço referência em especial àqueles que viviam no morro do Castelo, foram desalojados duas vezes, a primeira em 1904, com a primeira demolição ocorrida na administração de Pereira Passos para a abertura da Avenida Central. E em 1922, quando o morro fora arrasado definitivamente, na administração de Carlos Sampaio para a construção de um espaço plano que serviria de espaço para a Exposição em comemoração ao primeiro Centenário da Independência do Brasil.

O discurso das autoridades e da elite para sustentar a medida autoritária de demolir uma série de habitações coletivas do centro da cidade e suas proximidades, girava em torno da falta de higiene e de péssimos modos e hábitos que os populares ali praticavam. A decisão de arrasar o morro do Castelo provocou uma série de discussões quanto ao valor do morro e a real necessidade desta medida. Mesmo os que defendiam o morro e posicionavam-se contra o arrasamento, argumentavam a favor da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural – proporcionada pela vista da Baía de Guanabara – existentes no morro. Pouco se falou a favor dos seus moradores, a exceção de Lima Barreto. Em seus textos, Lima ia além dessas questões, estendendo suas críticas ao desmonte do Castelo para as conseqüências sociais, levando em consideração o destino de seus moradores.

A partir da administração de Pereira Passos, numa ação conjunta girada em torno de

uma reforma urbana e de medidas sanitaristas, o Estado passou a desempenhar funções que até então se concentravam nas mãos de empresas privadas, regulando a vida e o uso da cidade e atuando no âmbito do trabalho, da propriedade, em defesa do meio-ambiente, da segurança pública, do silêncio da moral, da estética e da saúde pública. A necessidade da reforma e os discursos que a legitimavam estavam inseridos dentro de um projeto urbano que vinha sendo discutido há mais de 50 anos, onde a concepção de moderno congregava conceitos de limpeza e conseqüentemente de embelezamento urbano. A necessidade de inserir o Brasil nos grupos das grandes cidades modernas se acentuou com a troca do regime político, quando o novo regime republicano procurava se apropriar da condição de moderno, contrapondo-se ao regime político anterior ao qual insistia em associar os conceitos de passado, atrasado e dependente.

Não era apenas a modernização e higienização da cidade o que se almejava. Com a reforma urbana promovida em sua administração, a estratégia de Pereira Passos era separar o uso dos espaços: um destinado à produção de atividades comerciais e de serviço e ao consumo, no caso o então recém-reformado centro; e outro destinado à habitação, os subúrbios para as classes mais baixas e a zona sul para as mais altas. Como se viu, as reformas urbanas do início do século XX nos distritos centrais do Rio de Janeiro mexeram na estrutura da cidade, desarticulando e movimentando a população de baixa renda, principalmente as que moravam em habitações coletivas, um dos grandes alvos dessas reformas. Apesar de, numa maneira geral, o número de população e domicílios terem diminuído na maioria dos bairros centrais e ter havido um escoamento da população de baixa renda para o subúrbio carioca, alguns distritos centrais, mais afastados da nova área reformada, receberam parte de seu contingente. A população pobre não abandonou o centro e a zona sul da cidade; numa resistência silenciosa, e mesmo a contragosto das elites e autoridades, permaneceu disputando espaço no centro da cidade.

Ainda assim, para manter-se no centro, os populares moravam em habitações coletivas – cada vez mais lotadas e com os aluguéis mais caros, por conta da grande procura e da escassez de oferta – o que tornava a vida um tanto dura. Várias foram as ocorrências policiais do período do desmonte do morro do Castelo que registravam roubos e brigas nesses tipos de habitações que haviam no morro, em especial a maior delas, a Chácara da Floresta. Além de roubos e brigas, as ocorrências também mostram que durante as obras de desmonte do morro era muito freqüente explosões indevidas e mal procedidas, e ainda queda de pessoas e de

barreiras, apontando a permanência de moradores mesmo durante as obras que derrubaram o morro. Algumas imagens feitas pelo fotógrafo Augusto Malta deixam claro a permanência de moradores mesmo quando o desmante já estava em processo avançado.

Aqui, as reformas do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro refletem claramente as disputas sociais travadas em outros campos. O desmante do Castelo foi fruto de um poder público autoritário e arraigado de ideais modernizantes e transformadoras, onde o espaço urbano passou a ser controlado com o objetivo de concretizar as alterações nos hábitos e práticas populares que vinham sendo condenadas há pelo menos 50 anos. Pleiteado pelo engenheiro Carlos Sampaio desde os anos 1890, através de solicitações para a concessão do desmante por sua empresa Melhoramentos, seu desejo só foi realizado quando o mesmo assumiu a administração da cidade, misturando um propósito particular, o de engenheiro empreendedor, com a administração pública. Os moradores do morro, por sua vez, desarticulados, não acreditavam que o desmante pudesse se concretizar. Poucos eram proprietários e por isso não conseguiram uma maior organização a fim de defender o seu lugar de moradia.

No entanto, os discursos que condenavam o morro do Castelo e seus moradores foram elaborados pela elite e nem sempre foram compartilhados por todos. Mesmo alguns literários – através de textos onde misturam realidade e ficção, abordando temas, motivos, valores, tempos e normas da sociedade que a produziu – que se destacaram no período, chamaram atenção para as riquezas existentes no morro. Machado de Assis enfatiza, em seu livro *Esau e Jacob*, a cultura popular de grande procura pelos cariocas. Mas, apesar de chamar atenção para a cultura das classes menos favorecidas, o autor não assume o seu discurso, mantendo, em sua percepção e em seus textos a ordem social em que viveu.

Já Lima Barreto, um crítico mais ferrenho das desigualdades e injustiças implantadas com a mudança de sistema de governo, enfatiza os problemas sociais causados com o desmante e que foram ignorados pelas autoridades responsáveis. As reformas urbanas, que derrubavam várias casas coletivas do centro da cidade, geraram um aumento nos preços dos aluguéis e pioraram a qualidade de vida nesses lugares, visto que era cada vez maior o número de pessoas que se amontoavam nas casas que sobreviviam às reformas. Com o desmante do

Castelo, esta situação se agravaria. Mais casas coletivas seriam postas a baixo e mais pessoas ficariam desabrigadas.²⁶⁷

Mesmo Augusto Malta, fotógrafo oficial da Prefeitura, tentou chamar atenção para as riquezas, material, religiosas e pessoais, existentes no morro. Sua narrativa conta uma história através de imagens. Folhear o álbum “*Morro do Castelo com todos seus prédios, Igreja de S. Sebastião, interiores, Convento dos Jesuítas, Panoramas do Morro, etc.*” é ler um fato que aconteceu no início da década de 1920, onde pessoas, imóveis e objetos foram desalojados por modernas máquinas. Intercalando imagens com dois tipos de seqüências: a primeira, concentrada no início do álbum, destaca os aspectos de pobreza e riqueza do morro; a segunda, a partir da segunda metade do álbum, se atém à dicotomia morro e desmorte, Malta apresentou os contrastes do morro destacando as dificuldades e a pobreza nas ruas e casas, em especial as da Chácara da Floresta, com a beleza e a importância de prédios antigos e imponentes construções.

O que Augusto Malta mostrou em seu álbum foi um morro cheio de contrastes, repleto de tradições e importante para a história da cidade, a qual o fotógrafo registrou como ninguém. O fotógrafo não assumiu o discurso utilizado por aqueles que defendiam o desmorte à época, de que a pobreza ali existente justificaria o seu desmorte. Pelo contrário, Malta chamou a atenção para os valores existentes no morro.

Ainda assim, as concepções sobre as intervenções urbanas e sobre o próprio morro eram muito diferentes entre os que produziam o novo espaço – como engenheiros, arquitetos, médicos, sanitaristas e políticos, que imbuídos de um discurso científico atribuíram para si a função de construir o espaço moderno urbano no Rio de Janeiro, deixando além de uma rede de relatos, a própria reforma registrando o seu discurso – e os que utilizavam este espaço – os habitantes da cidade, em especial os de baixa renda. Para os engenheiros, cujo discurso foi analisado neste trabalho, o morro do Castelo era um grande embaraço à ventilação e ao saneamento da cidade; seus moradores indignos de morarem em lugar de vista tão apazível e

²⁶⁷ Nicolau Sevcenko, no livro *Literatura como missão*, divide em dois grupos os literatos do período em questão: a camada dos vencedores, que segundo ele consiste no letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, sendo plenamente assimilados à nova sociedade.²⁶⁷ Neste grupo podemos vincular Machado de Assis, de uma maneira amena, e Luiz Edmundo, de uma maneira mais determinada. O segundo grupo de literatos, de acordo com Sevcenko, é o dos derrotados, sendo dividido em dois subgrupos: o dos boêmios e o que estavam empenhados em fazer de suas obras um instrumento de ação pública e de mudança histórica.²⁶⁷ Neste segundo subgrupo, podemos inserir Lima Barreto, cujas dificuldades vividas foram por ele sempre relacionadas à má administração republicana, que descuidava totalmente das mazelas do povo brasileiro.

tão bem localizado. Eles explicaram e defenderam as questões técnicas das obras de urbanização com orgulho e como sendo inevitavelmente necessária para o bem de todos e da própria cidade. Acreditavam ainda, que o arrasamento do morro ajudou na mudança da população pobre que morava nos cortiços, porém afirmavam não ter sido este o motivo para o arrasamento e sim a necessidade urgente de ampliar o espaço plano do centro da cidade. No entanto, pouco consideravam os seus moradores, vistos como empecilhos para determinadas obras e não como “usuários” do espaço que estava sendo construído.

Vêm o desmonte do morro do Castelo como uma grande obra da engenharia, cuja realização só seria possível através da ação de um grande homem como fora Carlos Sampaio. As dificuldades encontradas: onde destacavam a presença da Igreja dos capuchinhos, forte no costume religioso do carioca; a tradição que se remete ao local de fundação da cidade; as dificuldades quanto ao curto tempo disponível; as propriedades privadas existentes; mas não falavam de moradores. O máximo que se aproxima disso é quando usavam a palavra rotina. Assim, apontam que havia uma rotina naquele espaço, ligada ao seu uso diário, daqueles que iam e vinham. E estes quando lembrados eram vistos apenas como empecilhos. Mas esta era a postura da época. Percebe-se que tanto o Estado, neste trabalho explicitado através da ação da polícia, como as classes favorecidas social e economicamente, como a dos engenheiros, condenaram o morro e seus moradores a não fazerem parte da nova cidade em construção: esta moderna e pronta para o progresso.

O estado republicano brasileiro, durante os seus primeiros anos de existência, caracterizou-se por ser fortemente excludente e hierarquizador. A ciência, em busca de uma cidade limpa e moderna, condenou hábitos populares. Higienistas puseram em evidência os problemas que geravam um ambiente pouco saudável e os engenheiros elaboraram planos urbanísticos para uma cidade racional, que assegurasse a remoção dos pobres da área central e impondo normas para torná-la mais higiênica, com casas menos insalubres e ruas mais largas e retilíneas.

A reforma realizada durante a administração de Pereira Passos inaugurou uma série de alterações urbanísticas que se estenderiam por praticamente todo o século XX. E a estratégia utilizada pelos governantes e pelas classes mais favorecidas não se reduziu somente à elaboração e execução de planos urbanísticos, mas também na mudança de hábitos e no

cotidiano dos populares, através de decretos municipais que proibiam antigas práticas, agora consideradas insalubres e de péssima reputação para a cidade.

As classes populares, que habitavam o centro da cidade, por sua vez não conseguiram se estruturar e defender seu lugar de moradia, que para elas nada tinha de insalubre, perigoso e condenável. Precisavam morar no centro por conta da disponibilidade de trabalho, já que muitos dos moradores do Castelo trabalhavam no comércio: armazéns, alfaiates, quitandas e botequins no morro ou nos seus arredores. Segundo os ex-moradores, cujo discurso foi também analisado neste trabalho, o morro era um local maravilhoso para se viver. D. Florinda e sr. Francisco, em um depoimento carregado de saudosismo, lembram que havia problemas de segurança, mas segundo eles apenas nos arredores do morro. Mesmo o maior cortiço do local, claramente um local de precárias condições de habitação, onde roubos e brigas eram constantes, eram vistos com bons olhos. Para eles o cortiço era uma avenida, bonita e arborizada, onde apesar de pobres seus moradores eram bons.²⁶⁸ No depoimento de Florinda e de Francisco percebe-se a necessidade em fazer destacar o quanto o morro do Castelo era um lugar positivo em suas lembranças. Os dois sentem saudades e lamentam a todo o momento a demolição do morro e procuram enfatizar o quanto as imagens negativas construídas sobre o lugar e seus moradores não eram verdadeiras. Entende-se melhor esse discurso quando se pensa que ele foi elaborado carregado de sentimentos dos anos 1980, quando falaram do passado, de um lugar que não existe mais. Percebe-se claramente uma tentativa por parte dos castelenses em amenizar as dificuldades e a pobreza existente no morro do Castelo.

O morro do Castelo, como percebi a partir da leitura das ocorrências policiais durante os anos de 1916 e 1922, era um lugar bastante complexo. Habitado por gente simples e pobre, muitas vezes pequenos contraventores das normas estabelecidas pelas classes mais abastadas, a sobrevivência nem sempre era a das mais agradáveis possíveis. Encontrei algumas situações que aparentemente seriam adequadas aos padrões desejados: indivíduos com residência fixa, trabalhadores, com instrução, idade produtiva e até com carteira de identidade, mas pegos em pequenas infrações.

²⁶⁸ Numa alusão ao *Cortiço* de Aluísio Azevedo, o grande cortiço de João Romão, que no início do romance era um exemplo de habitação coletiva que as autoridades perseguiam, ao longo do texto, juntamente com seu dono vai sofrendo alterações e enriquecendo, transformando-se no final em uma avenida, e como explica Azevedo: “O cortiço aristocratizava-se”. IN: AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Rio de Janeiro : Editora Scipione, s/d; p. 152

Os castelenses criaram estratégias de sobrevivências, frente as enormes dificuldades que viviam. Cometiam pequenos delitos, mas também eram duramente perseguidos pela ação da polícia, reforçada pela presença de um posto policial na entrada de uma das maiores habitações coletivas existentes na subida do morro: a Chácara da Floresta. Dentre as atividades exercidas pelos castelenses, as que mais se destacaram foram aquelas que exigiam pouca qualificação, como as domésticas e os carregadores. No entanto, entre eles havia também alfaiates, sapateiros e operários, apontando para um grupo social bastante heterogêneo. O local de moradia para essas pessoas era vital para sua sobrevivência. Tais profissões dependiam diariamente de uma demanda que o centro da cidade naquele momento, quando ainda concentrava um grande número de moradores, era essencial para a manutenção de uma clientela.

Além das habitações coletivas, outro espaço identificado como fonte de inúmeras ocorrências – quer por serem locais propícios para confusões quer por serem locais visados pela polícia – foram os botequins. Alguns deles localizados no próprio morro, outros localizados nas ruas ao redor do Castelo, mas todos bastante freqüentados por castelenses. Não somente a embriaguez, freqüentemente percebida entre os moradores, era o alvo policial, como também os inúmeros roubos que aconteciam nos botequins, muitas vezes seguidos de brigas e confusões. Outro aspecto condenado e perseguido pelas autoridades sobre o espaço do morro foi o seu uso constante como refúgio. Algumas ocorrências que registraram roubos nas ruas ao redor do Castelo finalizam informando que os ladrões foram vistos subindo o morro.

O desmonte do morro do Castelo desalojou centenas de pessoas e, mesmo aqueles que se colocavam contrários ao desmonte, argumentavam em nome da tradição, do patrimônio, da história e da beleza natural existentes no morro. De um lado o discurso dos engenheiros que defendiam as obras de desmonte, como necessária e de grande melhoria para o bem comum. De outro os moradores, que lembram do morro como um lugar lúdico e perfeito, e vêem a demolição como uma grande perda. Até que, dentro do contexto das comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil para transformar a cidade em um centro urbano moderno e acabar de vez com o passado colonial, não sobreviveu mais, pelo menos no espaço mais nobre da nova capital: a avenida Rio Branco. O morro e sua população não eram condizentes com a imagem moderna que se queria para o Rio de Janeiro e para retirá-los de onde estavam as autoridades locais não pouparam dinheiro, tecnologia e descaso.

Sobre seus moradores, o discurso girava em torno da pobreza e da falta de higiene em que viviam, parecendo justificar a retirada dessa população. A transferência da população e o pagamento de indenização sobre a propriedade não foi um assunto amplamente discutido. E ainda, se houve indenizações, estas foram destinadas aos proprietários dos imóveis e como a maioria dos moradores do Castelo eram inquilinos, estes não seriam beneficiados com tal medida. Algumas casas de madeira foram improvisadas na Praça da Bandeira destinadas aos moradores mais carentes que não tinham para onde ir. Mesmo em difícil situação, poucos foram os que para lá se encaminharam e menos ainda os que lá permaneceram. Como se viu, grande parte da população do morro do Castelo se transferiu para o morro do Pinto, para o morro de Santo Antonio, ou para a subida do morro de Santa Teresa, como foi o caso de D. Florinda e de Seu Francisco. Talvez essa tenha sido a grande resistência popular à reforma urbana: não deixar de morar no centro da cidade.

ANEXOS

Descrição das imagens do álbum *Morro do Castelo de Augusto Malta*

Ordem	Título	Pequena descrição
1.	"Morro do Castelo - Rio"	Panorama do morro, com a igreja de São Sebastião no topo.
2.	Sem título	Panorama do morro, com a igreja de São Sebastião no topo.
3.	"Igreja dos Capuchinhos, Castelo, 28.03.1920"	Outro panorama, apesar da imagem estar focada na Igreja.
4.	Sem título	Panorama do morro
5.	"Morro do Castelo, 31.08.20"	A imagem retrata a rua do Castelo com a igreja dos capuchinhos ao fundo. Pode-se ver o calçamento de pedra e um grupo de pessoas posando para a foto. Foto tirada de cima para baixo, provavelmente da praça do Castelo
6.	"Ladeira do Castelo"	A imagem retrata a referida ladeira, com calçamento de pedra e muitas crianças na rua.
7.	"Morro do Castelo, 31.08.20"	Outro panorama, mas de um lado do morro que apresenta características bastante rural, com roupas a secar por vários varais e caminhos tortuosos de pedra.
8.	Sem título	Um panorama aproximado do morro, destacando a parte rural, com casas e muitas roupas a secar.
9.	"Morro do Castelo - Tirada do P. Hotel, 28.10.20"	Panorama aproximado do morro, onde se vê um forno saindo fumaça da chaminé
10.	"Morro do Castelo, 31.08.1920"	Retrata a parte bem carente do morro, com casas lotadas de roupas e gente, chão de terra batida, cercas de madeira e ao fundo a Baía de Guanabara.
11.	"Morro do Castelo tirada do P. Hotel, 28.10.1920"	Panorama aproximado do morro, onde se vê escadas e caminhos de terra, e no topo a igreja e o convento dos capuchinhos.
12.	"Morro da Castelo, 23.04.1914"	Bonita foto da rua que segue pelo portão da fortaleza, tendo este como moldura para a imagem do morro. Foto tirada de cima para baixo, onde ao fundo/fim da rua se vê a Baía de Guanabara.
13.	"Igreja do Castelo, 01.03.1921"	Foto do interior da igreja tirada de cima da sacada localizada sobre a porta de entrada

		tendo o altar principal como fundo. Representa bem a ornamentação da igreja. A imagem está colocada no álbum deitada.
14.	sem titulo	Igreja do Hospital S. Zacarias, mal cuidada, com parte da parede descascada, o muro cheio de infiltração. Ao lado da igreja um portão pequeno escrito Observatório.
15.	"Igreja do Castelo, 01.03.1921"	Foto do altar principal trazendo bastante detalhes da sua beleza. A imagem de São Sebastião é destaque.
16.	"Morro do Castelo tomada do prédio da rua São Jose, 3 05.05.1923"	Panorama do morro retratando os telhados, tendo uma casa sozinha e aparentemente abandonada no topo
17.	"Igreja do Castelo, 01.03.1921"	Retrata o interior da igreja, tirada do altar. A porta da frente está fechada mas há luz entrando pela porta lateral. Bela ornamentação.
18.	"H. S. Zacharias"	Retrata a igreja e o hospital.
19.	"Igreja do Castelo, 03.09.1921"	Close de um altar com Nossa Senhora.
20.	"Vista tomada do P de Festas, 15.04.1922"	Panorama onde se vê o morro do Castelo e sua redondeza.
21.	"Igreja do Castelo, 01.03.1921"	Close de outro altar com Jesus na cruz. A imagem está colocada no álbum deitada.
22.	"Terrenos do antigo forte do Morro do Castelo, 11.03.1922"	Retrata um lugar bastante abandonado, com mato, duas casas mal cuidadas e muitas roupas secando.
23.	"Sacristia do Convento dos Capuchinhos, 01.03.1921"	Foto de uma parede onde está um belo móvel de madeira escura.
24.	"Largo dos Capuchinhos, 28.12.1921"	Foto retratando uma das bandas e uma praça com os prédios em péssimo estado de conservação.
25.	"Igreja do Castelo, 01.03.1921"	Foto de uma das belas paredes da igreja e com o túmulo do Estácio no chão a direita, parecendo desproposital a sua presença na foto. A imagem está colocada no álbum deitada.
26.	"Morro do Castelo ...da S. Luzia 174, 24.09.1923"	Retrata um monte a esquerda na frente de uma casa que parece vazia
27.	"Porta antiga do Convento dos Capuchinhos Morro do Castelo, 01.03.1921"	Retrata o prédio do convento dos capuchinhos, em péssimo estado de conservação, parecendo estar vazio.
28.	"Largo do Castelo, 28.12.1921"	Foto retratando a pobreza e a simplicidade do morro.
29.	"Convento dos Capuchinhos Gruta, 01.03.1921"	Retrata, um pouco de longe, a gruta existente no convento dos capuchinhos.

30.	"Morro do Castelo, 31.08.1920"	Parece ser o topo do morro. Duas casas, um barraquinho de madeira, algumas crianças e muita roupa branca secando tanto na corda como no chão estendida.
31.	"Igreja do Castelo"	Foto da igreja dos capuchinhos, bem de perto, sendo quase um detalhe da lateral
32.	Sem título	Início da Ladeira da Misericórdia, com a igreja de N. S. do Bonsucesso ao lado. Esta é uma foto clássica.
33.	"Chácara do C. dos Capuchinhos, 13.03.1921"	Recanto com bastante verde.
34.	"Morro do Castelo, 31.08.1920"	Parece o Largo do Castelo. Na foto está a Escola Carlos Chagas, que fica na esquina de uma rua com este largo, e três prédios ao lado. Muita criança na rua, cachorro e até uma cabra. O chão é de terra batida.
35.	"14.03.1921"	Foto do interior de uma igreja, que não esta indicada. Parece ser a dos capuchinhos pois é muito bem ornamentada. A foto é de um dos altares laterais, podendo-se ver o púlpito. Interessante destacar que todas as imagens estão cobertas por panos devido ao período de quaresma. A imagem está colocada no álbum deitada.
36.	"Cabine do Sign.ro do Morro do Castelo, 28.03.1920"	Foto do prédio do Telegrafo Nacional (há uma placa), mal conservado com quatro crianças em frente.
37.	"Igreja dos Capuchinhos"	Gruta da igreja. Tem uma imagem de uma santa na entrada do lado de fora, dentro tem uma mesa, servindo de altar para uma arca com uma cruz, velas e flores.
38.	"Morro do Castelo, 06.10.1921"	Foto do desmonte ainda no início. Na base estão sendo construídos trilhos e já há equipamentos para extrair a terra. Perceber-se bastante gente trabalhando.
39.	Sem título	Foto do interior de uma igreja. Parece a dos capuchinhos. As imagens e os lustres estão cobertos.
40.	"20.09.1922"	Foto retratando um prédio sendo demolido. Os operários estão posando para a foto. O prédio é grande, imponente, e há muito entulho em volta.
41.	"Chácara da Floresta Castelo, 29.07.1921"	Na foto há várias construções de dois pavimentos, compridas, um pouco desalinhas. Há muita roupa branca secando e quase não se vê gente. A foto foi

		tirada de cima para baixo, mas de apenas um nível acima.
42.	"Ladeira do Seminário, 28.12.1921"	A imagem retrata o início da ladeira, onde estão quatro crianças descalças posando para a foto. O chão é de terra batida, as casas em volta são típicas da metade do XIX, com cercas mal construídas e bastante roupa branca secando.
43.	"Morro do Castelo - Chácara da Floresta, 29.07.1921"	A imagem retrata a Chácara da Floresta num ponto um pouco mais distante, também de cima para baixo. Dessa imagem pode-se ver, à esquerda, algo parecido com uma chaminé, de onde ele clicou a primeira foto da Chácara da Floresta (imagem 41). Nessa imagem pode-se ver a rua - atual rua México - , o Supremo Tribunal Federal, a Biblioteca Nacional e a Escola de Belas Artes. Em frente a Belas Artes, do outro lado da rua, estão vários varais com roupas brancas, parecendo ser a entrada do morro, provavelmente a Ladeira do Seminário.
44.	"Ladeira do Castelo, 28.12.1921"	A imagem retrata a ladeira, vista de cima para baixo, onde se vê o chão de pedra; várias crianças descalças brincando na rua; e as construções, a maioria de um pavimento mas percebe-se algumas com dois pavimentos, estando em estado de conservação razoável.
45.	"Morro do Castelo - Chácara da Floresta, 29.07.1921"	Imagem bem próxima da Chácara da Floresta. À esquerda, subindo de acordo com a inclinação do morro estão as construções, a primeira é bem interessante, sendo uma casa pequena de um pavimento, várias roupas brancas no varal e a cerca feita de material improvisado. Ao seu lado num canto está um grupo de cinco crianças. A casa fica na esquina de uma rua que segue morro acima, numa suave inclinação sendo a inclinação do morro gradual. A rua é de terra batida e nela estão dois homens de terno escuro caminhando para baixo. À direita estão dois caminhões e duas charretes retirado terra, provavelmente já sendo obra do desmonte. Ali estão muitos homens trabalhando.
46.	"Praça do Castelo, 11.03.1922"	A imagem é de uma ladeira, provavelmente

		a do Castelo, e foca duas construções, com dois pavimentos cada uma, e em péssimo estado de conservação.
47.	"Morro do Castelo, 29.07.1921"	A imagem retrata a atual rua México, de onde se vê uma entrada para o morro, do lado da Chácara da Floresta, provavelmente a Ladeira do Seminário. No centro da imagem está o prédio da Cerveja Hanseatica, que fica próximo a Ladeira, tendo um terreno baldio entre a fábrica e a ladeira. A rua é de terra batida e nela está uma charrete puxada a burro e um automóvel em frente à cervejaria. No alto do morro se vê a igreja dos capuchinhos e várias construções da Chácara da Floresta. No canto direito ao fundo se vê a Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar e um grupo de pessoas na parte de terra do morro, ao que tudo indica já retirando terra.
48.	"Morro do Castelo - Ladeira da Misericórdia, 11.03.1922"	A imagem retrata duas construções, uma com um pavimento e a outra com dois. Na frente da casa de um pavimento há uma escadinha onde está um grupo de crianças acenando e fazendo graça para a foto. Na rua estão uma mulher com um bebê no colo, uma menina e uma moça com uma bacia cheia de roupa equilibrada na cabeça. Na casa de dois pavimentos estão quatro crianças na porta, inibidas. As casas são os números 20 (com dois pavimentos) e 22 (com um pavimento).
49.	"30.07.1921"	A imagem retrata aquela entrada situada na atual rua México, supostamente a Ladeira do Seminário, num ângulo muito próximo. Vê-se vários prédios de dois pavimentos, muitas roupas brancas a secar em varais e no chão. Um muro que circunda essas construções, subindo na lateral do morro. Do lado direito estão homens retirando terra. No topo está a igreja dos capuchinhos.
50.	"Morro do Castelo, 31.08.1920"	A imagem retrata uma casa de um pavimento na beirada do morro de frente para a Baía da Guanabara. A construção, apesar de grande, é bem precária, mal cuidada e com material improvisado. Vê-se crianças, mulheres e cachorros. Muita roupa

		branca secando nas cercas, em varais e no chão. A foto é tirada de cima para baixo.
51.	"Igreja do Castelo - Capuchinhos"	A imagem retrata uma porta em madeira bem trabalhada, sendo o seu beiral de pedra. A imagem está colocada no álbum deitada.
52.	"Morro do Castelo, 14.11.1921"	A imagem retrata uma praça, ampla com chão de terra batida, e uma senhora estendendo roupas brancas no chão para secar. As construções em volta são pouco conservadas, sendo uma inclusive, a extrema direita, restar apenas a fachada.
53.	"Igreja de São Sebastião do Castelo - Última Missa, 01.11.1921"	A imagem retrata o altar principal da Igreja, com a imagem de São Sebastião, a frente um menino fantasiado de São Sebastião e com uma vela na mão, e em volta alguma pessoas assistindo: duas senhoras bem vestidas com chapéus e vários freis capuchinhos.
54.	"Morro do Castelo - Caixa D'Água, 17.09.1922"	A imagem retrata uma construção bem conservada, aparentemente mais recente e isolada do restante do morro.
55.	"Castelo - Última Missa, 01.11.1921"	A imagem retrata o interior da igreja, sendo feita de cima, no saguão superior localizado sobre a porta de entrada e mostra a multidão que assistiu a missa
56.	"Antigo forte no Castelo, 01.03.1914"	A imagem retrata o muro bastante sofrido, com o portão de entrada no fundo a direita. À frente está um grupo de crianças, a maioria descalças, posando para a foto. Duas cabras estão na foto. O chão é de terra batida.
57.	"Igreja São Sebastião do Castelo - Último Sermão pelo Cônego Resende, 01.11.1921"	A imagem retrata o padre sobre o púlpito lateral discursando e abaixo dele uma multidão assistindo. Tem gente até no saguão superior onde fica o órgão sobre a porta principal.
58.	"Largo do Castelo, 28.12.1921"	A imagem retrata uma parte do Largo do Castelo, tendo a Escola Carlos Chagas como principal foco. Do lado esquerdo podemos ver algumas construções, em mau estado de conservação. À frente um grupo de crianças brincando. A foto foi tirada do mesmo plano.
59.	"Igreja São Sebastião do Rio de Janeiro, 01.11.1921"	A imagem retrata a lateral da igreja no dia da última missa. A porta lateral está aberta e é possível ver, atrás de um pilar da

		entrada, o quanto a igreja está cheia. O interessante dessa foto é que foi preciso olhar atentamente para ver o movimento, do contrário pareceria vazia. A foto foi tirada de cima para baixo. A imagem está colocada no álbum deitada.
60.	Sem título	A imagem é um panorama com o morro ao fundo. A foto foi tirada a distância e com angulo reto. Ao fundo está a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar. À direita percebe-se umas obras podendo ser a abertura da Avenida Central, pois estão um pouco longe do morro.
61.	"Igreja São Sebastião do Castelo - Última Missa, 01.11.1921"	A imagem retrata as pessoas saindo da igreja com o final da missa. No centro ao fundo está a igreja, descendo está um grupo de pessoas, bem vestidas, homens e mulheres. No canto à esquerda há duas casas de um pavimento, muito mal conservadas e um grupo de pessoas sentadas à frente com uma senhora bem vestida conversando. Um pouco destacado, está uma outra senhora, com roupas mais simples, sentada ao chão com um bebê no colo.
62.	Sem título	Imagem de 9 capuchinhos posando para a foto
63.	"Castelo - Igreja São Sebastião do Rio de Janeiro - Última Missa, 01.11.1921"	Imagem muito parecida com a 61. O angulo foco mais a igreja e menos as construções da lateral. Como a outra foi tirada de cima para baixo
64.	"Exposição 1922 - Obras"	A foto é um panorama tendo ao fundo e ao alto o morro. A direita uma construção que termina com uma cúpula, podendo ser o prédio do Museu da Imagem e do Som. Outra construção no canto esquerdo também terminando em uma cúpula.
65.	"Castelo - Igreja São Sebastião do Rio de Janeiro, 01.11.1921"	A imagem retrata o teto da igreja dos capuchinhos e sua bela ornamentação. A foto foi tirada do saguão superior, onde fica o órgão em cima da porta principal.
66.	"Morro do Castelo, 14.11.1921"	A imagem retrata o antigo prédio do Instituto de Meteorologia Nacional, pois se percebe uma placa na porta no canto esquerdo da foto: "Diretoria de Meteorologia - Instituto Central". O prédio

		está mal conservado, com cerca, uma roupa pendurada em uma das janelas e roupas no chão quarando bem em frente ao prédio.
67.	"Castelo - Igreja de São Sebastião do Rio de Janeiro, 01.11.1921"	A foto, tirada do saguão superior em cima da porta principal, retrata a lateral do teto. Pode-se perceber a multidão que está na igreja.
68.	"02.09.1912"	Foto interessante, tirada de um telhado, tendo o sua inclinação reta, e focando o que provavelmente é a cúpula do antigo Observatório Nacional. À frente, um prédio com muitas roupas brancas penduradas.
69.	"Desmorte de um altar - Igreja de São Sebastião do Rio de Janeiro - Morro do Castelo, 14.11.1921"	A foto retrata o altar já sem nenhuma imagem e a parede ao redor também com alguns elementos retirados, pois se percebe tijolos a mostra.
70.	"Morro do Castelo, 31.08.1920"	A foto retrata uma ladeira (parece a da Misericórdia) com um menino posando para a foto, um senhor mais abaixo olhando de lado e com uma barraquinha, parecendo ser vendedor de doce; uma casa simples a direita, n. 31, com um pouco de roupa branca secando no chão quase em frente a casa. À esquerda, um conjunto de casarios de dois pavimentos, em estado de média conservação. Ao fundo a Baía de Guanabara. Esta foto foi tirada de cima para baixo.
71.	"Plafond da C. Morro, 14.11.1921"	Foto do teto da capela com imagem de um santo, parecendo São Francisco, e em volta bela ornamentação.
72.	"Ladeira do Castelo, 11.03.1922"	Imagem super forte da ladeira. Ela é pequena, desnivelada, está cheia de criança na rua e duas mulheres carregando lata de água na cabeça. Esquina da Praça do Castelo (há uma placa indicando), suas construções estão bastante danificadas. Foto tirada de cima para baixo.
73.	"14.11.1921"	Close de um enfeite, tipo aquelas flores que finalizam um corrimão, com o nome F. Antonio Porto escrito embaixo. Este dia é o dia da visita de Malta na igreja dos capuchinhos já sendo demolida. A imagem está colocada no álbum deitada.
74.	"Castelo, 28.12.1921"	Panorama do morro, tirado da mesma altura, de um lado com muito mato, várias casas e

		muitas roupas brancas secando, tanto penduradas como no chão.
75.	"Morro do Castelo, 14.11.1921"	Panorama do morro, parecendo ser a Chácara da Floresta.
76.	"Demolição do Morro do Castelo, 30.07.1921"	Foto da base do morro de onde se está retirando terra com charretes de burro. O local é a atual rua México, num angulo oposto daquele que já apareceu antes. Esta foto esta mais próxima da obra e se vê que ao lado da Cervejaria Hanseatica (que não se vê escrito somente o prédio ao fundo) que há um terreno baldio.
77.	"Largo do Castelo, 28.12.1921"	Foto do Largo do Castelo com algumas crianças posando para a câmera. As construções ao redor são um tanto precárias; à direita há uma ladeira que segue até a igreja dos capuchinhos.
78.	"Tomada da Ladeira do Castelo, 11.03.1922"	Boa foto da ladeira onde se vê o chão de pedras desnivelado e com algumas delas soltas; umas crianças no canto esquerdo; e um senhor abaixado falando com uma criancinha menor. Ao fundo, no inicio da ladeira, duas crianças de mãos dadas estão subindo, e um menino com uma bola na mão também está subindo a rua. A construção da esquerda, onde o grupo de crianças está encostado, é uma casa de 1831 com o beiral enfeitado e uma haste de bandeira vazia. Todas as construções da foto estão em estado de média conservação. A foto foi tirada de cima para baixo, numa inclinação bem discreta.
79.	"Demolição do Convento dos Capuchinhos, Morro do Castelo 11.03.1922"	Mesma data da foto anterior. a imagem mostra a lateral do convento ao fundo, onde já se percebe retirada de madeiras, telhas e demais materiais. À esquerda, algumas construções muita mal conservadas. À direita terra e mato com vários varais, alguns com roupa branca secando e outros vazios. O caminho que leva ao convento é de pedra
80.	"Abertura do túmulo de Estácio de Sá, 15.01.1922"	Foto mostrando o içar do túmulo de Estácio de Sá, com um monte de homens de terno bem alinhado em volta e alguns freis. As paredes da igreja ao fundo já estão todas descascadas

81.	"Desmante do Morro do Castelo, 14.03.1922"	Panorama do morro, com o convento ao topo; o Pão de Açúcar ao fundo; à direita uma parte do morro demolida; à esquerda construções ainda habitadas, inclusive com roupas brancas secando em varais, e uma grande concentração de varais próximo ao convento. Esta imagem foi feita do mesmo nível.
82.	"Morro do Castelo, 31.08.1920"	Foto aproximada do morro, mostrando uma construção bastante deteriorada, de dois pavimentos, ao lado do Hospital São Zacharias. À esquerda, mais construções todas muito mal conservadas e com bastante roupa pendurada em varais. O primeiro plano da foto é inclinado, há muito mato e um caminho de terra que leva a este topo. Tem uma cerca de madeira na diagonal. A foto foi tirada mais ou menos no mesmo nível.
83.	"Desmante do Morro do Castelo, 14.03.1922"	Foto tirada do chão, com a câmera inclinada para cima. À direita, se vê escavadeiras e trilhos na base do morro. No topo as costas do convento dos capuchinhos. No primeiro plano estão homens trabalhando. À esquerda parte do morro ainda de pé, com construções semi-demolidas e deterioradas. No último patamar do morro ainda se vê roupa pendurada. Parece ser o lado da atual rua México e a Chácara da Floresta.
84.	"Morro do Castelo, 01.12.1921"	Retrata o morro já bem demolido. No primeiro plano, há terra batida e só um homem andando por um caminho. Ao lado, um pedaço de uma construção semi-demolido. Atrás também uma parte já demolida do morro e acima ainda se vê casas com roupas penduradas
85.	"Morro do Castelo, 25.05.1922"	A imagem retrata o morro já aparece bastante demolido. Foto tirada do chão com a câmera inclinada para cima. É um paredão de terra, com uma grande parte já demolida. Em cima, apenas restos de construção; à direita poucas construções ainda inteiras e com roupas penduradas. À esquerda as ruínas do convento dos capuchinhos.
86.	"Morro do Castelo - Chácara da Floresta, 29.07.1921"	Ótima foto da Chácara tirada bem de perto. Ao longo, no meio, se vê o caminho, feito

		de terra batida onde um homem fardado caminha de costas e uma criança caminha de frente. No primeiro plano, à esquerda, está uma construção comprida, de dois andares, com muitas portas e janelas, sendo provavelmente as subdivisões das casas de cômodos. No primeiro plano à direita, outra construção comprida que, como a da sua frente, quase que pega todo o plano da foto, de apenas um andar. A sua frente está um homem parado olhando para a câmera com três cestos de palhas amarrados em sua frente, aparentando ser vendedor. Uma senhora passa por trás dele e mais atrás um outro senhor parado, encostado em uma das paredes olhando para a câmera também. No plano do meio estão duas mulheres abaixadas mexendo em um cesto. Ao fundo, há uma escada à esquerda e uma construção de dois pavimentos à direita. No último plano, o mais alto de todos, está o muro que circundava o convento dos capuchinhos.
87.	"Morro do Castelo, 25.05.1922"	Foto do desmorte já bem adiantado, havendo apenas no topo do morro as ruínas do convento. Ainda pode-se ver todas as estruturas das paredes, mas o teto não existe mais. No nível do chão há duas casinhas de madeira que servem de depósito ou base para os operários. Vários canos grossos estão pelo chão. À direita estão vários homens retirando terra e montando um encanamento.
88.	"Morro do Castelo - Tomada da Escola de Belas Artes, 29.07.1922"	Panorama do morro onde se vê a Chácara da Floresta; a chaminé com fumaça saindo, roupas penduradas.
89.	"Morro do Castelo, 01.06.1922"	Foto das obras de desmorte, onde se vê um monte de terra com as ruínas do convento no topo, bem ao centro e próximo do fim do morro. À direita algumas casas, ainda com roupas penduradas. No nível do chão, trilhos, escavadeiras, homens e vagões carregando terra.
90.	"Morro do Castelo - Entrada da Chácara da Floresta, 29.07.1921"	Foto tirada de cima para baixo. No primeiro plano está um muro com um portão; bem à direita, pode-se ver o início do muro da Cervejaria Hanseática (onde só se lê C e em

		baixo Han). O portão está aberto, a foto é de dia (como todas as outras do álbum), e várias pessoas circulam: homens de fraque e chapéu e uma mulher levando algo parecido com uma bolsa branca na mão. Há uma casa em cada lado, em bom estado de conservação. Ao fundo e subindo, a Chácara da Floresta, como já descrita aqui.
91.	"Pavilhão Nova América, 02.06.1922"	Esta foto registra a construção de um pavilhão para a Exposição de 1922. Atrás, à esquerda, está o prédio da Biblioteca Nacional e ao lado o prédio do Supremo Tribunal Federal. À direita está o morro do Castelo, ainda bem alto e com construções em cima. Os operários estão no início da construção do pavilhão. Sua localização parece ser na Cinelândia.
92.	"Castelo, 28.12.1921"	Foto de uma rua no alto do morro, com construções dos dois lados, todas de um pavimento. Uma delas, comprida do lado direito está em bom estado de conservação. Às do lado esquerdo, são pequenas e estão bem deterioradas. No meio, no primeiro plano, há um menino com carinha de moleque sorrindo. Ao fundo algumas pessoas, a maioria crianças, duas delas com latas 'de água' na cabeça.
93.	"Morro do Castelo, 09.07.1922"	Foto do desmorte, não tem mais quase morro. À esquerda, um monte de terra bem arrasado. No meio, trilhos e casinhas de madeira que servem de base aos operários; à direita, as costas da Biblioteca Nacional e da Escola de Belas Artes. Ao fundo, a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar.
94.	"Morro do Castelo 31.08.1920"	Foto tirada bem de perto e no mesmo nível, retrata bem as condições difíceis da população do morro. Ao fundo à direita, várias construções em péssimo estado de conservação; no meio só se vê crianças descalças brincando, correndo; roupas estendidas no chão e um muro à esquerda com manchas de limo e infiltração.
95.	"O que resta da Igreja do morro do Castelo, 09.07.1922"	Panorama mostrando os restos do morro, já dividido em duas partes. Do lado direito as ruínas da igreja, e do lado esquerdo ruínas de alguns prédios que serviam de moradia.

		Operários circulando. Atrás do monte das ruínas da igreja, já dá para ver as duas torres da igreja de Santa Luzia. À direita no chão trilhos, duas escavadeiras e vagões. Ao fundo a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar.
96.	"Morro do Castelo, 31.08.1920"	Imagem mostrando bem as péssimas condições de moradia da população do morro. É uma de suas partes mais altas. O chão é de terra batida. No meio da foto há um grupo de pessoas, com um adulto e oito crianças, agrupado e posando para a câmera. Muita roupa pendurada no varal, inclusive em varais de chão, que tem uma pequena elevação feita de madeira (este varal aparece em outras fotos anteriores). A construção próxima à direita é bem precária, de madeira, e parece que eles moram nela.
97.	"Morro do Castelo, 09.10.1922"	A imagem mostra a desmonte do morro. Pouca parte dele está de pé. Podem-se ver claramente os modernos jatos de água. No chão, operários, canos que jorram água e lama. No cume do morro apenas ruínas. Ao fundo, à direita o Corcovado e à esquerda a praia da Glória.
98.	"Morro do Castelo tomada do P. Hotel, 23.10.1920"	Panorama do morro tomado bem de perto, aparece mais mata do que construção. No meio é tudo mata. No topo, casas com roupas penduradas.

Imagens de Augusto Malta

Reprodução de algumas imagens citadas no texto



Imagem 34
Legenda Malta:
"Morro do Castelo, 31.08.1920"



Imagem 35
Legenda Malta : "14.03.1921"



Imagem 42
Legenda Malta:
"Ladeira do Seminário, 28.12.1921"



Imagem 43
Legenda Malta:
"Morro do Castelo - Chácara da Floresta,
29.07.1921"



Imagem 50
Legenda Malta: "Morro do Castelo, 31.08.1920"



Imagem 51
Legenda Malta: "Igreja do Castelo - Capuchinhos"



Imagem 52
Legenda Malta: "Morro do Castelo, 14.11.1921"



Imagem 53
Legenda Malta: "Igreja de São Sebastião do Castelo - Última Missa, 01.11.1921"



Imagem 58
Legenda Malta: "Largo do Castelo, 28.12.1921"



Imagem 59
Legenda Malta: "Igreja São Sebastião do Rio de Janeiro, 01.11.1921"



Imagem 72
Legenda Malta: "Ladeira do Castelo, 11.03.1922"



Imagem 73
Legenda Malta: "14.11.1921"

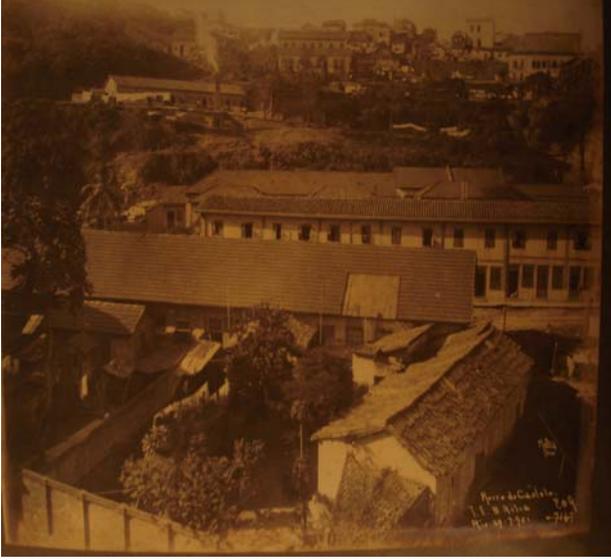


Imagem 88
Legenda Malta: "Morro do Castelo - Tomada da Escola de Belas Artes, 29.07.1922"



Imagem 89
Legenda Malta: "Morro do Castelo, 01.06.1922"



Imagem 92
Legenda Malta: "Castelo, 28.12.1921"



Imagem 93
Legenda Malta: "Morro do Castelo, 09.07.1922"



Imagem 94
 Legenda Malta: "Morro do Castelo 31.08.1920"

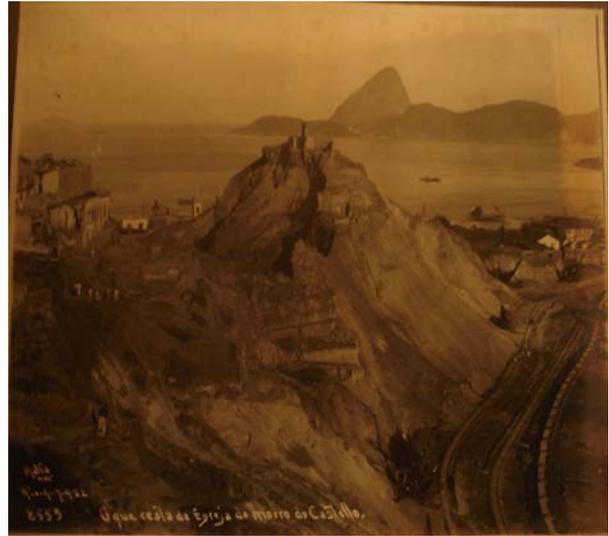


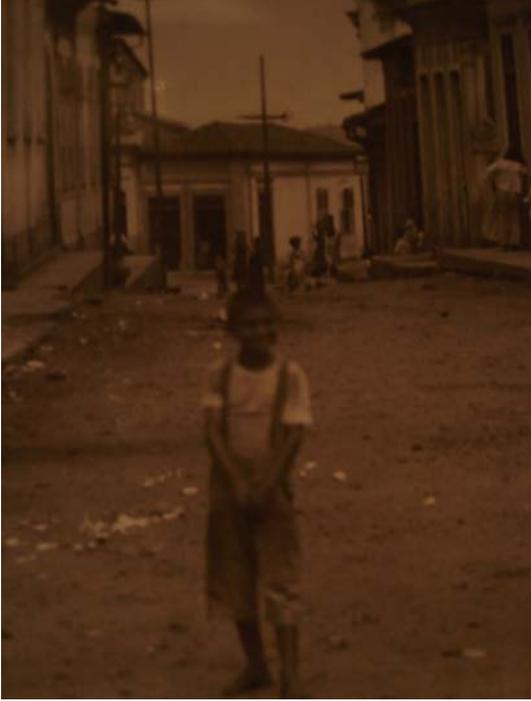
Imagem 95
 Legenda Malta: "O que resta da Igreja do morro do Castelo, 09.07.1922"



Imagem 96
 Legenda Malta: "Morro do Castelo, 31.08.1920"



Imagem 97 Legenda Malta: "Morro do Castelo, 09.10.1922"



Detalhe da imagem 92

Tabelas com as estatísticas das ocorrências policiais

Tipos de ocorrências

Abandono de menor	1
Acidente	62
Acidente com morte	1
Acidente de trânsito	41
Afogamento	1
Agressão	48
Agressão entre moradores	34
Apreensão de bilhete da loteria	1
Apreensão de maquina	1
Apropriação indevida	1
Assalto	2
Boletim	11
Cadáver	1
Defloramento	8
Demência	4
Deposito Público	1
Desabamento	1
Desacato	1
Desaparecimento de menor	2
Desordem	4
Embriaguez	2
Entrega de menor	2
Epidemia	2
Extorsão	1
Feto	20
Feto encontrado na rua	2

Feto encontrado no mar	1
Fuga de menor	2
Funcionamento indevido de botequim	1
Furto	44
Furto em residência	25
Guia para Santa Casa	9
Incêndio	6
Jogo	3
Louco	1
Mordida de cão	13
Morte repentina	2
Morte sem assistência	2
Navalhada	7
Nota falsa	1
Óbito em domicílio	15
Pedrada	1
Prática de atos imorais	6
Prestação de socorro	1
Prisão	2
Prisão de soldado	1
Prisão em flagrante	5
Queda	6
Tentativa de suicídio	4
Tiros	9
Vadiagem	1
Vagando	1
Venda de leite com água	1
Venda de objetos roubados	1
TOTAL	426

Tipo de envolvimento dos moradores

Vitima	252
Acusado da infração	104
Testemunha	148
Causador	12
Enfermo	10
Queixoso	26
Salvador	1
TOTAL	553

Ocorrências no morro

Abandono de menor	1
Acidente	53
Acidente com morte	1
Agressão	42
Apreensão de maquina	1
Assalto	2
Boletim	1
Cadáver	1
Defloramento	3
Demência	1
Desabamento	1
Desaparecimento de menor	2
Desordem	1
Embriaguez	1
Entrega de menor	1

Epidemia	2
Estupro	1
Feto	10
Feto encontrado na rua	1
Fuga de menor	2
Funcionamento indevido de botequim	1
Furto	9
Furto em residência	23
Guia Santa Casa	1
Incêndio	4
Jogo	2
Louco	1
Mordida de cão	7
Morte repentina	2
Morte sem assistência	1
Navalhada	4
Óbito em domicílio	15
Pratica de atos imorais	3
Prisão	1
Prisão de soldado	1
Prisão em flagrante	1
Queda	7
Tentativa de suicídio	3
Tiros	8
Vagando	1
Venda de objetos roubados	1
TOTAL	224

Profissões

Alfaiate	8
Caixeiro	2
Capitalista	1
Capitão da guarda nacional	1
Carpinteiro	7
Carregador	11
Carroceiro	1
Chauffeur	4
Comércio	9
Doméstica	13
Dono de botequim	1
Eletricista	1
Empregado no Clube Militar	1
Empregado no Correio da Manha	1
Ferreiro	1
Ganhador	1
Guarda Civil	1
Jornaleiro	2
Lavadeira	1
Leiteiro	3
Marinheiro / Marítimo	2
Negociante	3
Operário	7
Ourives	1
Pedreiro	2
Peixeiro	1

Pescador	1
Pintor	3
Praça da Polícia	1
Quitandeiro	1
Sapateiro	6
Soldado	1
Tarifeiro	1
Tesoureiro	1
Trabalhador	11
Vendedor ambulante	2
Vendedor de sorvete	1
TOTAL	115

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1 Iconográficas

Álbum do Morro do Castelo de Augusto Malta (Biblioteca Nacional: ARM - 12.1.24)

1.2 Periódicos

Ocorrências policiais da 5ª Delegacia 1916 a 1922 (Casa de Rui Barbosa, microfilme).

Revista Careta (Biblioteca Nacional)

O Jornal (Biblioteca Nacional)

A Noticia (Biblioteca Nacional)

Jornal do Brasil (Biblioteca Nacional)

1.3 Oraís

Depoimento de Carlos Soares Pereira (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 677.1/3)

Depoimento de Jose oliveira Reis (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 617.1/2)

Depoimento de Florinda Alói e Francisco Alói (MIS / Projeto Arquivo Vivo / 674.1/2)

1.4 Literárias

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro : Ediouro, 2001.

BARRETO, Lima. *Os subterrâneos do morro do Castelo*. Introdução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro : Dantes, 1997.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro : Xenon, 1987.

1.5 Outras

BARRETO, Lima. "Megalomania". *Revista Careta*, 28 de agosto de 1920.

BRASIL, Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, 1922. "Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil." Introdução ao *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*.

IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, p.25.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: Evolução urbanística da cidade*.

Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, 5 volumes.

www.abl.com.br

2. Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Zahar / Iplan Rio, 1987.

ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, volume 1 numero 2; pp. 47-58. jan./abr. 1986.

BACKHEUSER, Everardo. "Onde moram os pobres". *Revista Renascença Revista Mensal de Letras, Ciências e Artes*. Ano 2 Março de 1905. Numero 13.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. ”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da Republica à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; pp. 231-286.

BORGES, Maria Elisa Linhares. *O ideal de metrópole moderna: entre o visto e o não-visto*.

www.anpuh.com.br / XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina 2005.

BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

BRENNA, Giovanna Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro : Index, 1985.

CANO, Jefferson. Machado de Assis, historiador. IN: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo (ORG). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 35-66.

CARVALHO, Lia Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares*. 2.ed. Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995 (Biblioteca carioca, v.1).

CAVALCANTE, Berenice. “Beleza, limpeza ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Revista Rio de Janeiro I*. Niterói: Dezembro de 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo (ORG). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1988.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. (ORG) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2002.

CZAJKOWSKI, Jorge (org). *Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo / Centro de Arquitetura e urbanismo, 2000.

DAVIS, Natalie Zemon. Introdução In: DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DAVIS, Natalie Zemon. “Las formas de la História Social” In: *Historia Social nº 10*.Valencia: Instituto de Historia Social, Primavera-Verano, 1991.

FABRIS, Annateresa (org). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da Republica à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GERSON. *Brasil, História das ruas do Rio*.Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermos: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo : Cia das Letras, 1996

GINZBURG, Carlo. O inquisidor e o antropólogo In: GINZBURG, Carlo. *A Micro Historia e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Cia das letras 1989; p. 210

GINZBURG. Carlo. “O nome e o como”. In: GINZBURG. Carlo. *A Micro Historia e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Cia das Letras 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, 1 (1): 5-27, 1998.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1993.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Editora Objetiva.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro : Prefeitura do Rio de Janeiro / Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001.

KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. Rio de Janeiro : IMS, 2002

LIMA, Solange Ferraz de. “O circuito social da fotografia: estudo de caso II.” In: FABRIS. Annateresa. (org). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Livraria Garnier, 1991.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(COORD). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : FGV; 6ª edição; 2005.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “Fonte visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH – Humanitas, v. 23, n. 45, 2003.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cidade e Cotidiano*. Historia Cidade e Trabalho. São Paulo, EdUsc, 2002.

NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia. (ORG.) *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; pp. 13-44.

NETO, Jose Miguel Arias. “João Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros”. IN: *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.6, jun.2003. São Paulo : Associação Brasileira de História Oral, 2003; p. 157-186.

NONATO, José Antonio e SANTOS, Núbia M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro : IPHAN, 2000.

PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lílian. “A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”. IN: *Revista Brasileira de História* n^o 8/9. Rio de Janeiro : Editora Marco Zero, 1985. pp. 139-196.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos* n^o 10. Rio de Janeiro : FGV, 1992; pp. 199-215.

RESENDE, Beatriz. “Introdução”. In: BARRETO, Lima. *O subterrâneo do morro do Castelo*. Rio de Janeiro : Dantes, 1997; pp. 9-16.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: REVEL Jacques. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará / Faperj, 2002.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro : Edições O Cruzeiro, 1965.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOHIET, Raquel. “Introdução” In: ABREU, Martha e SOHIET, Raquel (ORG). *Ensino de História: conceitos, temática e metodologias*. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2003

SOUZA, Rodolfo Maia. *A cidade dos imortais: o Rio de Janeiro e o arrasamento do morro do Castelo*. Niterói : UFF, 1997. (Dissertação de Mestrado em História).

STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of looking. An introduction to Visual Culture*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

TELLES, Augusto da Silva. A casa de residência de GrandJean de Montigny no Rio de Janeiro. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, gráfica de Coimbra, Coimbra, 1966.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. “Arquivos: propostas metodológicas”. In: *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : FGV; 6ª edição; 2005; p. 233-246.

VANHARGEM, Francisco Adolfo de. *Atas de sessões do IHGB*. Revista do IHGB, 1905; tomo 68.

VASQUEZ, Pedro Vaz. *O Brasil na fotografia oitocentista*. São Paulo : Metalivros, 2003.

VAZ, Lílian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro : Sette Letras, 2002.

VIEIRA FAZENDA, Jose. “Águas do monte”. IN: *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Revista do IHGB 1920; tomo 88.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930) : mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro : Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos ; 1).

VOLDMAN, Daniele. “A invenção do depoimento oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(COORD). *Usos e abusos da Historia Oral*. Rio de Janeiro : FGV; 6ª edição; 2005; pp. 247-266.